

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
WILSON ROBERTO MILANI BERNARDES

IMAGENS DE CONTRA-VIGILÂNCIA DISTRIBUÍDA EM SITUAÇÕES DE
REVOLTA POPULAR: um estudo comparativo entre os casos Bruno Teles e Santiago
Andrade

RIO DE JANEIRO

2016

Wilson Roberto Milani Bernardes

IMAGENS DE CONTRA-VIGILÂNCIA DISTRIBUÍDA EM SITUAÇÕES DE
REVOLTA POPULAR: um estudo comparativo entre os casos Bruno Teles e Santiago
Andrade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura,
Escola de Comunicação, Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Comunicação Social

Orientadora: Fernanda Glória Bruno

Rio de Janeiro

2016

CIP - Catalogação na Publicação

B518i Bernardes, Wilson Roberto Milani
Imagens de contra-vigilância distribuída em
situações de revolta popular: um estudo
comparativo entre os casos Bruno Teles e Santiago
Andrade / Wilson Roberto Milani Bernardes. -- Rio
de Janeiro, 2016.
109 f.

Orientadora: Fernanda Bruno.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa
de Pós-Graduação em Comunicação, 2016.

1. Junho de 2013. 2. Revolta popular. 3.
Contra-vigilância. 4. Redes sociais. 5. Santiago
Andrade. I. Bruno, Fernanda, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Wilson Roberto Milani Bernardes

IMAGENS DE CONTRA-VIGILÂNCIA DISTRIBUÍDA EM SITUAÇÕES DE
REVOLTA POPULAR: um estudo comparativo entre os casos Bruno Teles e Santiago
Andrade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura,
Escola de Comunicação, Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Comunicação Social

Aprovada em:

(Fernanda Glória Bruno, Doutora, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

(Bruno de Vasconcelos Cardoso, Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

(Arthur Coelho Bezerra, Doutor, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia)



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA POR WILSON ROBERTO MILANI BERNARDES NA
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Aos quatro dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às dez horas, na sala 140 da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi apresentada a dissertação de mestrado de Wilson Roberto Milani Bernardes, intitulada: "*Imagens de Contra-vigilância Distribuída em Situações de Revolta Popular: um estudo comparativo entre os casos Bruno Teles e Santiago Andrade*", perante a banca examinadora composta por: Fernanda Glória Bruno [orientador(a) e presidente], Bruno de Vasconcelos Cardoso e Arthur Coelho Bezerra. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua dissertação:

aprovada reprovada aprovada mediante alterações

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente ata, que segue por mim datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2016

Fernanda Glória Bruno [orientador(a) e presidente]

Bruno de Vasconcelos Cardoso [examinador(a)]

Arthur Coelho Bezerra [examinador(a)]

Wilson Roberto Milani Bernardes [candidato(a)]

RESUMO

BERNARDES, Wilson Roberto Milani. **Imagens de contra-vigilância distribuída em situações de revolta popular:** um estudo comparativo entre os casos Bruno Teles e Santiago Andrade. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A presente dissertação se dedica a analisar a produção e a circulação de imagens de contra-vigilância distribuída em situações de revolta popular. Parte-se da constatação de que as redes sociais digitais organizaram, narraram e repercutiram em larga medida os protestos multitudinários que estouraram recentemente pelo mundo. O objetivo geral deste trabalho, portanto, consiste em investigar, a partir do cotejamento entre os casos Bruno Teles e Santiago Andrade, ocorridos no Brasil respectivamente em 2013 e 2014, o modo como as imagens de contra-vigilância distribuída se relacionaram com o poder constituído, que se organizou em termos de um dispositivo. Mais do que definir o que foram os casos Bruno Teles e Santiago Andrade, realizou-se um esforço de apreensão de suas dinâmicas, que consistiu em traçar as correlações de forças de cada um dos acontecimentos em análise. De modo geral, pode-se dizer que as imagens de contra-vigilância, por funcionarem como uma espécie de contra-narrativa imagética, se ocuparam, em maior ou menor grau, de três propósitos: denunciar e dar visibilidade à truculência física da Polícia Militar e de agentes do Estado, contestar o discurso hegemônico acerca dos fatos produzido pela mídia corporativa e aprofundar o grau de mobilização e combatividade dos atos públicos.

Palavras-chave: Revolta popular. Contra-vigilância. Redes sociais digitais.

ABSTRACT

BERNARDES, Wilson Roberto Milani. **Imagens de contra-vigilância distribuída em situações de revolta popular:** um estudo comparativo entre os casos Bruno Teles e Santiago Andrade. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The current thesis studies the production and circulation of counter-surveillance images distributed in situations of social upheavals. My point of departure is the observation that social networks largely organized, narrated and reverberated the multitudinous protests that recently erupted throughout the world. Through a collation of the Bruno Teles and Santiago Andrade cases that took place in Brazil respectively in 2013 and 2014, the overall goal of this work is to investigate the modes by which the distribution of counter-surveillance images relates to the constituted power, which has organized itself in terms of an apparatus. More than trying to define what the Bruno Teles and Santiago Andrade cases were, my effort is to apprehend their dynamics, which consists in an attempt to draw the correlations of forces involved in each of these events. Overall, since counter-surveillance images perform as a sort of imagetic counter-narrative, it can be said that they were concerned, to greater or lesser extent, with three purposes: denouncing and giving visibility to the truculence of the Military Police and the agents of the State; to challenge the hegemonic discourse about the facts produced by the corporate media; and to galvanize the degree of political mobilization and combativeness of public acts.

Key words: Social Upheavals. Counter-Surveillance. Digital Social Networks.

A minha mãe

AGRADECIMENTOS

A minha família – Hebe, Wilson e Éder –, pelo apoio incondicional aos meus estudos.

A minha namorada, Paula, pelas alegrias proporcionadas ao longo dos últimos cinco anos.

A minha orientadora, Fernanda Bruno, pelo convívio prazeroso e a atenção dispendida ao meu trabalho.

Aos membros da banca, Arthur Bezerra e Bruno Cardoso, pelas valiosas contribuições dadas durante a qualificação.

Aos funcionários da secretaria do PPGCOM UFRJ – Thiago Couto, Jorgina Costa e Rodrigo Lessa –, pelo profissionalismo e competência.

Aos amigos e amigas do Rio, pelo acolhimento tão inesperado quanto carinhoso.

A CAPES e a FAPERJ, pelas bolsas concedidas no decorrer dos dois anos do Mestrado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 O DISPOSITIVO DE ORDENAMENTO SOCIAL	15
2.1 PREMISSAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	16
2.2 AS INSTÂNCIAS DO DISPOSITIVO DE ORDENAMENTO SOCIAL	18
3 O ESTUDANTE E O <i>MOLOTOV</i>	34
4 O CINEGRAFISTA E O ROJÃO	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

Imerso na cultura em rede do contemporâneo, a presente dissertação se dedica a um acontecimento relativamente recente e ainda pouco explorado pelas pesquisas acadêmicas brasileiras dedicadas ao ciberativismo: a produção e circulação de imagens de contra-vigilância distribuída em situações de revolta popular¹. Nos últimos anos, os protestos multitudinários que se espalharam vertiginosamente por diversas partes do mundo – Primavera Árabe, 15M na Espanha, *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, atos na Rússia, Turquia e Grécia, Jornadas de Junho no Brasil, entre outros – deram a ver a dimensão política presente na imbricação entre rua e internet (MALINI; ANTOUN, 2013). Na quase totalidade dos casos, as redes sociais digitais passaram a organizar, narrar e repercutir os eventos das ruas.

Em razão do alargamento na capacidade de interação com o espaço urbano promovido pelos dispositivos digitais (DUARTE; FIRMINO, 2010), as táticas de contra-vigilância de manifestantes, quando comparadas a períodos históricos e lutas sociais anteriores, se expandiram e se diversificaram, assim como as estratégias do poder para capturá-las e modulá-las. Se, por um lado, novas formas de luta e insurgência foram engendradas – sem líderes, horizontalizadas e menos programáticas – , por outro, dispositivos de repressão e vigilância se fizeram sentir de maneira expressiva nos corpos dos revoltosos no último ciclo internacional de manifestações públicas. No caso brasileiro, enquanto boa parte do “movimento” realizava um enorme esforço para se desindividualizar e se dessubjetivar, fazendo emergir uma multidão anônima, o poder constituído procurava esquadrihar, conhecer, seguir, enquadrar aqueles que participavam do levante, atribuindo a eles uma identidade, uma individualidade, um perfil na internet, um rosto passível de classificação, monitoramento e controle.

A partir de Junho de 2013 no Brasil, um fluxo contínuo e heterogêneo de imagens dos protestos tomou conta do *Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e outras plataformas digitais, evidenciando, à medida que a revolta popular progredia, a explosão inesperada de afetos, subjetividades e encontros políticos, mas também o uso da violência física por parte de agentes da segurança pública e a cobertura enviesada da mídia corporativa.

¹ Cultura digital e *software* livre, governança eletrônica, democracia participativa no ciberespaço, práticas *hacker*, criptográficas e de segurança digital, narrativas midialivistas, além das ações ativistas na internet e da vigilância digital, são alguns dos temas mais recorrentes que compõem a agenda transdisciplinar de pesquisa em cibercultura, atualmente.

Novos atores políticos entraram em cena (MARICATO, 2013), não em substituição aos movimentos sociais ditos tradicionais – sindicatos, partidos políticos etc. –, mas em conexão mútua e profícua com eles, criando, assim, outros modos de revide e resistência diante da violência física e do aparato de vigilância que operava tanto no plano da rua quanto no plano da rede (PARRA *et al.*, 2014). As imagens de contra-vigilância parecem ter emergido desse encontro entre atores políticos distintos e podem ser entendidas como um dos efeitos mais visíveis da organização reticular e distribuída da revolta urbana. Tais imagens, por funcionarem como uma espécie de *contra-narrativa imagética*, acabaram disputando os sentidos e as direções dadas aos protestos de 2013 e 2014. Elas se ocuparam, em maior ou menor grau, de três propósitos: denunciar e dar visibilidade à truculência física da Polícia Militar e de agentes do Estado, contestar o discurso hegemônico acerca dos fatos produzido pela mídia corporativa e aprofundar o grau de mobilização e combatividade dos atos públicos (BRUNO; CARDOSO, 2014).

Não por acaso, parte considerável dos embates de sentido e significação a respeito das Jornadas de Junho, por mais multifacetadas e polifônicas que tenham sido, se deu no plano das imagens em rede. Em certas ocasiões, essas imagens alteraram as correlações de forças em jogo, bem como os rumos tomados por vidas e acontecimentos (BRUNO; CARDOSO, 2014). Os casos Bruno Teles e Santiago Andrade, objetos de investigação desta pesquisa, testemunham, cada qual a seu modo, a potência política da imagem de contra-vigilância distribuída. A produção e a circulação das imagens de contra-vigilância estiveram condicionadas à atuação de um conjunto de atores dispersos na *web*, bem como aos regimes de visibilidade e de observação que no contemporâneo se mostram em processo de rearticulação (BRUNO, FIRMINO; KANASHIRO, 2010).

Torna-se necessário realizar uma distinção conceitual entre os termos: “contra-vigilância”, “vigilância inversa” e “anti-vigilância”. De acordo com Bezerra (2014), ações que visam neutralizar, proteger e resistir à vigilância podem ser nomeadas de “contra-vigilância”, enquanto a “vigilância inversa” seria um modo de aplicar a vigilância contra aqueles que comumente vigiam. Ambas as ações apresentariam, portanto, um caráter de “anti-vigilância”. O autor deixa claro, no entanto, que tais conceitos necessitam ainda de detalhamentos e definições mais precisas. Optou-se, ao longo deste trabalho, pelo conceito de “contra-vigilância” por acreditar que ambos os casos analisados estão mais próximos, ainda que de maneiras distintas, de ações e táticas que buscam neutralizar a vigilância, muito embora essas táticas impliquem, por

vezes, a inversão do olhar vigilante, produzindo uma vigilância inversa sobre aqueles que costumeiramente vigiam.

Por sua vez, o adjetivo “distribuída” é utilizado aqui para caracterizar o atual modo de funcionamento da vigilância e, por conseguinte, das possibilidades de resistência a ela apresentadas. Logo, a discussão acerca das imagens de contra-vigilância distribuída, foco da análise desta pesquisa, passa inevitavelmente por uma problematização mais ampla a respeito das práticas da vigilância contemporânea. Não se trata de definir a vigilância hoje somente a partir da ênfase no aumento expressivo de dispositivos e procedimentos nos anos recentes, fomentado especialmente pela política securitária estadunidense e européia após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Embora isso tenha ocorrido, tal viés facilita a adoções de modelos centrados na idéia de uma “hipertrofia do panóptico ou do Big Brother” (BRUNO, 2013, p. 24). A principal transformação vigente está mais no modo de funcionamento distribuído e reticular da vigilância do que propriamente no surgimento e expansão de aparatos e tecnologias propiciados por novos agenciamentos entre homem e técnica. Como demonstra Bruno (2013, p. 26), a vigilância distribuída “se espalha por muitos e diversos agentes, tecnologias, contextos, práticas, sem constituir uma atividade ou processo unificado que possa ser plenamente atribuído a intenções ou prescrições de um centro de ordenação ou controle”.

Fica claro, portanto, a dinâmica descentralizada, associativa e reticular das práticas de vigilância que se desenrolam hoje, evidenciando, com isso, uma alteração significativa em relação à máquina de vigiar moderna, que funcionava sob uma lógica centralizadora, hierárquica e sedentária. A vigilância, que pode ser associada, ao mesmo tempo, à segurança e prazer, cuidado e diversão, se faz sensível, direta ou indiretamente, na política de controle de pessoas, dados e informações, mas também nas estratégias de *marketing* e consumo, na cultura midiática, nos domínios permeados pelo entretenimento e pela sociabilidade etc. (BRUNO, 2013). A atual onipresença da vigilância não se deve a um *panoptismo* inaudito e distópico, e sim a uma dinâmica de funcionamento reticular e distribuída. A contra-vigilância, por sua vez, opera a partir de uma lógica semelhante, como ficará claro adiante.

O caso Bruno Teles ficou conhecido como o episódio no qual a intervenção de uma rede de indivíduos comuns desmantelou a tentativa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) de incriminar um manifestante por meio da falsificação de uma prova. No dia 22 de julho de 2013, por ocasião da visita do Papa Francisco ao Brasil

durante a *Jornada Mundial da Juventude*, foi realizada uma cerimônia oficial dedicada ao pontífice no Palácio Guanabara. Ao término do evento, que contou também com a participação dos políticos Sérgio Cabral, Eduardo Paes e Dilma Rousseff, houve um confronto, nas intermediações da sede do governo estadual, entre a Tropa de Choque da Polícia Militar e ativistas políticos. De acordo com a versão apresentada pelos policiais militares e civis e ratificada imediatamente pela mídia corporativa, o enfrentamento físico se iniciou no momento em que um coquetel *molotov* fora arremessado pelos manifestantes em direção à barreira policial. O responsável pelo ato, segundo essa narrativa que num primeiro momento se mostrou hegemônica na explicação dos fatos, teria sido Bruno Ferreira Teles. No instante da prisão, ocorrida somente após Bruno ser perseguido e atingido por armas de choque, policiais supostamente apreenderam, sob o domínio do ativista, uma mochila preta contendo mais de vinte artefatos incendiários.

A contra-vigilância distribuída posta em jogo nas redes sociais por inúmeros atores produziu uma narrativa que inocentou Bruno Teles, narrativa esta pautada no rastreamento e interpretação de um vasto conteúdo audiovisual referente ao protesto de 22 de julho. O manifestante, detido na 9ª Delegacia de Polícia do Catete, solicitou aos internautas que o viam pela câmera da Mídia NINJA imagens que provassem que ele não havia arremessado o *molotov*. O falso flagrante urdido pelas forças de segurança pública e alardeado pelos meios de comunicação corporativos foi, então, revelado. Bruno Teles conseguiu a liberdade no dia 23 de julho por meio de um *habeas corpus*, e depois teve o processo arquivado pela justiça, que alegou ter se valido das imagens que circularam nas redes sociais para tomar tal decisão.

Já o caso Santiago Andrade ocorreu no dia seis de fevereiro de 2014, momento no qual protestos populares voltaram a ocupar a cidade do Rio de Janeiro. Impulsionados pela mutação subjetiva (ZOURABICHVILI, 2000) experimentada alguns meses antes, durante as Jornadas de Junho de 2013, ativistas reivindicavam que o aumento das passagens de ônibus e trem da capital fluminense fosse revogado. Após se concentrarem na Praça da Candelária, centenas de manifestantes prosseguiram, ostentando faixas e cartazes e brandindo palavras de ordem, até a Central do Brasil, onde seria realizado o chamado “catracaço” – pulo coletivo das catracas que dão acesso ao metrô e aos trens, tal como ocorrido na semana anterior, mais precisamente no dia 30 de janeiro, quando o aumento das tarifas havia sido divulgado pela Prefeitura do Rio. O ato político levado a cabo pelos manifestantes foi reprimido pelas forças policiais que se encontravam no local. A Polícia Militar, numa cena que se tornou recorrente em 2013,

se valeu indiscriminadamente de agressões físicas, bombas de gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta para dispersar os revoltosos.

O confronto prosseguiu do lado de fora da Central. Em meio ao caos que se instalara, o cinegrafista da Rede Bandeirantes de Televisão (Band), Santiago Ilídio Andrade, que cobria os protestos daquele dia, foi atingido na cabeça por estilhaços de um rojão. Após ficar internado em estado grave no Hospital Municipal Souza Aguiar, Santiago Andrade teve a morte encefálica decretada no dia 10 de fevereiro. O que se viu, imediatamente após o falecimento do cinegrafista, foi uma tentativa de reconstrução imagética do acontecimento por parte de diversos indivíduos nas redes sociais. Diferentemente do caso Bruno Teles, o propósito da mobilização coletiva era outro: buscava-se, por meio da compilação de imagens produzidas tanto pela mídia corporativa quanto pelos manifestantes presentes no ato, montar uma narrativa capaz de apontar os responsáveis por detonar o rojão que vitimou Santiago Andrade.

Chegou-se, então, em momentos distintos, aos nomes de Fábio Raposo, tatuador, e Caio Souza, auxiliar de serviços gerais em um hospital do Rio, que teriam, segundo a explicação arregimentada pelos policiais militares e meios de comunicação, repassado e acendido respectivamente o artefato explosivo. Imagens de contra-vigilância distribuída também foram acionadas por pessoas comuns e militantes políticos com o intuito de produzir uma contra-narrativa capaz de “inocentar” Fábio e Caio, uma vez que a versão oficial da morte do cinegrafista, ostensivamente explorada pela mídia, estava sendo paulatinamente contestada no âmbito das redes sociais. Os efeitos dessa contra-vigilância, todavia, se mostraram diferentes daquela engendrada quando da prisão arbitrária de Bruno Teles.

Sendo assim, o objetivo geral desta dissertação consiste em investigar, a partir do cotejamento entre os casos Bruno Teles e Santiago Andrade, o modo como as imagens de contra-vigilância distribuída se relacionaram, no domínio circunscrito de uma revolta popular, com o poder constituído, que se organizou em termos de um dispositivo (FOUCAULT, 1980, 2008; DELEUZE, 1992), conforme ficará claro no primeiro capítulo. Os eixos de análise, por sua vez, são: problematizar em que medida as imagens de contra-vigilância distribuída rearticulam a relação entre resistência e dispositivo na contemporaneidade; discutir o cruzamento sociotécnico entre (ciber)ativismo político, vigilância, tecnologias digitais de comunicação e protestos populares; e, por fim, contribuir para o aprofundamento dos atuais estudos acerca de Junho de 2013, enfatizando particularmente as imagens de contra-vigilância distribuída

que daí emergiram. Dito isso, parte-se do seguinte problema de pesquisa: no âmbito dos protestos populares ocorridos em 2013 e 2014 na cidade do Rio de Janeiro, em que medida as imagens de contra-vigilância distribuída atuaram como uma resistência capaz de afetar a circulação do poder no dispositivo de ordenamento social?

Em sintonia com a perspectiva foucaultiana, há um entendimento de que a resistência é um dos elementos formadores do dispositivo. E que com ele estabelece relações de escala, intensidade e níveis distintos. Os focos de resistência fazem parte das correlações de forças em jogo e, segundo Foucault (1980), servem, a um só tempo, de “alvos” e “apoios” para a manifestação do poder. “Não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário” (FOUCAULT, 1980, p. 104, grifo no original). A resistência deve ser vista, portanto, como o “interlocutor irreduzível das relações de poder” (FOUCAULT, 1980, p. 104). Nesse sentido, interessa a esta dissertação cotejar ambos os casos apresentados, buscando, com isso, problematizar o potencial de insurgência das imagens de contra-vigilância distribuída na relação que elas estabeleceram com o dispositivo de ordenamento social.

É importante destacar que tais imagens só emergiram porque existia ali um dispositivo que as espreitava sem cessar e nelas se apoiava. Por fim, as resistências, de acordo com Foucault (1980, p. 105), “(...) rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis”. O presente trabalho irá em busca, portanto, desses “reagrupamentos” de forças suscitados pelas imagens de contra-vigilância dos casos Bruno Teles e Santiago Andrade. Embora esses acontecimentos tenham ocorrido respectivamente em julho de 2013 e fevereiro de 2014, ambos se inscrevem no dispositivo de ordenamento social que se formou ao longo das Jornadas de Junho.

Nesse sentido, deve-se conceber “um Junho que está sendo; pensar um, dois, três anos de Junho, de estar em Junho – e não apenas, o que se passou desde junho – faz parte de uma visão política ampla que resiste em decretar o fracasso dos acontecimentos que atualizam a História” (PARRA *et al.*, 2014, p. 15). A inspiração dessa passagem está em Deleuze e Guattari (2003), que acreditavam que o acontecimento não se reduz ao episódio ocorrido factualmente na história. Num outro momento, Deleuze (1992) ressalta que a História deve ser vista como um conjunto de condições que permite a irrupção do acontecimento que, no entanto, não pode ser restringido à sua ocorrência

histórica. “A história não é a experimentação, ela é apenas o conjunto das condições quase negativas que possibilitam a experimentação de algo que escapa à história” (DELEUZE, 1992, p. 214). Com isso, pretende-se colocar ênfase na dimensão de “acontecimento” de Junho e de sua “franja” vista em julho de 2013 e no princípio de 2014, e na qual se inserem os casos Bruno Teles e Santiago Andrade.

As tecnologias e redes de comunicação, responsáveis pelo engendramento de um novo *bios* midiático (BENTES, 2013), parecem ter promovido não só alterações no modo de pensar os termos aqui manejados – ativismo, vigilância e protesto –, como também suscitou o aparecimento tanto de táticas ativistas quanto de problemas diversos para esse campo de estudo. Além do caráter de atualidade e relevância política, o objeto empírico desta dissertação, devido ao surgimento recente, apresenta certo ineditismo acadêmico, o que, se por um lado dificulta a realização de um levantamento bibliográfico acerca do tema, por outro, justifica em alguma medida a realização da presente pesquisa. Devem ser mencionadas as contribuições para as táticas e métodos de contra-vigilância que eventualmente podem advir deste trabalho, uma vez que o tema abarca uma realidade social permeada pelo confronto entre poder constituído e subjetividades rebeldes. É preciso levar em consideração, todavia, a dificuldade metodológica de realizar o “trabalho manual” – sem o auxílio de *softwares* específicos – de recuperação e coleta de informações e imagens nas redes sociais referentes aos casos Bruno Teles e Santiago Andrade.

A relevância desta dissertação se justifica, ademais, pelo fato da vigilância ser uma prática imanente à dinâmica sociocultural e política da contemporaneidade e, em particular, à dinâmica urbana num contexto de manifestação pública (BRUNO, 2008, 2010). Há que se ressaltar igualmente a necessidade de investigações acadêmicas a respeito das Jornadas de Junho e das demais manifestações que as sucederam. Em tais situações, o que parecia estar em jogo, em última instância, era a própria vida, ou ainda, as “formas de vida” contemporâneas – sendo “forma de vida” entendida aqui como modos de afetar e ser afetado (ZOURABICHVILI, 2000). Como não enxergar o transbordamento da vida em cada cartaz, *hashtag* ou palavra de ordem brandida pelos revoltosos, ao longo de 2013 e 2014? No limite, a rua representou um espaço biopolítico importante, servindo de aporte para que novas formas de vida pudessem ser constituídas. Nessa perspectiva, Negri (2003) afirmou que: “[o] que sinto é que a luta hoje não é mais produto apenas da necessidade e da miséria, mas também do desejo, do afeto, da alegria de conquistar coisas novas”.

O primeiro capítulo da presente dissertação se dedicará a traçar o que se tem nomeado, aqui, de dispositivo de ordenamento social, descrevendo, assim, as instâncias que o constituem e o modo de operação de cada uma delas e de umas em relação às outras. O esforço em descrever esse dispositivo seria uma tentativa de cartografar as forças heterogêneas e mutáveis que agiram nas ruas e nas redes em 2013 e 2014, inscrevendo os casos Bruno Teles e Santiago Andrade em tal “atualidade”. Optou-se pelo conceito de dispositivo por acreditar que ele seja capaz de elucidar o modo como foi estabelecida, no decorrer das revoltas populares recentes, a complexa relação entre a Polícia Militar, os meios de comunicação corporativos, o Executivo, o Judiciário e o Legislativo. O segundo e o terceiro capítulos vão se ocupar de descrever e analisar os casos Bruno Teles e Santiago Andrade. Do ponto de vista teórico-metodológico, parte-se do pressuposto, na esteira da sugestão de D’Andréa e Ziller (2014), de que as imagens de contra-vigilância dos casos Teles e Andrade devem ser analisadas a partir de uma perspectiva que considere, a um só tempo, suas estéticas e seus modos distintos de circulação. O objetivo é valorizar, desde o princípio, a comparação entre os casos e levá-los ao primeiro plano do trabalho. Nas considerações finais, questões teórico-metodológicas relativas às imagens de contra-vigilância distribuída, dispositivo e resistência serão retomadas tendo em vista os resultados de pesquisa encontrados nos capítulos anteriores, objetivando, desse modo, contribuir para a ampliação desse campo de estudos a partir de apontamentos para pesquisas futuras.

2 O DISPOSITIVO DE ORDENAMENTO SOCIAL

Em junho de 2013, protestos populares se alastraram vertiginosamente pelo país. De maneira insurgente, as principais cidades e praças brasileiras foram tomadas por palavras de ordem e cartazes que expressaram, cada qual a seu modo, o descontentamento e a revolta dos manifestantes em relação ao atual estado de coisas sociopolítico. Para além de pautas e demandas específicas, um “mal-estar mais profundo” (ZIZEK, 2013, p. 102) parecia mover as ações dos manifestantes nas ruas. Nesse contexto de extrema efervescência política, vivenciado não somente em junho de 2013, mas também nos meses subsequentes e, até mesmo, em alguns momentos no ano de 2014, uma cena se tornou recorrente: a confrontação física, fartamente documentada em imagens, entre policiais militares e manifestantes. As ações da polícia e de agentes do Estado se notabilizaram, a cada ato ou manifestação, pela truculência e arbitrariedade. Arquitetou-se, à medida que a revolta popular progredia, um aparato de repressão e vigilância que atuava conjuntamente no controle dos corpos presentes nas ruas e no monitoramento de dados e informações que circulavam na internet (BRUNO; CARDOSO, 2014).

No âmbito da rua, as forças policiais se valeram essencialmente da violência física, acarretando, no mais das vezes, a violação de direitos fundamentais de militantes e grupos políticos. Já no domínio da internet, o alvo privilegiado da vigilância – realizada não só pela própria polícia, mas também por instâncias estaduais e federais de segurança pública – foram os chamados “rastros digitais da resistência” (BRUNO; CARDOSO, 2014), ou seja, imagens, dados e informações de natureza bastante diversificada deixadas, em alguns casos de maneira inadvertida, pelos manifestantes nas redes de informação e comunicação.

Acredita-se, portanto, que o poder constituído, durante as manifestações públicas, se estruturou à maneira de um “dispositivo” (FOUCAULT, 1980, 2008; DELEUZE, 1992). Nesse sentido, quais os elementos, discursivos e não-discursivos, que compuseram o dispositivo de ordenamento social? Ou ainda, quais seriam a máquina visual e a máquina de enunciação que animaram esse dispositivo? De que modo as linhas de força manearam as relações entre o “ver” e o “dizer”? Que lugar ocupou, nele, a subjetivação, vista como resistência? (DELEUZE, 1992). O presente capítulo se propõe a traçar, sem a pretensão de ser exaustivo, o que se tem chamado, aqui, de dispositivo de ordenamento social. Como ponto de partida, deve-se precisar o

que se entende por “ordenamento social”. O termo “ordenamento social” é tomado de maneira bastante ampla, o que permite considerar, além da atuação da polícia, as ações levadas a cabo pelos meios de comunicação corporativos, bem como pelo Executivo, Judiciário e Legislativo brasileiros.

2.1 PREMISSAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Em termos teórico-metodológicos, o que se busca é realizar, no rastro do pensamento foucaultiano, uma “analítica do poder” presente nas ruas em 2013 e 2014. Isso significa direcionar a investigação “para uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo” (FOUCAULT, 1980, p. 90). Nesse sentido, realizar uma “analítica do poder” que circulou nas ruas requer, a princípio, o abandono de certa representação do poder que poderia ser chamada de “jurídico-discursiva”, ou seja, centrada na enunciação da lei (FOUCAULT, 1980). Neste ponto, é fundamental deixar claro o que se entende por “poder”, uma vez que o modo como essa noção é concebida influenciará decisivamente na descrição do dispositivo de ordenamento social. O poder que circulou nas ruas não deve ser visto único e exclusivamente como sendo o efeito imediato das ações realizadas pelo Estado e suas instituições a fim de garantir a sujeição e a opressão das pessoas que se manifestavam. O poder, segundo a concepção foucaultiana, não pertence a uma classe social específica que, pelo fato de controlar os aparelhos estatais, submeteria outros indivíduos e outras classes a uma forma geral de dominação – dominação que estaria espalhada por toda a sociedade e se manifestaria de forma ainda mais contundente num contexto de ira e insatisfação populares. Em outros termos:

Numa sociedade como a nossa, onde os aparelhos do poder são tão numerosos, seus rituais tão visíveis e seus instrumentos tão seguros, afinal, nessa sociedade que, sem dúvida, foi mais inventiva do que qualquer outra em mecanismos de poder sutis e delicados, por que essa tendência a só reconhecê-lo sob a forma negativa e desencarnada da interdição? Por que reduzir os dispositivos da dominação ao exclusivo procedimento da lei de interdição? (FOUCAULT, 1980, p. 94).

Tomando como referência a passagem anterior, a análise das Jornadas de Junho e das manifestações públicas que as sucederam não deve partir do pressuposto de que haveria, como uma espécie de anterioridade reguladora das relações que se deram no

plano da rua, um Estado ou uma lei reguladora. O Estado, a lei e a dominação social são, de acordo com Foucault (1980, p. 100), somente as “formas terminais” do poder. O poder seria, portanto,

(...) a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1980, p. 100-101).

O trabalho de descrever o dispositivo de ordenamento social é uma tentativa de cartografar as correlações de forças presentes nas revoltas populares de 2013 e 2014. Para isso, devem-se levar em consideração tanto as “cadeias” quanto as “defasagens” formadas ao longo dos protestos, ou seja, os avanços e retrocessos da revolta, o apoio e a reprovação da sociedade dados a ela, o aumento e a diminuição da violência do aparato repressivo contra os manifestantes, as mudanças no enquadramento fornecido pela mídia corporativa, os efeitos ambivalentes no que diz respeito à vigilância das redes de comunicação e informação etc. Todas essas modulações complexas, instáveis e referentes a um domínio espaço-temporal particular – eis, talvez, o ponto mais importante – não são efeitos da ação do “Poder”, centralizador, onipresente, personificado e que opera de modo transcendente. Com efeito, essas inflexões da revolta popular são consequências dos contágios imanentes das forças que estavam em jogo naquele momento de efervescência social. E tais forças são sempre desiguais, localizáveis e móveis. Nas palavras de Foucault (1980, p. 101):

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares.

Pode-se dizer que a genealogia das relações entre poder e saber realizada por Foucault (1980) buscava, em última instância, “desnaturalizar o presente, mostrando-o sempre como resultado de um conflito e de um arranjo de forças e, portanto, arbitrário, não necessário, justo ou lógico” (TUCHERMAN, 2005, p. 41). Do mesmo modo, o que se almeja, ao traçar o dispositivo de ordenamento social, é cartografar em alguma

medida as correlações de forças que formaram o “presente” – ainda em voga, é importante destacar – das manifestações urbanas de 2013 e 2014².

A opção aqui realizada pelo conceito de dispositivo não é meramente formalista, tampouco é fruto de um simples modismo do pensamento. A princípio, parece equivocado analisar conjuntamente elementos tão díspares quanto complexos: meios de comunicação de massa, Polícia Militar, poderes Executivo, Judiciário e Legislativo etc., uma vez que tal análise poderia ignorar as especificidades de cada um deles. Todavia, do ponto de vista teórico-metodológico, a noção de dispositivo fornece bases suficientemente sólidas para que elementos heterogêneos, discursivos e não discursivos, sejam cotejados em uma mesma análise. Optou-se por esse conceito por acreditar que ele permite explorar o modo como foi estabelecido o complexo agenciamento, durante as revoltas populares recentes, entre a Polícia Militar, a mídia corporativa, o Judiciário, o Executivo e o Legislativo. Além disso, é possível apreender, com esse conceito, a “urgência” que estava em jogo naquele determinado momento histórico.

2.2 AS INSTÂNCIAS DO DISPOSITIVO DE ORDENAMENTO SOCIAL

Deve ficar claro que, embora não pertencente a um determinado indivíduo e/ou classe social, o poder possui uma intencionalidade, isto é, um conjunto de objetivos e alvos bem delimitados. Em razão disso, as relações de poder são sempre estratégicas. No que diz respeito ao dispositivo de ordenamento social, não se deve imaginar um poder atuante ali cuja racionalidade teria estabelecido uma espécie de plano responsável por alinhar as ações tomadas pela Polícia Militar, as esferas judiciária, legislativa, executiva e os meios de comunicação corporativos. Cada instância desse dispositivo apresentou estratégias e mecanismos particulares que, por sua vez, produziram efeitos determinados no âmbito específico de sua atuação. Os efeitos de poder de cada instância – Polícia Militar, mídia corporativa, Judiciário, Legislativo, Executivo – estabeleceram, então, contatos e diálogos mútuos, influenciando-se reciprocamente, dando uns aos outros suportes e condições de possibilidade para se propagarem, criando, enfim, algo instável, mutante, sujeito a desagregações constantes, o dispositivo de ordenamento social. Nessa perspectiva, Tucherman e Saint-Clair (2008, p. 04) lembram que “[ao]

² Não se pode perder de vista que Foucault (1980) trabalha o conceito de dispositivo em uma escala de tempo um tanto distendida. Na presente dissertação, o termo é utilizado, no entanto, com o objetivo de problematizar um conjunto de acontecimentos num recorte temporal bastante preciso, isto é, manifestações populares compreendidas entre os anos de 2013 e 2014.

trabalhar a partir de uma metodologia marcadamente foucaultiana, pressupõe que os elementos de um dispositivo se influenciam mutuamente em uma lógica de efeito-instrumento, sem qualquer preponderância fixa de um deles sobre os outros”. Ademais, Alzamora, Arce e Utsch (2014, p. 63, grifos no original) lembram que o dispositivo “recusa agrupamentos de elementos fixos, pois se constitui de elementos *em movimento*”.

O dispositivo, segundo a noção foucaultiana, é a rede heterogênea e complexa capaz de conectar, num determinado corpo social, as estruturas do conhecimento ao exercício do poder. O dispositivo pode ser definido, portanto, como uma rede composta por elementos absolutamente diversos: discursos, leis, instituições, enunciados de saber, construções arquitetônicas, entre diversos outros. E essa rede não só daria conta de regular as relações entre as inúmeras partes que a compõe, como também teria seu surgimento ligado à urgência de um determinado momento histórico. “Três sentidos, portanto, que provocam ecos uns nos outros: rede heterogênea de elementos, natureza da relação entre tais elementos e resposta histórica a uma urgência” (TUCHERMAN; SAINT-CLAIR, 2008, p. 02). Deleuze (1992) também se propôs a pensar a respeito de o que é um dispositivo. Segundo o autor, um dispositivo apresenta quatro dimensões, quais sejam: regime de visibilidades, regime de enunciados, linhas de força e subjetivação. O regime de visibilidades pode ser entendido como uma “máquina que faz ver” (ALVIM, 2012), ou seja, como algo que determina os modos de ver e ser visto numa certa formação histórica. Atrelado intimamente a esse regime, há outro, o de enunciados, responsável por fazer a repartição daquilo que pode ser ou não enunciável. Aqui, é possível pensar igualmente numa “máquina que faz falar” (ALVIM, 2012).

Na abordagem deleuziana, o dispositivo possui ainda outras duas dimensões. As linhas de força, presentes em toda extensão do dispositivo e que se ocupam de preenchê-lo, determinam as associações que se estabelecem entre o “ver” e o “dizer”, ou ainda, determinam o funcionamento das máquinas visual e de enunciação. Essas linhas são constituídas pelas relações de poder. Isso significa que, numa determinada formação histórica, os modos de ver e ser visto – regime de visibilidades – e a validação ou não de discursos, proposições, frases e palavras – regime de enunciados – dependem do modo como as relações de poder estão engendradas. Por último, a quarta dimensão de um dispositivo é formada pela subjetivação, vista também como linha do dispositivo, que procura, a todo custo, escapar das dimensões do poder e do saber ao realizar um

movimento autorreferente, voltado para si mesmo, aos moldes de uma “dobra” (DELEUZE, 1992).

Em sintonia com a leitura deleuziana, Tucherman (2005) define o dispositivo como sendo um regime do ver e do dizer. Tal regime, ao promover a distribuição do “visível” e do “dizível”, seria responsável pela emergência e desaparecimento de “sujeitos” e “objetos” (TUCHERMAN, 2005, p. 42). Sendo assim, o dispositivo de ordenamento social apresentou três instâncias: a instância de produção de discursos – isto é, os meios de comunicação corporativos –, a instância de exercício do poder – isto é, o Estado, representado pelo Executivo, polícia militar e poder judiciário –, a instância de produção de saberes – isto é, o poder legislativo e os especialistas da mídia, como, por exemplo, cientistas políticos, sociólogos e, até mesmo, jornalistas. Durante as revoltas populares de 2013 e 2014, pode-se chamar de dispositivo de ordenamento social a rede heterogênea e instável constituída pelas ações e discursos da Polícia Militar, pelos enunciados da mídia corporativa e pelas leis e normas levadas a cabo pelos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Foucault (1980) demonstrou como os múltiplos discursos a respeito do sexo estavam, no século XIX, intimamente relacionados aos modos de produção da verdade e ao exercício do poder. Com isso, o autor procurou explicitar a íntima relação entre a instância de produção discursiva e a instância de produção de poder. Em outras palavras: a conexão entre a “ordem da verdade” e o “regime de poder” (FOUCAULT, 2008). No caso do dispositivo de ordenamento social, os discursos midiáticos, em vários momentos das manifestações populares, deram suporte para o exercício do poder no âmbito das ruas. Como não associar, por exemplo, a escalada da violência por parte da Tropa de Choque da Polícia Militar de São Paulo, no princípio dos atos contra o aumento das tarifas, com os editoriais produzidos, no dia 13 de junho de 2013, pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*? Como não ver o papel preponderante desempenhado pela “grande mídia” na apresentação das demandas e reivindicações de parte expressiva dos revoltosos? Como não entrever efeitos de poder no discurso midiático a respeito da atuação de “vândalos” e “mascarados”, durante os atos públicos?

Nessa mesma medida, a análise realizada por Teles (2013) permite visualizar o modo como o dispositivo de ordenamento social promoveu o entrelaçamento entre a produção de discursos e o exercício do poder. O autor enfatiza que a repressão violenta da Polícia Militar no decorrer dos protestos encontrou legitimidade e impulso nos discursos midiáticos responsáveis por caracterizar os manifestantes como “vândalos” e

“desordeiros”, que não queriam outra coisa senão ou desestabilizar, por meio do uso da violência, os governos instituídos democraticamente ou promover a desordem social.

Contra a violência dos manifestantes adotou-se, além do gás lacrimogêneo, da bomba de efeito moral e das balas de borracha (às vezes, um cassetete ou tiro de arma de fogo), o discurso da pacificação e da confraternização política dentro dos parâmetros da ordem. (TELES, 2013, s/p).

O apaziguamento da revolta popular – que, inicialmente, apresentava um caráter mais radicalizado e contestador da ordem vigente – se deu por meio da relação, pautada numa lógica de “efeito-instrumento” (FOUCAULT, 1980), entre dois elementos do dispositivo de ordenamento social: a Polícia Militar e os meios de comunicação corporativos. Em determinados momentos das Jornadas de Junho, os discursos referentes ao que se passava no domínio das ruas sugeriam que algo parecia severamente ameaçado pela ação de “vândalos” e “mascarados”: a “paz social” e a “estabilidade política” da jovem democracia brasileira. Assim, o dispositivo de ordenamento social procurou transformar as rebeliões populares em uma espécie de “grande festa cívica”. Para tanto, tornava-se importante estabelecer a dicotomia vândalos *versus* manifestantes pacíficos.

Vistas desse modo, a violência e arbitrariedade da Polícia Militar não só pareciam justificáveis, como necessárias para que ocorresse uma “pacificação” da sociedade. Rocha de Oliveira (2013, s/p), por sua vez, afirma que

(...) é preciso dizer que, evidentemente, nos casos de violência estatal contra manifestantes e nos espaços de pobreza, a mídia comercial, ao mesmo tempo que exhibe e propaga a violência estatal, também oferece justificativas legitimadoras: trata-se, aqui, de combater o vandalismo e, ali, de combater o crime organizado.

Teles (2013) estabelece uma correlação entre o discurso acerca do “subversivo”, engendrado pela ditadura militar, e o discurso sobre o “vândalo”, presente nas revoltas populares recentes. Ambos teriam, cada qual a seu modo, criado as condições de possibilidade para a ação do aparato repressivo. Não se pode perder de vista, tal como apontado pelo autor, que, durante as manifestações multitudinárias de junho de 2013, o Estado brasileiro colocou nas ruas as tropas mais especializadas no que diz respeito à violência urbana. Os discursos midiáticos combinaram, a um só tempo, a legitimação da

violência policial contra os “vândalos” com a condenação dos “excessos” dos policiais contra os “não-vândalos” (ROCHA DE OLIVEIRA, 2013).

Alzamora e Rodríguez (2014) sugerem que a mediação das manifestações populares feita pelas corporações midiáticas se deu tanto numa lógica massiva – mídia impressa e mídia televisiva – quanto numa lógica pautada na convergência e no compartilhamento, isto é, o *Twitter* e o *Facebook* da “grande mídia” também atuaram na conformação dos regimes de visibilidade e de enunciação acerca dos protestos. Em meio a esses regimes instaurados pela mídia corporativa, surgiam linhas de fissura provenientes do processo de registro e compartilhamento de informações e imagens por parte dos manifestantes. O caso Bruno Teles, nessa medida, pode ser visto como um momento paradigmático do predomínio do regime de visibilidade das redes de informação e comunicação frente ao regime de visibilidade midiático, historicamente hegemônico.

É ressaltado, com frequência, o potencial das redes sociais na condição de amplificadoras de narrativas políticas contra-hegemônicas e dissidentes. Em situações de revolta popular, como a vivenciada em junho de 2013 no Brasil, tal característica das redes parece ficar ainda mais evidente. Em contrapartida, de acordo com Recuero, Bastos e Zago (2014), as narrativas produzidas por atores ligados à rotina de notícias, como, por exemplo, os “blogueiros ativistas” e/ou os próprios jornalistas da mídia corporativa, tendem a apresentar, no âmbito mais específico do *Twitter*, um maior grau de atenção e influência perante a audiência³. Em eventos de grande repercussão, percebe-se, segundo as autoras, uma tendência do foco narrativo estar direcionado a profissionais atrelados à atividade jornalística especializada (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2014). Nesse sentido, engana-se quem acredita que a mediação jornalística realizada pela mídia empresarial esteve ausente das redes sociais durante o “Outono Brasileiro” ou, antes, tenha se dado somente nos veículos massivos.

No âmbito do *Twitter*, as narrativas acerca dos protestos produzidas pelas corporações midiáticas parecem ter prevalecido em termos de audiência e atenção frente aos discursos de atores menores e/ou anônimos, não obstante o fato de as redes permitirem o surgimento de discursos distintos a respeito de um mesmo fato. É o que sugerem Recuero, Bastos e Zago (2014, p. 192):

³ Para embasar tal afirmação, Recuero, Bastos e Zago (2014) se valem dos estudos de audiência no *Twitter* realizados por Cha *et al.* (2010) e Poell e Borra (2011).

Assim, os discursos e as narrativas sobre protestos parecem ainda depender da atuação de alguns atores principais (notadamente jornalistas e veículos jornalísticos) que acabam por marcar os eventos com suas exposições de fatos por conta de sua maior visibilidade na rede, por vezes constituindo reproduções mais homogêneas do que seria de se esperar pelo potencial das ferramentas.

O *Twitter* e o *Facebook* se notabilizaram também como terrenos privilegiados para a disseminação de narrativas produzidas pelo dispositivo de ordenamento social. A partir de uma breve análise do estado da arte sobre “Jornalismo e *Twitter*”, Recuero, Bastos e Zago (2014, p. 05) afirmam que: “[estes] estudos demonstram que os veículos noticiosos que têm força na mídia *offline* também têm um foco narrativo relevante na construção dos discursos no *Twitter*”. Não se pode perder de vista que as narrativas midiáticas no *Twitter* sobre os protestos ocorridos no Rio de Janeiro só se tornaram hegemônicas a partir do dia 20 de junho de 2013. Conforme demonstrado por Bruno, Nascimento e Mazotte (2013, s/p)⁴, até essa data, a trama reticular de enunciados que se formou nessa rede social contou com a participação ativa de atores menores: “A rede #ProtestoRJ, especialmente nos dias 16 e 17 de junho, é massivamente constituída por uma multiplicidade de atores e ações ‘menores’, no sentido de ser formada por pessoas quaisquer, mas intensamente conectadas”.

Recuero, Bastos e Zago (2014) demonstraram ainda como o tema da violência esteve presente na cobertura das manifestações feita pela mídia corporativa no *Twitter*. O percentual médio das postagens que caracterizaram os protestos como “eventos violentos” chegou a aproximadamente 30%. No período compreendido entre 18 e 21 de junho, auge das passeatas políticas, é o momento no qual cresce substancialmente o número de *tweets* caracterizando as manifestações populares como violentas. Isso permite dizer que, à medida que os protestos se radicalizavam esteticamente e politicamente, a cobertura jornalística realizada pelos meios corporativos respondia com a produção de discursos cujo objetivo era, em maior ou menor grau, conter a mobilização social ao caracterizá-la como essencialmente “violenta”. Com efeito, os discursos postos em circulação pelo dispositivo de ordenamento social acusavam certos grupos de manifestantes de “grupos protorrevolucionários”. Recuero, Bastos e Zago (2014) mostram como esse tipo de *tweet*, que tem a violência como foco, também foi frequente no período compreendido entre 10 e 13 de junho, momento no qual estouravam as

⁴ Para o estudo realizado por Bruno, Nascimento e Mazotte, intitulado *#ProtestoRJ: atores menores fazem a rede* (2013), ver: <<http://medialabufjr.net/2013/08/protestorj-atores-menores-fazem-a-rede/>>. Acesso: 15. Fev. 2016.

primeiras manifestações, e a mídia corporativa, num estado de perplexidade, não fez outra coisa senão caracterizar o que se via nas ruas como “baderna”, “arruaça” e “violência”.

O estudo anteriormente referido⁵ realça uma contradição interessante. Quando é confrontado o número de *tweets* sobre a violência feitos pela mídia corporativa com os dados oficiais de presos, feridos e mortos nas manifestações divulgados por essa mesma mídia, percebe-se que há um descompasso: o número de *tweets* enfocando a violência aumenta à medida que diminui o número de manifestantes presos, feridos e mortos. Em outros termos, quando os protestos se tornam, ao menos segundo os dados oficiais, mais “pacíficos”, com menos presos e feridos, mais os meios de comunicação corporativos os caracterizam como “eventos violentos”. Nas palavras das autoras:

Os períodos com violência mais intensa nos dados oficiais são diferentes daqueles apontados pelo foco narrativo dos veículos jornalísticos no *Twitter*. Enquanto a maior parte dos *tweets* dos veículos enfocou a violência no período final da análise⁶, conforme demonstramos no início deste artigo, os dados oficiais publicados na cobertura da própria imprensa em seus *sites* apontam para protestos mais pacíficos do que violentos (se levarmos em consideração os números de presos, mortos e feridos) (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2014, p. 205).

Diante dessa contradição, surgem questionamentos inevitáveis: a qual violência a cobertura jornalística se referia? Quem era, para a mídia corporativa, o alvo da violência? Qual era o “sujeito da violência” nas discursividades postas em circulação? De acordo com Recuero, Bastos e Zago (2014), esse sujeito causador da violência era apresentado como sendo o manifestante, e não o policial militar. Interessante observar como o discurso da violência dos manifestantes erigido pela cobertura midiática desencadeou efeitos de poder no desenrolar dos acontecimentos que se dava no plano da

⁵ No que diz respeito à metodologia empregada, Recuero, Bastos e Zago (2014, p. 191) ressaltam que “monitoramos 2.852 tweets de dez veículos jornalísticos brasileiros que cobriram os protestos e, através de uma análise de conteúdo, comparamos e identificamos mensagens com enfoque na violência ocorrida durante os protestos. Também comparamos esse discurso aos dados oficiais divulgados pelos veículos jornalísticos a respeito de mortos, feridos e presos em 268 protestos ocorridos no período”. A esse respeito, as autoras prosseguem dizendo que “abordamos a cobertura dos protestos com base em uma análise de conteúdo (a partir da proposta de Krippendorf, 2013) dos termos e enfoques que trazem a violência como temática principal dos veículos jornalísticos em suas postagens no Twitter” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2014, p. 193).

⁶ Sobre o período de análise escolhido pelas autoras, elas esclarecem que: “Para melhor compreender como essas narrativas foram geradas, separou-se o estudo em três períodos. O primeiro, de 10 a 13 de junho, compreende o início dos protestos. O segundo, de 14 a 17 de junho, é o período em que começa a ocorrer uma maior cobertura midiática dos eventos. Finalmente, o terceiro período, de 18 a 21 de junho, compreende o momento em que há o maior número de protestos ocorrendo simultaneamente” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2014, p. 201).

rua. O dispositivo é exatamente isso: uma rede capaz de conectar discursos, instituições, gestos políticos, medidas econômicas etc.

Os discursos midiáticos acerca do levante popular não foram produzidos sem que despertassem embates e tensões. Como exemplos não exaustivos, poderiam ser citados o comentário de Arnaldo Jabor levado ao ar no dia 12 de junho, e o editorial do *Jornal Nacional* lido pela apresentadora Patrícia Poeta, no dia 17 de junho. Segundo Alzamora e Rodríguez (2014), esses posicionamentos editoriais da Rede Globo “foram duramente criticados nas conexões de mídias sociais e, em um movimento típico da cultura da convergência, foram apropriados, editados, comentados e ressignificados em outros contextos midiáticos” (ALZAMORA; RODRIGUÉS, 2014, p. 06).

Similarmente à sexualidade a partir do século XVII, o protesto, no período compreendido entre junho de 2013 e julho de 2014, foi alvo de múltiplos discursos, que se originaram em instituições igualmente diversas e a partir de mecanismos complexos. Com efeito, os meios de comunicação corporativos predominaram, tal como ressaltado anteriormente, no que diz respeito à produção discursiva sobre as manifestações populares. No entanto, outras instituições elaboraram discursos sobre os protestos. Os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo colocaram em circulação narrativas distintas, forjadas por meio de mecanismos próprios, sobre as ruas e os manifestantes. O Executivo, na condição de instância do dispositivo de ordenamento social, respondeu estrategicamente às ruas em dois momentos. No dia 21 de junho de 2013, Dilma Rousseff realizou um pronunciamento em cadeia nacional e prometeu “escutar o clamor das ruas”. Para tanto, propôs a reforma política, que seria implementada por intermédio de uma Constituinte. Já em 24 de junho, após a repercussão em torno da proposta feita dias antes, a presidente abriu mão da Constituinte e passou a falar, então, em Plebiscito como uma maneira do povo definir a pauta da reforma política. A instância discursiva do dispositivo de ordenamento social não produziu, portanto, discursos unívocos. Mas existe, decerto, uma rede complexa e multifacetada que une todos esses discursos – meios de comunicação corporativos, Judiciário, Legislativo, Executivo, Polícia Militar e Civil. De acordo com Foucault (1980),

É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função táctica não é uniforme nem estável. Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como

uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes (FOUCAULT, 1980, p. 109-110).

À medida que a revolta avançava, criou-se um aparato de produção de saberes a respeito dos manifestantes – identidades, vinculações políticas e/ou partidárias, redes de contatos, influências sob as quais poderiam estar submetidos, rotina diária etc. – e dos modos de organização dos atos públicos – convocatórias, pontos de concentração e encontro, percursos das passeatas, formas de dispersão, locais das reuniões etc. De modo análogo, o protesto não foi somente objeto de criminalização e interdição – operações realizadas, respectivamente, pela mídia corporativa e pelo poder Judiciário –, mas também objeto de verdade. Com a agudização das lutas e resistências ao longo das manifestações de 2013 e 2014, tornou-se primordial e urgente ao dispositivo de ordenamento social conhecer e dizer a “verdade do protesto”.

Quais seriam, então, os principais procedimentos utilizados para produzir discursos verdadeiros sobre as revoltas populares? A “verdade do protesto” foi dita, em primeira instância, por um conjunto de formulações científicas que encontraram na mídia massiva um meio privilegiado de propagação. A figura do “especialista em manifestações públicas” – não raro, um sociólogo ou um cientista político e, em alguns casos, até mesmo um jornalista que cobriu os protestos – passou a ser recorrentemente acionada para “explicar” e “interpretar” o que acontecia nas ruas: as principais razões da revolta e os grupos políticos que dela participavam, a legitimidade ou não de determinadas bandeiras levantadas pelos revoltosos, o comportamento adotado pelas forças de segurança pública e pelos governos municipal, estadual e federal, as consequências das manifestações para o sistema democrático etc.

De modo geral, além do sistema de saberes específicos à área de atuação, os especialistas emitiam pareceres a partir de pesquisas de opinião realizadas pela própria mídia corporativa – com destaque especial aos levantamentos feitos pelos institutos Datafolha e IBOPE. Ademais, Recuero, Bastos e Zago (2014) demonstraram que 4,3% do total de *tweets* coletados no estudo realizado pelas autoras se referiam à análise das manifestações realizada por especialistas. Isso demonstra, ainda que a porcentagem não seja demasiado expressiva, a tentativa de constituir uma espécie de “ciência do protesto” também no âmbito do ciberespaço. É importante lembrar que tais dados se referem a apenas um – o *Twitter* – entre diversos espaços midiáticos que serviram de instâncias de produção de saber sobre as manifestações e os manifestantes. Zizek (2013,

p. 103), ao comentar as manifestações ocorridas na Praça Taksim, em Istambul, na Turquia, afirma que a luta “pela interpretação dos protestos não é apenas ‘epistemológica’; a luta dos jornalistas e teóricos sobre o verdadeiro teor dos protestos é também uma luta ‘ontológica’, que diz respeito à coisa em si, que ocorre no centro dos próprios protestos”. No caso brasileiro, o dispositivo de ordenamento social procurou formar, se valendo de análises e teorias de jornalistas e intelectuais, uma espécie de “ciência do protesto” capaz de disputar os sentidos conferidos e os rumos das Jornadas de Junho. Tal como dito por Zizek (2013) em relação à Turquia, a produção de conhecimento sobre as ruas brasileiras era de natureza “ontológica”, isto é, visava influir estrategicamente no desenrolar dos fatos.

A “ciência do protesto” não foi realizada apenas pelo dispositivo de ordenamento social, mas também por intelectuais autodenominados “progressistas” e “democratas”. A atuação desses intelectuais se deu especialmente em *blogs* e perfis das redes sociais, influenciando certamente o conjunto de reivindicações e pautas dos revoltosos. Eles procuravam, a exemplo dos especialistas da mídia, interpretar e fornecer sentidos aos acontecimentos das ruas. Leonardo Sakamoto, no dia 21 de junho de 2013, em texto intitulado *E, em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. Literalmente*⁷, estruturou o argumento em torno da relação entre as redes sociais e o perfil dos manifestantes que foram às ruas na marcha ocorrida no dia 17 de junho em São Paulo. Para Sakamoto, “o chamado feito pelas redes sociais trouxe as próprias redes sociais para a rua”. Isso significava dizer, na perspectiva do *blogueiro*, que “nem todos os que foram às ruas são exatamente progressistas”. Com isso, Sakamoto chamava a atenção para alguns grupos “fascistas” e de “ultradireita” que marcaram presença nos atos paulistanos. Tais grupos passaram a se sentir “à vontade para agir em público exatamente da mesma forma que já fazia nas áreas de comentários de *blogs* e nas redes sociais, mas sob o anonimato”. Sakamoto se referia, mais especificamente, às violências verbais e físicas sofridas por militantes de partidos políticos e sindicalistas.

Ao concluir o texto, o *blogueiro* coloca em questão a “reforma política”, que, naquele momento, vinha se desenhando como uma reivindicação central de certos grupos de manifestantes, influenciados pelo modo como a revolta estava sendo “institucionalizada” pelo Executivo e Legislativo brasileiros. “Uma reforma política, que inclua ferramentas de participação popular, pode ser a saída”, disse Leonardo

⁷ Para o texto de Leonardo Sakamoto, ver: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2013/06/21/e-em-sao-paulo-o-facebook-e-o-twitter-foram-as-ruas-literalmente/>>. Acesso: 19. Jan. 2016.

Sakamoto. O argumento da reforma política aparece novamente no texto *Três comentários sobre o povo nas ruas*⁸, de Simon Schwartzman, publicado no dia 19 de junho. O sociólogo e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) diz que “precisamos urgentemente de governabilidade e legitimidade e, para mim, pelo menos, a principal lição do voto das ruas é a necessidade urgente de uma reforma política que consiga produzir isto, com as inevitáveis imperfeições do mundo real”.

Em outros momentos, os eventos das ruas foram capturados por interesses partidários e eleitorais, como é possível perceber na postagem *Repressão em BH e bravatas de Aécio*⁹, feita por Altamiro Borges no dia 17 de junho de 2013. No texto, o *blogueiro*, conhecido por sua ligação com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pertencente à base aliada do governo Dilma Rousseff, associou, em tom de denúncia, a violência da Polícia Militar mineira com o político Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). “A PM tucana de Minas Gerais reprimiu com violência o protesto no centro de Belo Horizonte (...). Aécio Neves também adora bravatear em defesa da liberdade de expressão, mas controla como um ditador a mídia local”, afirmou Miro. A postagem feita pelo *blogueiro* seria uma espécie de resposta a um comentário do tucano no *Facebook*, segundo o qual “são brasileiros [os manifestantes] que enviam um recado à sociedade, em especial, aos governantes, e que precisam ser escutados”. Percebe-se, aqui, que a “captura” deliberada das manifestações não se deu somente por parte de Altamiro Borges, mas também de Aécio Neves, opositor do governo defendido pelo *blogueiro*.

Entre a segunda metade de junho e o princípio de julho, período marcado por manifestações multitudinárias intermitentes na maioria das capitais brasileiras, o número de textos de intelectuais publicados nas redes presenciou, não por acaso, um aumento expressivo. Nesse contexto, Paulo Arantes, um dos principais intérpretes desse momento histórico, talvez porque fosse próximo ao MPL-SP, em texto intitulado *Tarifa zero e mobilização popular*¹⁰, publicado no dia 3 de julho, acionou, por sua vez, algumas perspectivas históricas e políticas no intuito de “explicar Junho de 2013”. Para o professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), as manifestações

⁸ Para o texto de Simon Schwartzman, ver: <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=4514&lang=pt-br>>. Acesso: 19. Jan. 2016.

⁹ Para o texto de Altamiro Borges, ver: <<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2013/06/repressao-em-bh-e-cinismo-de-aecio.html>>. Acesso: 19. Jan. 2016.

¹⁰ Para o texto de Paulo Arantes, ver: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/03/tarifa-zero-e-mobilizacao-popular/>>. Acesso: 20. Jan. 2016.

trouxeram a “disposição política que parece ter ficado varrida da memória política brasileira nos últimos vinte anos”. Além disso, Arantes afirmou que “desmontou-se, praticamente, o mito pós-ditadura segundo o qual vivemos em um estado democrático de direito”. Por fim, em *Proposta correta*, texto publicado no dia 18 de junho, Vladimir Safatle teceu comentários sobre o “direito à cidade”: “como as cidades brasileiras transformaram-se em catástrofes urbanas, moldadas pela especulação imobiliária e pelas máfias de transportes, nada mais justo do que problematizar a ausência de uma política pública eficiente”.

É importante chamar a atenção para o caráter dinâmico e imprevisível das relações existentes entre os elementos responsáveis por formar todo e qualquer dispositivo, e, em particular, o dispositivo de ordenamento social. Conforme apontam Tucherman e Saint-Clair (2008, p. 02), “o dispositivo foucaultiano comporta seus elementos em luta constante: ele é repleto de assimetrias, confiscos, produções de sentido e mobilidades de toda ordem”. Deve-se imaginar que, entre as próprias instâncias formadoras do dispositivo de ordenamento social, existiram momentos de desacordo e confronto. Isso significa dizer, por exemplo, que nem sempre a mídia corporativa apoiou enfaticamente as ações violentas e arbitrárias da Polícia Militar em relação aos manifestantes.

Ao analisar as mudanças de comportamento tanto da mídia corporativa quanto da Polícia Militar, é importante considerar o aspecto temporal intrinsecamente presente em todo dispositivo, ou seja, a capacidade que ele possui de atualização no tempo. O dispositivo, quer seja o disciplinar, o da sexualidade, ou ainda, o de ordenamento social, não existiria sem uma temporalidade que permite a realização de duas operações fundamentais: o “preenchimento estratégico” e a “sobredeterminação funcional” (TUCHERMAN; SAINT-CLAIR, 2008). A respeito dessas duas operações realizadas pelo dispositivo, os autores dizem o seguinte:

Por sobredeterminação funcional, entende-se que cada efeito do dispositivo, seja ele positivo ou negativo, exige necessariamente a rearticulação de todos os outros elementos da rede com essa nova produção. No mesmo sentido, a idéia de preenchimento estratégico comporta a reutilização imediata de um efeito involuntário do dispositivo em uma nova e produtiva estratégia (TUCHERMAN; SAINT-CLAIR, 2008, p. 03).

Sobre as operações de preenchimento estratégico e sobredeterminação funcional de um dispositivo, um exemplo importante pode ser extraído da análise realizada por

Recuero, Bastos e Zago (2014). As autoras ressaltam que, no período compreendido entre 14 e 17 de junho, houve uma inversão no que concerne ao “sujeito ativo” da violência nos protestos: o manifestante passou da condição de “agressor”, verificada no período compreendido entre 10 e 13 de junho, para “agredido”, fazendo com que, por consequência, a caracterização do policial também se alterasse: os agentes da segurança pública passaram a ocupar o lugar de “agressores” e “sujeitos ativos” da violência nas manifestações públicas. “Há uma clara mudança na narrativa do vandalismo por parte dos manifestantes, focando agora as agressões das autoridades” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2014, p. 206).

Já no período compreendido entre 18 e 21 de junho, os discursos midiáticos no *Twitter* retomam a abordagem verificada no primeiro momento de explosão dos protestos: o “sujeito ativo” da violência, isto é, aquele responsável pela agressão, volta a ser o manifestante, e não mais o policial. Interessante observar que o discurso midiático no *Twitter* sobre os protestos só enfatiza a violência policial quando ela recai sobre os próprios jornalistas. Para Recuero, Bastos e Zago (2014, p. 211-212), “[essa] narrativa só é deslocada para a violência policial quando os jornalistas são as vítimas da violência, especialmente durante o segundo período analisado. Neste momento, a atenção se volta para a repressão policial”. Em suma,

Podemos indicar assim que os protestos são narrados como eventos violentos quando a violência inicialmente parte dos manifestantes, é deslocada para a polícia como vetor da violência (ou na repressão dos protestos) no segundo momento, e finalmente retorna aos manifestantes no terceiro período. De um modo geral, portanto, os sujeitos ativos foram apontados pela narrativa como os manifestantes (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2014, p. 207-208).

Não se pode perder de vista que, no domínio do dispositivo de ordenamento social, o poder se manifestou segundo lógicas e intensidades distintas, de modo não homogêneo e unitário, variando, portanto, de acordo com a instituição e/ou aparelho que lhe deu suporte e o tipo de operação levado a cabo por ele. Sendo assim, nesse dispositivo, tal como ressaltado anteriormente, não circulou uma forma geral de poder (FOUCAULT, 1980). No que concerne à mecânica do poder, existiram, com efeito, especificidades quando se trataram das ações truculentas da Polícia Militar, dos processos inquisitórios instaurados pelo Judiciário, ou ainda, das discursividades conservadoras dos meios de comunicação de massa. Além disso, em alguns momentos, na relação estabelecida entre dispositivo e manifestantes, fatos de natureza diversa

alteraram as correlações de forças em jogo, provocando, assim, ora o fortalecimento da ordem, ora a supremacia das táticas dos revoltosos. Os efeitos de poder produzidos por esse dispositivo não foram, portanto, homogêneos e simétricos em sua relação com os ativistas políticos, e nem deixaram de sofrer resistências e revides por parte deles.

A respeito do poder e de sua capacidade intrínseca de se manifestar sob diversas formas, Foucault (1980) afirmou, ao estudar a sexualidade ocidental, que ele é capaz de produzir “efeitos que podem ser de recusa, bloqueio, desqualificação, mas também de incitação, de intensificação, em suma, as ‘técnicas polimorfos do poder’” (FOUCAULT, 1980, p. 17). Algo similar ao dispositivo de sexualidade se passa com o poder que circula no dispositivo de ordenamento social, que não apenas reprimiu e interditou os manifestantes, mas também incitou e produziu falas e comportamentos. O que teria sido, então, criado, intensificado ou produzido pelo dispositivo de ordenamento social? Pode-se dizer que houve em alguma medida uma incitação a um modo específico e recomendado de se manifestar publicamente: o chamado “protesto pacífico”, isto é, aquele que não faz uso de qualquer tipo de violência.

Nessa direção, o texto presente no editorial do Jornal Nacional lido pela apresentadora Patrícia Poeta, no dia 17 de junho, parece uma espécie de metonímia dessa produção realizada pelo dispositivo. A partir do que o texto sugere, deve-se protestar somente “pelo passe livre, [e] de forma pacífica”, e as reivindicações devem ser realizadas apenas “por gente de bem, sob a proteção do poder coercitivo ordeiro” (ALZAMORA; RODRIGUÉS, 2014, p. 08). Por meio da análise de conteúdo do texto que compõe o editorial do Jornal Nacional, Alzamora e Rodrigués (2014) demonstram como se dá, no âmbito dos enunciados, a produção do modo específico de protestar anteriormente referida:

Observa-se, ainda, que a última frase do editorial, “O direito de protestar e se manifestar pacificamente é um direito dos cidadãos”, associada à expressão “um pequeno grupo agiu com violência”, dão o tom do recorte jornalístico do acontecimento retratado e de seu enquadramento editorial: protestos legítimos são protestos pacíficos (ALZAMORA; RODRIGUÉS, 2014, p. 09).

Nessa perspectiva, Tucheran (2005) ressalta um aspecto importante da “teoria produtiva do poder” de Foucault. Segundo a autora,

(...) a positividade do poder é a sua negatividade ética, ou seja, o poder produz no real aquilo que se propõe a combater, a saber, os loucos, os

desviantes, os criminosos, resultado lógico e perverso deste princípio de fazer aparecer e dizer que pertence aos dispositivos (TUCHERMAN, 2005, p. 42).

Partindo do pressuposto de que o poder, de fato, “produz no real aquilo que se propõe a combater”, o aparecimento dos *Black Blocs*, no contexto das manifestações urbanas dos últimos anos, não seria, ao menos parcialmente, um dos efeitos do regime de visibilidade e de enunciação do dispositivo de ordenamento social? É claro que os *Black Blocs* são também uma produção dos múltiplos agenciamentos que se formaram no plano da rua.

Quando a perspectiva foucaultiana a respeito do modo de funcionamento do poder é adotada, não se quer, com isso, negar que o dispositivo de ordenamento social não tenha produzido efeitos de interdição, silenciamento e bloqueio. Inúmeros manifestantes, bem como jornalistas, sejam da própria mídia corporativa ou da “mídia independente”, foram agredidos e violentados. O importante é ressaltar que, além da violência mais visível, houve também efeitos de poder relacionados à incitação e à intensificação de determinados modos de ver e de dizer. Em suma, o poder que circulou no dispositivo de ordenamento social se manifestou sob formas diversas, ora como proibição, ora como majoração, atestando, assim, seu caráter polimorfo, conforme já sugerido. Esse dispositivo possui, portanto, dimensões para além das ruas e dos abusos e das agressões dos policiais militares. Foucault (1980), ao explicitar a abordagem que deu à história da sexualidade, afirmou que

(...) todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não são, sem dúvida, somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso (FOUCAULT, 1980, p. 17).

De modo similar, é possível dizer que a violência física exerceu uma “função local e tática” nos protestos populares, ou seja, a contenção do avanço dos corpos no âmbito da rua, e que, a rigor, ela faz parte de um dispositivo de ordenamento social que não se resume a isso. É importante enfatizar que, na perspectiva de Foucault (2008), há uma relação imanente entre resistência e dispositivo. Isso significa dizer que a resistência deve ser entendida como um dos inúmeros elementos que compõem o dispositivo. Ao se perguntar sobre as formas de resistência, a questão necessita ser

colocada da seguinte maneira: em qual lugar do dispositivo está situada a resistência? Ou ainda: quais relações são possíveis entre as resistências e o dispositivo?

Sendo assim, a resistência não deve ser imaginada como uma realidade exterior à rede de relações de poder. Tal concepção apresenta algumas implicações que precisam ser destacadas. Em primeiro lugar, as relações de poder se formam precisamente em razão da presença de um agregado de pontos e focos de resistência, vistos, ao mesmo tempo, como “alvos” e “apoios” (FOUCAULT, 1980, p. 104). Logo, os pontos de resistência ocupam toda a extensão da rede de correlações de forças traçada pelo poder, e só podem existir nela. “Não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário” (FOUCAULT, 1980, p. 104, grifo no original). É claro que as resistências não são simplesmente uma espécie de “efeito colateral” das relações de poder, estando, por isso mesmo, destinadas à incapacidade e ao fracasso. Salientar a não exterioridade das resistências significa dizer que elas são o “interlocutor irreduzível” (FOUCAULT, 1980, p. 104) das relações de poder. Do mesmo modo, a distribuição desses pontos e focos de resistência é sempre desigual e variável. Embora haja situações em que as resistências ensejam rupturas radicais levadas a cabo pela revolta de alguns indivíduos ou de toda uma classe social, o que se observa com mais frequência são, de acordo com Foucault (1980, p. 105):

(...) pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis.

Nesse sentido, a relação entre o dispositivo de ordenamento social e as imagens de contra-vigilância distribuída precisa ser analisada sob a perspectiva das correlações de forças existentes.

3 O ESTUDANTE E O *MOLOTOV*

No dia 22 de julho de 2013, inúmeros manifestantes se aglomeraram nas cercanias do Palácio Guanabara. Enquanto os revoltosos brandiam palavras de ordem e ostentavam faixas contra o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral¹¹, acontecia, no interior da sede oficial, uma cerimônia para recepcionar o Papa Francisco, que viera ao Brasil por ocasião da *Jornada Mundial da Juventude*, megaevento da Igreja Católica direcionado aos jovens fiéis. A recepção ao pontífice contou com a participação de Dilma Rousseff, presidente da República, Eduardo Paes, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, além de Sérgio Cabral e outros políticos. A concentração do ato que levou os manifestantes ao Palácio Guanabara aconteceu horas antes no Largo do Machado, onde centenas de ativistas políticos – com destaque para a participação de feministas e dos movimentos LGBT –, estudantes universitários e coletivos de artistas protestaram¹² contra o dinheiro público destinado à visita do Papa ao Brasil e contra os dogmas do catolicismo relacionados à homossexualidade, à camisinha e ao aborto.

Por volta de 19h30, após a saída do Papa Francisco da cerimônia, os ânimos entre os manifestantes e a Tropa de Choque da Polícia Militar se acirraram, e o enfrentamento físico teve início no momento em que um artefato incendiário foi arremessado em direção à barreira policial, que respondeu prontamente com balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e jatos de água. Uma das controvérsias responsáveis por suscitar a presente pesquisa está em torno da autoria do lançamento do coquetel *molotov* contra os policiais militares que faziam o cerco à sede do governo estadual.

Algumas horas depois do início do confronto, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), por meio da conta oficial que possui no *Twitter*, publicou uma nota na qual afirmava que coquetéis *molotov* teriam sido apreendidos com um manifestante nas imediações do Palácio Guanabara. “Foram apreendidos 20 Coquetéis

¹¹ Estava em marcha, naquele momento, a campanha *Fora, Cabral!*, que reivindicava a renúncia do governador do Rio. No princípio da noite do dia 22 de julho, na Rua Pinheiro Machado, em Laranjeiras, manifestantes atearam fogo em um boneco que simbolizava Sérgio Cabral. Para as imagens do boneco pegando fogo, ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=d3fAwcpuIJY>>. Acesso: 12. Abr. 2015.

¹² Entre as diversas intervenções realizadas pelos manifestantes no Largo do Machado, as que mais chamaram a atenção foram o *Beijaço LGBT* e a encenação de mulheres seminuas contra a catequização dos índios. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/manifestantes-e-policiais-entram-em-confronto-apos-papa-deixar-palacio.html>>. Acesso: 12. Abr. 2015.

Molotov com um manifestante na R. das Laranjeiras”, dizia a postagem¹³. Logo em seguida, outra mensagem foi publicada pela PMERJ: “Dois presos na manifestação. Um portando material explosivo (Molotov) e um por desacato” (Fig. 1). É possível perceber que não são citados, nas duas publicações, os nomes dos manifestantes em questão. A PMERJ se valeu, mais uma vez, da rede social para divulgar informações relativas ao protesto. Ainda no dia 22 de julho, a corporação postou no *Twitter* um vídeo que supostamente teria registrado o momento exato em que o coquetel *molotov* é atirado contra a barreira policial.

Figura 1 – Postagens da PMERJ no *Twitter*



Fonte: Perfil no *Twitter* da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

As imagens, divulgadas não só pela PMERJ, mas também pela mídia corporativa¹⁴, mostram o artefato explosivo sendo arremessado por uma pessoa que vestia camiseta preta estampada e apresentava o rosto coberto por um pano branco e

¹³ Para a publicação feita na conta oficial do *Twitter* da PMERJ, ver: <<https://twitter.com/pmerj/status/359448032816807936>>. Acesso: 26. Abr. 2015.

¹⁴ Para as imagens produzidas pela PMERJ que mostram o momento exato do lançamento do coquetel *molotov* em direção à barreira policial, ver vídeo publicado no portal *GI*: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/protestos/2013/cobertura/nota/22-07-2013/130421.html>>. Acesso: 26. Abr. 2015. A autoria das imagens é conhecida por meio da legenda presente no vídeo publicado pelo *GI*. Nela, consta o seguinte texto: “Imagens – Polícia Militar”.

uma máscara utilizada para conter os efeitos do gás lacrimogêneo. O suposto manifestante contou com a ajuda de uma segunda pessoa, responsável por colocar fogo na garrafa de *molotov* (Fig. 2).

Figura 2 – Momento exato em que o *molotov* é atirado contra a barreira policial



PM divulgou vídeo que afirma ter registrado momento em que manifestantes lançam coquetel molotov.

Fonte: Portal de notícias *G1/Twitter* da PMERJ.

No *Twitter* da PMERJ, o *link* para o vídeo posteriormente publicado pelo portal G1 foi precedido da seguinte mensagem¹⁵: “Respostagem. Manifestantes começam protesto violento atirando pedras e Molotov na #PM” (Fig. 3).

Figura 3 – Terceira postagem da PMERJ no *Twitter* sobre o protesto do dia 22/07

¹⁵ Para a publicação feita na conta oficial do *Twitter* da PMERJ, ver: <<https://twitter.com/PMERJ/status/359493926706618368>>. Acesso: 26. Abr. 2015.



Fonte: Perfil no *Twitter* da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

Outra nota oficial sobre os atos políticos do dia 22 de julho foi publicada; desta vez, pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), às 0h15 do dia 23 de julho, na qual enfatizava que duas pessoas tinham sido presas, cinco autuadas e um menor apreendido. Nesse mesmo balanço, a PCERJ afirmou que “Houve ainda a apreensão de onze coquetéis molotov”, um número, portanto, diferente daquele apresentado inicialmente pela PMERJ. Aparece, pela primeira vez, o nome de Bruno Ferreira Teles, que, segundo a nota da Polícia Civil, teria sido o único manifestante a ser preso por “porte de artefato e desacato”¹⁶.

Na manhã seguinte à manifestação, a Polícia Militar soltou outro comunicado, agora no *site* oficial da corporação, reafirmando que um dos presos portava vinte coquetéis *molotov*. Embora o número de *molotovs* apresentado por ambas as instituições de segurança pública seja divergente, as Polícias Militar e Civil do Estado do Rio de Janeiro afirmaram oficialmente que um manifestante, ao ser preso em flagrante durante o protesto do dia 22 de julho, portava artefatos explosivos. O tal manifestante, cujo nome completo apareceu somente na nota da PCERJ, era Bruno Ferreira Teles. A narrativa dominante apresentada pelas autoridades públicas e rapidamente sancionada pelos meios de comunicação corporativos, contou com mais um elemento importante: a declaração do presidente da comissão criada pelo governo do Rio de Janeiro para

¹⁶ Para a nota oficial da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), ver a reportagem publicada no Jornal Nacional: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/inquerito-diz-que-manifestante-presos-no-rio-nao-portava-coquetel-molotov.html>>. Acesso: 27. Abr. 2015.

investigar “atos de vandalismo” em protestos populares. “Quem atira um coquetel, um explosivo contra uma multidão, seja de PM, seja de manifestantes, seja de quem for, está assumindo o risco de matar alguém”, sentenciou o procurador Eduardo Lima Neto¹⁷. Ele conclui a entrevista dizendo que o estudante seria denunciado pelo Ministério Público por tentativa de homicídio.

Na noite de 22 de julho, Bruno Teles foi encaminhado à 9ª Delegacia Policial (9ª DP), situada no Catete, que, mais tarde, receberia dois integrantes do coletivo Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), Filipe Garcia Peçanha e Filipe Gonçalves de Assis, detidos, um após o outro, sob a acusação policial de “incitarem a violência” por meio da transmissão ao vivo dos protestos que ocorreram no primeiro dia da visita do Papa Francisco ao Brasil. Nos arredores da igreja do Largo do Machado, por volta de 20h30, Filipe Peçanha, mais conhecido como “Carioca”, foi o primeiro ninja a ser detido. No momento exato da prisão, aproximadamente dez mil pessoas o acompanhavam via *Twitcasting*¹⁸. Já Filipe Gonçalves de Assis foi detido em frente à delegacia a qual o primeiro integrante da Mídia NINJA, “Carioca”, havia sido levado. Assis também filmou a própria prisão, acompanhada por um número ainda maior de internautas, algo em torno de quinze mil¹⁹. O encontro fortuito, no interior da Delegacia Policial do Catete, entre os midiativistas e Bruno Teles alteraria drasticamente o curso dos acontecimentos. Enquanto isso, na entrada da 9ª DP, ouvia-se os gritos de “Ei, polícia, solta a Mídia NINJA!”.

A câmera do ninja registrou, então, as palavras de Bruno Teles. “Eu queria pedir pra vocês ajudarem a encontrar o vídeo onde eu corri da polícia, e me prenderam e disseram que eu estava com uma garrafa de *molotov*. Eu não estava. Eu só peço isso mesmo, que vocês procurem esse vídeo e colaborem”, diz o estudante, num tom amistoso. Após mencionar as razões que o levaram às ruas naquele dia, Bruno se dirige aos espectadores: “Se você achar esse vídeo, eu agradeço, pra poder provar minha inocência”. O estudante carregava uma filmadora portátil em mãos. “Eu tenho o meu

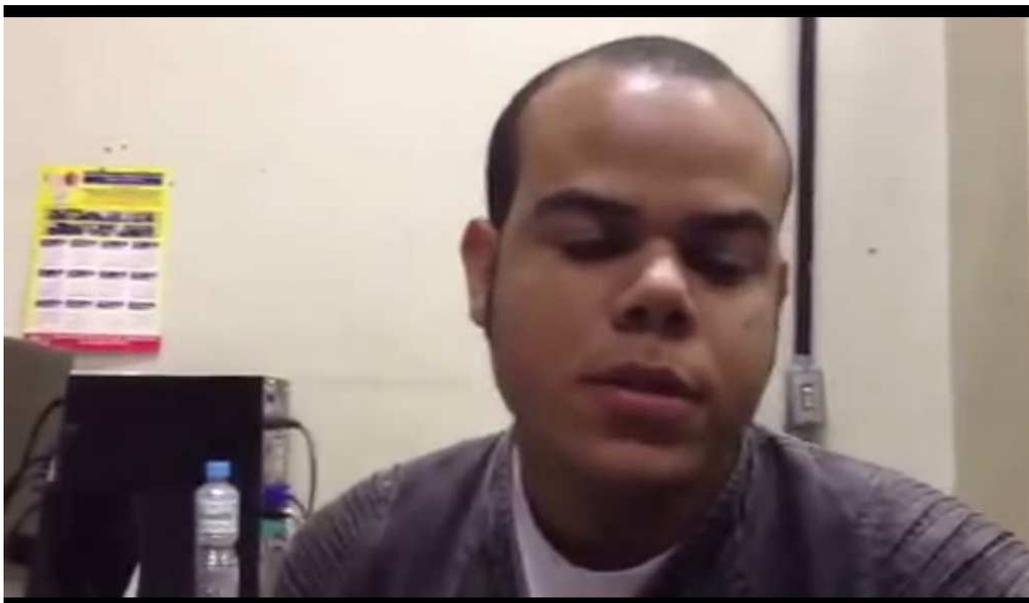
¹⁷ Para a declaração dada pelo presidente da comissão que investigava “atos de vandalismo” nas manifestações cariocas, Eduardo Lima Neto, ver a reportagem publicada no Jornal Nacional: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/inquerito-diz-que-manifestante-presno-no-rio-nao-portava-coquetel-molotov.html>>. Acesso: 27. Abr. 2015.

¹⁸ Para as imagens produzidas por Filipe Peçanha acerca da própria detenção, realizada pelo Sargento Duarte, do Batalhão de Choque da Polícia Militar, auxiliado por um “P2”, ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=aDO6tr6kgAk>>. Acesso: 13. Abr. 2015.

¹⁹ Para as imagens da prisão de Filipe Gonçalves de Assis, além de um resumo do que se passou com os dois ninjas no dia 22 de julho, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=eb4_ycWsfME>. Acesso: 13. Abr. 2015.

próprio vídeo que eu filmei. Eu estava fazendo um vídeo-documentário. No vídeo em que eu filmo falando, dá pra ver que eu não tenho mochila nenhuma”. Em um determinado momento, as indagações do integrante da Mídia NINJA ajudam a dar outro sentido aos acontecimentos do dia 22 de julho de 2013. Ele pergunta: “Por quê? Eles estão te acusando de quê? De ter atirado o coquetel *molotov*?”, ao que Bruno responde: “É, a garrafa”. Outra pergunta é feita: “E quando você foi preso, você foi acusado de ter um artefato? E essa prova, entre aspas, ela foi apresentada?”. Nesse momento, Bruno Teles sorri, ironicamente, e diz: “Não, não teve prova. Teve só palavra”, referindo-se à alegação dada pelo policial que o prendeu. O ninja faz uma espécie de síntese de toda a fala do estudante: “E o vídeo que a gente está atrás é de você, na multidão, sem uma mochila, ou o vídeo onde houve...”. A frase, no entanto, não é completada, pois o jornalista é interrompido por duas pessoas presentes na sala da delegacia. Uma mulher, que não aparece nas imagens, diz a Bruno: “O vídeo que você estava perto do posto de gasolina...”. (Fig. 4).

Figura 4 – Bruno, na 9ª DP, solicita imagens que possam provar sua inocência



Fonte: *Frame (Quadro)/YouTube*.

Outra interrupção. Um homem, aparentando pertencer à Polícia Civil, faz a seguinte observação, desta vez, captada pelas lentes do ninja: “O vídeo vai ajudar, mas acho que não vai ser fator determinante, não. É interessante conseguir alguma imagem dele sem essa mochila, é legal, isso vai ajudar, mas, evidentemente, não pode ser fator

determinante para a gente ter êxito, agora, nessa empreitada, entendeu? Tem que ver qual crime que ele está sendo acusado, que eu ainda não sei qual é, e, se for o caso, a gente vai conseguir uma liberdade provisória, agora no plantão”. A fala do suposto policial é entrecortada por comentários breves de Bruno Teles: “Vai, porque eu não estava... Todo vídeo vai mostrar que eu estou sem mochila, e nem taquei nada”, demonstrando, assim, a crença do manifestante no poder das imagens que poderiam ser recuperadas.

Ao abrir um pouco mais o quadro, é possível perceber a presença de uma quinta pessoa na sala, muito possivelmente, o advogado escalado para representar Bruno Teles. Após algumas falas justapostas a respeito de presunção de inocência, prova física e detenção, o que acabou por gerar um princípio de confusão, o vídeo se encerra com mais uma pergunta feita pelo jornalista da Mídia NINJA. “Como você se chama, cara?”, ao que o estudante responde, num misto contraditório de revolta e obediência: “Meu nome é Bruno Ferreira Teles. Eu peço que ajudem aí... Tem policiais corretos, e tem policial que reprime, nem todos estão ligados a esse sistema. Tem policial bom, sim, eu acredito nisso. Tanto que o comandante que me trouxe, que eu esqueci o nome, foi muito educado comigo e me tratou muito bem. E, infelizmente, tens uns policiais que não ajudam, que querem fazer você ficar dentro de casa. Não fiquem, saiam! Se tiver que dar o sangue, dar arranhão, se machucar, façam isso, que é melhor do que você morrer num hospital público, ou numa violência aí por falta de... Então, saiam de casa, não fiquem com medo, não!”²⁰.

Em resposta ao pedido feito pelo estudante por meio da câmera do midiativista, uma contra-narrativa reticular e distribuída – oposta, portanto, àquela apresentada pelos policiais militares e civis e imediatamente ratificada pelos meios de comunicação corporativos – foi, pouco a pouco, sendo constituída graças à recuperação de inúmeras imagens produzidas no dia 22 de julho. Os pontos de visão inscritos nessas imagens sobreviventes eram múltiplos, e elas se referiam a momentos cruciais da participação de Bruno no protesto, bem como às ações levadas a cabo pela PMERJ. Era necessário, no entanto, produzir algum tipo de saber a partir do vasto conteúdo audiovisual compilado. De imediato, um processo de interpretação coletiva das imagens foi desencadeado nas redes sociais. Tal interpretação, embora complexa e condicionada a inúmeras

²⁰ Para o vídeo anteriormente descrito, no qual Bruno Teles solicita a busca por imagens que pudessem comprovar a própria inocência, ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=wmfjp4WSKxs>>. Acesso: 13. Abr. 2015.

dinâmicas, se deu numa velocidade assustadora, característica que seria decisiva para o desenrolar imediato dos fatos. Para se ter uma idéia, a primeira postagem acusatória feita pela PMERJ no *Twitter* (Fig. 1) já apresentava respostas de outros perfis da rede social que aludiam ao flagrante forjado do qual Bruno Teles havia sido alvo, tais como: “Fazendo o milagre da multiplicação dos Coquetéis”, “Mentirosos!”, “Os dias de falsas acusações terminaram. Para cada mentira mostramos provas da verdade! E o que me dizem dos P2 infiltrados?”²¹.

Um dos vídeos publicados nas redes sociais começa com as imagens feitas pela própria Polícia Militar, nas quais se vê o suposto manifestante atirando o *molotov* em direção à barreira policial, após um princípio de confusão ocasionado pela derrubada de uma grade de ferro. No momento em que o artefato está prestes a ser arremessado, as imagens são congeladas por alguns instantes, permitindo, assim, que detalhes da camiseta do manifestante sejam enfatizados por meio de textos que aparecem na tela. É possível observar, com auxílio dessas legendas, que o *molotov* foi atirado por uma pessoa que usava camiseta preta estampada (Fig. 5).

Figura 5 – Detalhes da camiseta do homem que atirou o *molotov*



Fonte: *Frame (Quadro)/YouTube*.

²¹ Os autores dessas postagens no *Twitter* são, respectivamente, os seguintes perfis: @garciabat, @dedodeouro e @marcuscorrea. Disponível em: <<https://twitter.com/pmerj/status/359448032816807936>>. Acesso: 15. Fev. 2016.

Após um corte rápido, o vídeo prossegue com cenas que mostram dois homens sem fardas correndo em meio a policiais militares. O vídeo é congelado, mais uma vez, e novas legendas surgem na tela: o texto aponta para um desses homens que parece utilizar a mesma camiseta preta e estampada do manifestante que havia lançado o coquetel *molotov*. Além da legenda na qual se vê “P2” e “mesma camisa com estampa”, é possível ouvir as vozes das pessoas que registravam as imagens, naquele momento: “Ali, P2. Alá, P2. Filma isso. P2. Tirando a camisa” (Fig. 6). Ao final, no momento em que os dois homens, depois de passarem incólumes pelos policiais, se encaminham ao local onde os manifestantes se concentravam, mais um texto aparece e se sobrepõe às imagens: “P2 tirando a camisa com estampa”. Dá para perceber que um deles carregava uma mochila preta²².

Figura 6 – Homens circulam livremente pela área reservada à Polícia Militar



Fonte: *Frame (Quadro)/YouTube*.

Em outras imagens, também publicadas nas redes sociais, o que se vê é uma cena semelhante à anterior: dois homens – um deles, sem camisa, e o outro que, além de carregar uma mochila, vestia uma camiseta estampada preta – transitam apressadamente no espaço reservado à Polícia Militar, nas cercanias do Palácio Guanabara. Eles são abordados por diversos policiais militares que, no entanto, os liberam rapidamente, após gestos e falas registradas pelas imagens, incapazes, entretanto, de elucidar por completo

²² Para o vídeo anteriormente descrito, ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=7kkgK9eY7Lo>>. Acesso: 26. Abr. 2015.

o que se passou entre os homens e os policiais, naqueles instantes²³. É postado, então, outro vídeo que evidencia a mesma situação, só que, agora, registrada sob um ponto de vista diferente. Torna-se possível distinguir, a partir da mudança do ângulo de captura das imagens e da inserção de legendas, que os dois homens não fardados e os policiais militares travaram uma conversa bastante familiar. Ao receberem dos policiais que os cercaram as ordens “Pára! Pára! Senta! Senta!”, os homens dizem “Sou polícia! Sou polícia! Sou polícia!” (Fig. 7).

Figura 7 – “Sou polícia!”



Fonte: *Frame (Quadro)/YouTube*.

Alguns segundos depois, outro policial se aproxima do grupo e diz “Eu conheço! Eu conheço!”, enquanto apalpa, num gesto de reconhecimento, a mochila preta que um dos homens carregava (Fig. 8). Antes de serem liberados, eles enfatizam: “A gente acabou de pegar o cara, meu irmão!”²⁴.

Figura 8 – Mochila preta sendo apalpada por PM

²³ Para o vídeo anteriormente descrito, ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=0vEnToPyex8>>. Acesso: 26. Abr. 2015.

²⁴ Para o vídeo anteriormente descrito, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=OC_rns9bSG0>. Acesso: 18. Jan. 2016.



Fonte: *Frame (Quadro)/YouTube.*

Já em um conjunto de imagens que trata do comportamento do estudante durante o protesto, é possível ver que, após ser perseguido por policiais militares e um homem não fardado que usava uma camiseta preta estampada, Bruno, que não carregava nenhuma mochila nem aparentava ter algo em mãos, cai repentinamente no asfalto e passa a receber choques no peito proferidos pela arma *taser* de um dos policiais que estava em seu encalço. Parte dos detalhes da perseguição a Bruno é enfatizada pelas imagens de contra-vigilância que circularam nas redes sociais (Fig. 9). Os textos das legendas são, respectivamente, os seguintes: “P2 (policial à paisana e infiltrado entre os manifestantes) com a pulseira preta dos P2s na mão direita” (Quadrante 1); “Bruno” (Quadrante 2); “O P2 tenta impedir a fuga” (Quadrante 3); “A mochila” (Quadrante 5).

Figura 9 – Perseguição policial a Bruno Teles



Fonte: Redes sociais.

Em outras imagens, Bruno Teles aparece, ainda sob o impacto da perseguição e dos choques, cercado por diversos policiais e jornalistas da mídia corporativa e manifestantes que registravam o protesto. O estudante está sem camisa e com um colete de metal sendo prensado contra o peito. Irrompe, neste exato momento, um policial militar e, apontando o dedo para Bruno, diz, enfaticamente: “Foi ele que tacou o primeiro coquetel molotov! Ele tacou o primeiro coquetel molotov! Ele tacou o primeiro coquetel molotov!”. O estudante responde: “Eu estava no posto”. As imagens²⁵ mostram ainda um policial que se dirige a outro PM e faz a seguinte pergunta: “Ele é preso de quem?”. “Um P2 pegou ele”, é a resposta que se ouve (Fig. 10).

Figura 10 – “Um P2 pegou ele”

²⁵ Para o vídeo anteriormente descrito, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=OC_rns9bSG0>. Acesso: 28. Abr. 2015.



Fonte: *Frame (Quadro)/YouTube*.

Além das imagens que circularam distribuidamente nas redes e plataformas digitais, o próprio inquérito do caso contradiz a versão oficial apresentada reiteradamente pela PMERJ, PCERJ e mídia corporativa. De acordo com o policial militar responsável pela prisão de Bruno Teles, o manifestante não portava nenhum artefato incendiário na noite de 22 de julho de 2013. Interessante notar que esse mesmo policial, Diego Luciano de Almeida, também havia acusado Bruno de ter arremessado o *molotov*. Depois de o estudante passar a madrugada na 9ª Delegacia Policial e ser encaminhado ao presídio Bangu 1, os advogados de Bruno Teles conseguiram, na manhã do dia 23 de julho, um *habeas corpus*.

Para Paulo Baldez, desembargador que trabalhou junto ao caso, a prisão em flagrante de Bruno não apresentava fundamentos concretos, uma vez que não foi apreendido nenhum *molotov* com o estudante²⁶. No que diz respeito ao arquivamento do inquérito pela Justiça, o conjunto de imagens de contra-vigilância que circulou na internet parece ter desempenhado um papel determinante. A partir da perícia realizada pela Coordenadoria de Segurança e Inteligência do Ministério Público no material audiovisual relativo ao protesto do dia 22 de julho, a promotora Janaína Pagan afirmou que “da análise das imagens, verifica-se que Bruno está localizado à frente dos manifestantes, concluindo-se que o indiciado não estava posicionado no local de onde

²⁶ Para a declaração do desembargador Paulo Baldez, ver matéria intitulada *Inquérito diz que manifestante preso no Rio não portava coquetel molotov*: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/inquerito-diz-que-manifestante-presno-no-rio-nao-portava-coquetel-molotov.html>>. Acesso: 15. Fev. 2016.

os artefatos incendiários foram arremessados”²⁷. É provável que a promotora, ao elaborar o parecer, se referia especificamente a uma imagem de contra-vigilância que mostrou a posição exata de Bruno Teles no momento em que o *molotov* é arremessado em direção aos policiais que estavam em frente ao Palácio Guanabara (Fig. 11). “Eu só tenho que comemorar. As pessoas no dia foram solidárias comigo, muitas foram para a delegacia para me apoiar. Eu sempre acreditei que apareceriam imagens que comprovariam minha inocência”, disse o manifestante, após o caso ser arquivado²⁸.

Figura 11 – Posição exata de Bruno no momento em que *molotov* é lançado



Fonte: Redes sociais.

No âmbito das revoltas urbanas eclodidas recentemente no país, desenvolveu-se por parte de manifestantes e coletivos midiativistas um conjunto significativo de táticas e ferramentas de contra-vigilância destinado a monitorar as ações das forças policiais e de agentes da segurança pública (BEZERRA; PIMENTA, 2015). De acordo com Bruno e Cardoso (2014, p. 28),

Diante da clara vigilância de toda forma de rastro, dado ou conteúdo relativo aos protestos na Internet e especialmente nas redes sociais, grupos de

²⁷ Para a declaração da promotora Janaína Pagan, ver matéria intitulada *Perícia feita em imagens inocentou Bruno Teles*: < <http://oglobo.globo.com/rio/pericia-feita-em-imagens-inocentou-bruno-teles-9291728>>. Acesso: 15. Fev. 2016.

²⁸ Para a reportagem na qual Bruno Teles agradece aos internautas pela recuperação das imagens que provaram sua inocência, ver: <<http://oglobo.globo.com/rio/pericia-feita-em-imagens-inocentou-bruno-teles-9291728>>. Acesso: 28. Abr. 2015.

advogados, ativistas e usuários lançaram uma série de alertas e iniciativas visando driblar esta vigilância, construir táticas de proteção ou criar espaços de articulação alternativos, com bases de dados e servidores protegidos do monitoramento a que as grandes redes sociais estão sujeitas.

Devido às características intrínsecas das tecnologias digitais de informação e comunicação, torna-se possível rastrear toda e qualquer ação realizada no ciberespaço. Isso serve, em escalas distintas, a depender da posição que o ator ocupa na rede cibernética, tanto à vigilância levada a cabo por estados e corporações privadas quanto às táticas de contra-vigilância difundidas por ciberativistas e movimentos sociais (PARRA, 2012). Do ponto de vista da história brasileira, as Jornadas de Junho – também denominadas de Outono Brasileiro e #ProtestosBR – foram as primeiras manifestações populares organizadas por intermédio das redes sociais digitais. As redes desempenharam papel importante na repercussão dos protestos, bem como no processo de aglutinação de reivindicações e propostas (MARICATO, 2013). É claro que se, por um lado, o ciberespaço se mostrou um lugar apropriado para a produção de (contra)informação que favoreceu o debate político e a organização dos atos, por outro, ele demonstrou ser um território de monitoramento e vigilância de indivíduos e grupos envolvidos em protestos (BRUNO; CARDOSO, 2014). Esse caráter ambivalente da internet ficou claro no período em que as revoltas populares ganharam as ruas do país.

A noção de “contra-vigilância” aqui trabalhada é entendida como um gesto político que aponta para certa “inversão” de termos na relação entre sujeito e objeto da vigilância, dinâmica que só se tornou possível devido ao modo de operação distribuído, associativo e em rede da vigilância contemporânea. A heterogeneidade dos elementos que atualmente compõem os processos de vigilância, e a trama reticular e complexa que os envolvem, parecem aspectos decisivos não só para a singularização do procedimento de vigiar hoje, mas também para a aparição de inúmeras tensões e atravessamentos, entre as quais destaca-se a possibilidade do exercício da contra-vigilância. Num contexto de manifestação pública, isso significa dizer essencialmente que o Estado e suas instituições, outrora sujeitos hegemônicos do ato de vigiar, podem passar à condição de observados e vigiados. Para Bezerra e Pimenta (2015, s/p),

A atuação de midiativistas e demais manifestantes equipados com câmeras e *smartphones* durante os recentes protestos de rua vem mostrando como é possível que o cidadão comum inverta o vetor de vigilância dominante e passe de vigiado à vigilante, contribuindo para que atos de abuso e arbitrariedade por parte de agentes do governo ganhem espaço nas redes sociais e sejam observados e discutidos por diversos segmentos da sociedade.

No caso Bruno Teles, a contra-vigilância distribuída se efetivou na medida em que um conjunto disperso e variado de atores, conectado via redes sociais, reconstruiu imgeticamente uma narrativa capaz de inocentar o manifestante. A contra-vigilância resultou na produção de uma “prova imagética” com a potência de desarticular não só a narrativa apresentada pela Polícia Militar e Civil e endossada pelos veículos de comunicação corporativos, como também a autenticidade da prova material apresentada – isto é, a mochila com os coquetéis *molotov*. A contra-vigilância posta em funcionamento no caso Bruno Teles, diferentemente daquela acionada no caso Santiago Andrade – como ficará claro mais adiante –, obteve efeitos que alteraram significativamente o “destino dos corpos e vidas em jogo” (BRUNO; CARDOSO, 2014, p. 09). Graças aos “rastros digitais”, deixados nas redes tanto pela polícia quanto pelos manifestantes, bem como pela mídia corporativa, a “verdade” a respeito da participação de Bruno Teles no protesto do dia 22 de julho de 2013 se tornou visível e enunciável. Parra (2012) ressalta que, no âmbito das tecnologias digitais, a rastreabilidade se mostra um procedimento fundamental de regulação do visível. Os casos aqui analisados atestam, cada qual a seu modo, a relação da rastreabilidade com o campo do visível.

Em uma das imagens que circularam distribuídamente, vê-se que o foco da contra-vigilância se direciona discursivamente à mídia corporativa por meio da frase: “Compartilhem, até a imprensa ser obrigada a noticiar”, demonstrando, com isso, certa confiança na capacidade das redes sociais em acrescentar novas camadas de visibilidade e enunciação aos fatos (Fig. 12).

Figura 12 – Contra-vigilância: novas camadas de visibilidade e enunciação



Fonte: Redes sociais.

Na dinâmica em rede dos protestos, havia uma espécie de jogo entre manifestantes e dispositivo de ordenamento social em torno do engendramento e da sustentação de curvas de visibilidade e enunciação. A propósito, a contra-narrativa do caso Bruno foi formada, em boa parte dos materiais audiovisuais compilados, a partir do contraste entre a versão dos acontecimentos apresentada pelas forças de segurança pública e ratificada pela mídia corporativa e as ações do estudante ao longo do protesto evidenciadas pelas imagens de contra-vigilância distribuída. Objetivando reforçar tal contraste, alguns vídeos são iniciados com reportagens de veículos jornalísticos para só depois passarem às cenas de Bruno. Nesse sentido, as *hashtags* #Retratção, #P2MolotovNoJN e #P2MolotovNoFantástico, utilizadas nas redes sociais para repercutir o caso aqui em análise, apontam em alguma medida para esse embate enunciativo e de visibilidade travado entre o dispositivo e os manifestantes.

Um recurso importante da ação de contra-vigilância, presente não apenas na imagem anterior (Fig. 12) como também em diversos outros vídeos postados nas redes, é a utilização de elementos gráficos – textos, setas, círculos, legendas etc. – com o propósito de orientar a atenção do espectador para determinados aspectos existentes nas imagens. Na Figura 12, a contra-vigilância lança mão de duas setas vermelhas e dois textos curtos – “Bruno (que foi detido), correndo sem a mochila” e “P2 com Mochila

caído no chão” – para conduzir o olhar em direção aos movimentos de Teles e das forças policiais. Tendo em vista o conjunto múltiplo e heterogêneo de imagens de protesto existentes nas redes, quase todas elas de baixa definição e capturadas por observadores em movimento, os elementos gráficos antes referidos passaram a ser peças-chave para a construção de uma contra-narrativa mais ou menos coerente sobre os fatos. Para D’ Andréa e Ziller (2014, p. 31), as imagens do caso Bruno Teles trazem

em si um caráter argumentativo novamente fortalecido pela idéia de imagem violenta – que, nesse caso, transborda do momento de registro para o de edição, tendo em vista que o choque emotivo e o envolvimento de quem assiste também se dão pela reunião de vídeos e inserção de setas e textos.

Embora a atuação de integrantes da Mídia NINJA tenha sido decisiva, o caso Bruno Teles contou com a colaboração de midiativistas “comuns” espalhados pelas redes sociais. Alguns deles forneceram imagens sobre o protesto, ao passo que outros contribuíram no processo de montagem e interpretação do extenso material audiovisual compilado, fazendo emergir uma narrativa que acabou por se tornar a “própria luta”, para além, portanto, do papel corrente de “difusão das lutas” que as narrativas em rede, segundo Bentes (2013), assumem. Em uma imagem que mostra o momento em que Bruno começa a ser arrastado, após receber choques elétricos dos policiais, é possível ver a presença de um provável midiativista independente, que acompanhava de perto a violência infringida a Bruno. Sobre a Mídia NINJA e a importância do surgimento paulatino de outros modos de registrar os eventos das ruas – sejam por parte de midiativistas independentes, sejam por parte de manifestantes que irradiavam suas próprias experiências e testemunhos –, aspecto este decisivo para o desfecho do caso Bruno Teles, D’ Andréa e Ziller (2014, p. 29) afirmam que

a emissão ao vivo de um único ponto de vista (o do repórter Ninja) em certos termos não se diferenciava de um modelo massivo representado pelas emissoras de televisão (...). Com o avançar das manifestações, no entanto, ‘novos ninjas’ (nem sempre vinculados a esse projeto, mas com constante apoio técnico e de divulgação dele) foram surgindo e oferecendo diferentes leituras e ângulos dos acontecimentos.

Interessante observar como os conteúdos produzidos pela polícia – imagens que supostamente demonstravam o momento no qual o *molotov* fora atirado por um manifestante – e pela “grande mídia” – tomadas que evidenciavam as ações de Bruno no protesto – foram apropriados e modulados pelos ativistas em rede, colocando-os a favor

do estudante. Na Figura 13, por exemplo, Bruno é flagrado sem mochila por uma câmera que possivelmente se encontrava atrás da barreira policial, posição comumente ocupada pela mídia corporativa em protestos populares.

Figura 13 – Imagem da “grande mídia” modulada pelos manifestantes em rede



Fonte: Redes sociais.

Como sugerem Malini e Antoun (2013), o cruzamento sociotécnico entre rua e internet produziu um modo de se fazer política que não é somente colaborativo e distribuído, mas também em “tempo real”. O processo de busca e encadeamento narrativo das imagens do caso Bruno Teles se deu a partir de uma lógica em “tempo real”, isto é, a recuperação e análise de tais imagens aconteceram de maneira avassaladora e viral nas redes sociais. Nessa medida, pode-se dizer que o caso aqui em evidência é, a um só tempo, efeito e sintoma dessa política “colaborativa e em tempo real” mencionada por Malini e Antoun (2013).

Pouco a pouco, tornou-se evidente que uma parcela considerável dos embates acerca dos sentidos dos protestos se daria no plano das imagens em rede (BRUNO; CARDOSO, 2014). Dentre a miríade de imagens produzidas e compartilhadas nesse contexto de insurgência popular, esta dissertação se interessa particularmente pelas imagens de contra-vigilância distribuída, vistas como aquelas que apresentam o potencial de produção de uma espécie de *contra-narrativa imagética* que em alguma medida disputa os acontecimentos em jogo. Sendo assim, as imagens de contra-

vigilância resistiram, em maior ou menor grau, ao poder constituído, representado, ao menos no domínio da rua, pelo aparato repressivo policial. A esse respeito, um exemplo relevante é o vídeo no qual um policial do Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo é flagrado danificando a própria viatura com o intuito de justificar uma eventual ação truculenta das forças policiais. Tais imagens de contra-vigilância, capturadas do alto de um prédio por pessoas anônimas, circularam rapidamente pelas redes digitais, alterando, assim, as correlações de forças que estavam em jogo num momento em que as manifestações públicas começavam a se massificar. Nessa medida, as redes sociais se tornaram um ambiente fértil para a proliferação diária de imagens de abusos policiais, que iam desde “feridas horrendas provocadas por armas ‘não-letais’ e letais” até “prisões arbitrárias [e] mortes injustas” (ROCHA DE OLIVEIRA, 2013, s/p).

As imagens de contra-vigilância foram largamente difundidas nas redes por um conjunto de atores heterogêneos e serviram, além de dar visibilidade aos atos da polícia, a dois propósitos: confrontar o discurso hegemônico da mídia corporativa a respeito das ruas e aumentar o grau de mobilização das manifestações (BRUNO; CARDOSO, 2014). Logo, esse tipo particular de imagem aparece em meio ao embate entre duas culturas distintas que, todavia, se afetam mutuamente: a cultura de massa, pautada na lógica transmissional da comunicação, e a cultura da convergência, calcada, por sua vez, na lógica do compartilhamento (JENKINS *apud* ALZAMORA e RODRIGUÉS, 2014). A contra-vigilância só pode existir, portanto, em razão da existência simultânea de processos comunicacionais massivos e distribuídos que estabelecem, a um só tempo, relações de convivência e oposição.

Pode-se dizer que toda imagem, no contexto de protestos políticos, é uma imagem de contra-vigilância em potencial. O fato de a imagem ter sido produzida por um manifestante não garante, *a priori*, o estatuto de “contra-vigilância”, uma vez que, estando nas redes, essa mesma imagem pode ser apropriada por todo e qualquer ator, tal como demonstrado inversamente pela Figura 13. A rigor, o estatuto de “contra-vigilância” atribuído a uma imagem vai depender da rede na qual ela ganha “corpo”, do modo como ela será apropriada e re-significada numa dada reconstrução imagética, em suma, da posição que ela irá ocupar em certo agenciamento narrativo. A indicialidade da imagem de contra-vigilância parece se constituir pelas próprias condições espaço-temporais de produção: essas imagens são feitas porque há observadores situados em diversos lugares e capazes de capturar sob ângulos distintos uma mesma “cena”, como, por exemplo, o comportamento de Bruno Teles na manifestação do dia 22 de julho de

2013 e/ou o confronto entre policiais militares e manifestantes que culminou com a morte de Santiago Andrade no dia 6 de fevereiro de 2014. Em razão disso, as imagens de contra-vigilância distribuída desfrutam, à primeira vista, de um “efeito de real” e de um “poder de prova” convincentes. O “efeito de real” dessas imagens está justamente na proximidade física do observador com os eventos das ruas que narra, na tensão do olhar do midiativista que se converte em enquadramentos instáveis, em planos-sequência por vezes intermináveis etc.

Além da estética que carregam e da dinâmica complexa de circulação e autoria, essas imagens parecem ter a potência de sensibilizar reforçada pelo contraste, do ponto de vista da produção e, conseqüentemente, da estética, que elas estabelecem com as imagens da mídia tradicional. De acordo com D’ Andréa e Ziller (2014), a cobertura audiovisual dos veículos de comunicação dificilmente consegue abarcar a diversidade das situações que caracterizam acontecimentos multitudinários. Isso se explica porque alguns padrões técnicos e de linguagem presentes no tratamento de outras temáticas costumam se reproduzidos também nesses casos, desprezando, assim, o caráter singular de certos eventos (D’ ANDRÉA; ZILLER, 2014). No caso de manifestações públicas, a mídia corporativa opta, no mais das vezes, por posicionar a câmera atrás da linha formada pela barreira policial. O registro audiovisual que resulta dessa escolha se difere consideravelmente daquele produzido pelos manifestantes.

Não se pode perder de vista que há atravessamentos entre ambas as lógicas de produção de imagens, tendo sido possível constatar a presença de repórteres cinematográficos entre os manifestantes – o Santiago Andrade é evidentemente o caso mais emblemático – e de revoltosos produzindo imagens do alto de prédios, posição tradicionalmente associada à cobertura de protestos por parte da “grande mídia”. Conforme demonstrado por D’ Andréa e Ziller (2014), as corporações jornalísticas se apropriaram em alguma medida da estética encontrada nas imagens dos manifestantes, bem como do modo de produzi-las e colocá-las em circulação nas redes sociais. Em outras palavras: não foram apenas os manifestantes que produziram conteúdos audiovisuais híbridos – isto é, constituídos por múltiplas e heterogêneas imagens – sobre os acontecimentos das ruas e os colocaram para circular distribuidamente. Instâncias do dispositivo de ordenamento social, tais como a mídia corporativa e a Política Militar, também o fizeram, em maior ou menor grau.

Sobre as imagens produzidas pelos manifestantes, pode-se dizer, num primeiro momento, que elas apresentam uma carga testemunhal bastante expressiva, além de uma

linguagem audiovisual distinta da que comumente é encontrada nos veículos de comunicação tradicionais, conforme ressaltado anteriormente. Ao abordar essas imagens, D' Andréa e Ziller (2014, p. 16) ressaltam que “sua força testemunhal muitas vezes anda lado a lado à ausência de padrões técnicos tradicionais, como a definição das imagens ou a estabilidade da câmera”. Seguindo as pistas deixadas por Brasil e Migliorin (2011), é possível afirmar que as imagens de contra-vigilância distribuída, ainda que fortemente marcadas pelo testemunho e a emoção, são imagens que apresentam o pólo de enunciação diluído, ligeiramente apagado. Isso pode ser explicado pelo fato delas circularem distribuídamente – quem seria o autor? – e possuírem uma “estética do inacabado” (FELINTO, 2007) que garante a produção do “efeito de real”. É importante ressaltar que o apagamento da autoria individual está articulado a uma complexa trama de disseminação e mediação operada por essas imagens.

As imagens de contra-vigilância não possuem, portanto, uma autoria individual. A enunciação, nesse caso, é coletiva, embora haja indícios nas imagens que, segundo D' Andréa e Ziller (2014, p. 21), apontam para a existência de “alguém por trás daquele olhar”, “alguém que sofre a violência da imagem”. A afirmação de Brasil e Migliorin (2011) sobre as “imagens amadoras” parece servir também para as imagens de contra-vigilância distribuída: “um anonimato intrínseco à criação, reprodução e fruição das imagens não seria a anulação da autoria e dos sujeitos envolvidos, mas antes sua inserção em um jogo de representações e estratégias de poder” (BRASIL; MIGLIORIN, 2011, p. 133). Em razão disso, caberiam os seguintes questionamentos relativos ao caso Bruno Teles: de onde advém toda a força presente naquelas imagens? Por que tamanha capacidade de alterar o curso dos acontecimentos? O que as fez esteticamente tão potentes? Uma hipótese poderia ser extraída da noção de “estética do inacabamento”, proposta por Felinto (2007), que daria relevância e impacto aos relatos testemunhais e memorialísticos, às imagens desfocadas e “precárias”, aos sons ruidosos, enfim, a tudo aquilo que tem um caráter de índice. Nesse mesmo sentido, Alzamora (2011, p. 95-96) argumenta que “interessa, cada vez mais, uma imagem que ateste um dado da realidade e que seja crível em sua indicialidade, independente de ser produzida conforme os cânones jornalísticos”.

As imagens do caso aqui em análise, justamente por serem ruidosas, precárias, inacabadas, parecem ter provocado e engajado o espectador distribuído das redes digitais de comunicação, que se envolveu em um processo de montagem e interpretação dos registros audiovisuais referentes ao protesto do dia 22 de julho. Com Alzamora

(2011, p. 96), é possível dizer que as imagens responsáveis por “inocentar” Bruno “testemunharam, mais que reportaram, imagens que exalaram emoção, mais que informaram, imagens que vincularam, mais que argumentaram”. Sendo assim, as imagens de contra-vigilância são testemunhais, apesar do apagamento da enunciação; são imagens que reforçam os laços e afetos entre os manifestantes e o espectador distribuído das redes sociais; são imagens voltadas não necessariamente para a informação e a argumentação, muito embora possam ter um “efeito de argumento”, sobretudo quando agenciadas em uma narrativa coerente, como demonstrou o caso Bruno Teles. Dito de outro modo: as imagens que dão a ver a atuação do estudante durante o protesto em frente ao Palácio Guanabara apresentam uma espécie de camada afetiva responsável por colocá-las em circulação, produzindo em alguma medida os efeitos já assinalados. Tal camada se mistura fortemente com uma outra, de natureza argumentativa e/ou informativa. No caso Bruno Teles, as camadas afetiva e argumentativa não se encontram num estado de polarização, e sim de complementariedade.

A distinção entre “imagens violentas” e “imagens da violência”, proposta por Jost (2007) a respeito da linguagem telejornalística, pode ser interessante para o esforço aqui realizado de definir conceitualmente a imagem de contra-vigilância distribuída. De acordo com esse autor, “imagens da violência” seriam imagens nas quais o telespectador não se encontra fortemente implicado, haja vista que sua relação com essas imagens se dá a partir “de um ponto de vista desencarnado, quase divino” (JOST, 2007, p. 100). Como exemplo, Jost (2007) cita os ataques terroristas às Torres Gêmeas, em 2001. Diante da transmissão em tempo real dos atentados, o telespectador “sabia que um drama se desenrolava diante dos seus olhos, mas ele não vivia, permanecendo tão exterior como o ponto de vista colocado sobre ele” (JOST, 2007, p. 100). As “imagens violentas”, por sua vez, são aquelas que possibilitam “viver o acontecimento, porque ela constrói, por sua enunciação, uma humanidade atrás da câmera” (JOST, 2007, p. 101). No exemplo do *World Trade Center*, as “imagens violentas” foram feitas pela câmera de um cineasta que, no calor dos acontecimentos, acompanhou a entrada dos bombeiros nas torres em chamas e dali produziu um registro audiovisual com marcas de hesitação, descontrole e coragem. A “imagem violenta”, destaca Jost (2007, p. 101), é “mais vivida do que propriamente vista”.

No âmbito das revoltas populares de 2013 e 2014, houve uma produção vertiginosa de imagens, conforme já assinalado. Talvez seja esse um dos traços que

mais contribuiu para a caracterização singular desse evento histórico. Nesse sentido, é evidente que esses registros audiovisuais são por demasiado complexos e heterogêneos para serem enquadrados nas duas categorias propostas por Jost (2007). No que concerne especificamente à imagem de contra-vigilância, a aproximação conceitual, no entanto, parece possível. A imagem de contra-vigilância apresenta uma capacidade significativa, dado a sua estética e seu modo de circulação, de promover o engajamento do espectador distribuído das mídias sociais. O espectador é, não raro, provocado instantaneamente por esse tipo de imagem, que solicita a ele uma atitude, um posicionamento, um gesto, podendo se refletir no compartilhamento de informações nas redes ou na decisão de ir às ruas nas manifestações seguintes. Tal engajamento é, com Jost (2007, p. 103), da ordem do sensível, já que as “imagens violentas”, assim como as de contra-vigilância, “são aquelas que, ao pressuporem um olhar, sensibilizam imediatamente à violência de que o outro é vítima”.

A partir do cruzamento entre as perspectivas de Brasil e Migliorin (2011) e Jost (2007), pode-se dizer que a imagem de contra-vigilância traz em si marcas indiciais de “alguém que tenha sofrido a violência”, o que não significa dizer que elas possuem uma autoria individual. A enunciação desse tipo de imagem é coletiva, fazendo com que, em última instância, o espectador distribuído das redes seja também um co-autor desses registros audiovisuais. Para D’ Andréa e Ziller (2014, p. 35), no contexto de uma revolta popular, “parece não importar tanto quem registrou a situação, pois, em função da potencialidade vinculadora das imagens, todos se tornam autores, por exemplo, se engajando explicitamente através dos ambientes sociotécnicos das redes sociais *online*”. O gesto demandado pelas “imagens violentas” pode ser, todavia, o de debandar-se das ruas, como ocorreu após a morte de Santiago Andrade no princípio de 2014. As “imagens violentas” desse caso, exploradas pela mídia corporativa e por indivíduos nas redes sociais, permitiram que o acontecimento do dia 6 de fevereiro fosse vivido intensamente, conforme se verá adiante. Enunciavam-se, nas imagens dos possíveis responsáveis pelo rojão, a humanidade do cinegrafista morto e a ameaça à liberdade de expressão da imprensa.

Quanto ao trabalho dos midiativistas, com destaque especial à Mídia NINJA, é pertinente observar o modo como a produção e a circulação das imagens referentes às ruas eram influenciadas pelas interações e conversações que se davam simultaneamente nas redes sociais e no *chat* do próprio aplicativo de transmissão ao vivo. Inúmeras vezes, o repórter ninja alterava suas rotas e comportamentos segundo o surgimento de

novas informações nas redes. Além disso, feita no calor dos acontecimentos e a partir de um “olhar amador”, a transmissão ao vivo, fundamental para o caso Bruno Teles, carregava uma estética da urgência e do imprevisto que era decisiva para a relação das imagens com o espectador das redes sociais, o que acabava por ampliar significativamente os sentidos dos acontecimentos. A transmissão ao vivo das manifestações pelo midiativismo é atravessada constantemente, portanto, pelo tempo presente. De acordo com Carlón (2012, p. 100), que se propôs a pensar a temporalidade no audiovisual, esse tipo de registro está condicionado a um “referente móvel e imprevisível que em qualquer momento se impõe ou escapa e com o qual tem-se sempre que lidar”. No caso em análise, o espectador distribuído das redes sociais se esforçou para sedimentar em alguma medida esse “tempo presente” que não cessava de escapar. *Frames* de vídeos – ou seja, instantes congelados do fluxo contínuo da transmissão ao vivo – que mostravam a atuação de Bruno no protesto acompanharam as publicações feitas na internet. Trechos mais extensos foram editados e postados em contas pessoais no *YouTube* e divulgados no *Facebook* e *Twitter* (Fig. 14). Uma pesquisa rápida nessa plataforma de compartilhamento de vídeos a partir do nome “Bruno Teles” produz um número expressivo de resultados:

Figura 14 – Circulação das imagens do caso Bruno Teles nas redes sociais



Fonte: *Twitter*.

Nas transmissões em tempo real, quer sejam realizadas por midiativistas ou pessoas comuns, alguns dispositivos sociotécnicos são primordiais, como, por exemplo, o *smartphone* ou a câmera fotográfica, as baterias desses respectivos aparelhos, as redes 3G e *Wi-Fi*, os microfones e amplificadores de som, os aplicativos de criptografia para envio de conteúdos e troca de mensagens etc. D' Andréa e Ziller (2014), ao tratarem das emissões da Pós-TV²⁹, ator fundamental dos protestos, colocam ênfase sobre alguns desses dispositivos sociotécnicos. Os autores dizem que as transmissões, cuja duração é imprevisível, “se configuram em um fluxo contínuo que, dependendo do sinal das operadoras de celular e da bateria desse aparelho (entre outros fatores), pode durar horas ou dias ininterruptos” (D'ANDRÉA; ZILLER, 2014, p. 28). Nesse mesmo sentido, Alzamora, Arce e Utsch (2014, p. 50), ao analisarem os eventos no *Facebook* de manifestações que ocorreram em Belo Horizonte (MG), afirmam que um desses eventos “convocou os internautas a estarem na rede, liberando acessos à rede *Wi-Fi* no trajeto da manifestação, o que permitiria as postagens em tempo real”. No caso Bruno Teles, a importância dos dispositivos sociotécnicos é especialmente evidenciada no momento em que Filipe Peçanha é detido. O “Carioca”, como é conhecido o repórter ninja, grita desesperadamente, quando está prestes a ser levado pelas forças policiais: “Pouca bateria! 6%. A bateria pode acabar a qualquer momento. Eu preciso de um *smartphone*! A minha bateria está acabando! Eu preciso de um *smartphone*!”.

Ademais, a aglomeração de pessoas que se formou na porta da 9ª DP, após a detenção de Teles e de um dos ninjas, é em muito tributária da emissão ao vivo feita por um terceiro integrante do coletivo de mídia independente. A transmissão em tempo real e todos os dispositivos sociotécnicos que a viabilizam foram, portanto, peças fundamentais na engrenagem dos acontecimentos do caso Bruno. No processo de formação da contra-vigilância distribuída que inocentou o estudante, conforme já assinalado, algumas imagens eram oriundas de *streamings*, posteriormente descarregadas em contas individuais no *YouTube*. Anterior a isso, o vídeo no qual Bruno solicitava imagens que “provassem sua inocência” (Fig. 4) só foi possível graças a alguns dispositivos sociotécnicos aqui mencionados: *smartphone*, bateria do aparelho e rede 3G – aparato este sob domínio, na ocasião, do repórter ninja.

²⁹ A Pós-TV, ator importante no âmbito do midiativismo brasileiro, é um canal *online* que realiza transmissões em tempo real de eventos diversos, com destaque particular às manifestações públicas. O Pós-TV está atrelado ao coletivo Mídia NINJA.

Neste ponto, não se pode perder de vista que as transmissões ao vivo levadas a cabo pela mídia corporativa no dia 22 de julho de 2013 desempenharam um papel que merece ser destacado. A maioria dos veículos jornalísticos realizou a cobertura do protesto de maneira tradicional, mas também se valeu de suas *WebTVs*³⁰, que produziram registros audiovisuais “à altura do homem” (JOST, 2007). A transmissão ao vivo da “grande mídia” serve, por exemplo, como uma espécie de palco para a *performance* do policial militar que acusa Bruno de ter lançado o artefato incendiário. Os gritos reiterados de “Foi ele que tacou o primeiro coquetel *molotov!*” estavam visivelmente direcionados às câmeras de TV dos veículos empresariais de mídia e a alguns *smartphones* que ali registravam a situação. Outra imagem importante, na qual é possível ver Bruno de costas e sem a tal mochila (Fig. 15), tem a autoria creditada à Rede Globo. Tendo em vista as características estéticas – precariedade do registro – e o ponto de observação – situado junto aos manifestantes –, pode-se dizer que se tratava de uma imagem produzida por uma *WebTV* de algum veículo jornalístico pertencente à Globo.

Figura 15 – Registro da mídia corporativa mostra Bruno sem a tal mochila



³⁰ Segundo verbete presente na *Wikipédia*, *WebTV* pode ser definida como “a transmissão de sinais televisivos pela internet podendo ser sob a forma de ‘vídeo sob demanda’ ou ‘streaming’ em tempo real”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Web_TV>. Acesso: 16. Fev. 2016.

Fonte: Rede Globo.

Com o passar do tempo, os registros audiovisuais da mídia corporativa, especialmente aqueles produzidos pelas *WebTVs*, passaram, segundo D' Andréa e Ziller (2014), a se assemelhar, do ponto de vista da circulação e da linguagem, às produções dos manifestantes. Aqui, é o dispositivo de ordenamento social capturando a estética dos vídeos midiativistas. Nesse sentido, os veículos de comunicação também colocaram em circulação “imagens violentas”, entendidas, com Jost (2007), como sendo imagens que promovem um choque perceptivo em que as vê, conforme já trabalhado na presente investigação. Num caso análogo ao de Bruno, que serve para ilustrar essa “captura” realizada pelo dispositivo de ordenamento social, a reportagem do Jornal Nacional (JN) afirmava, num recurso narrativo bastante utilizado pela mídia corporativa, que a manifestação do dia 22 de junho de 2013 corria normalmente até que “baderneiros se infiltraram” no protesto e lançaram pedras e garrafas em direção à barreira policial. Em um vídeo publicado por uma pessoa comum no *YouTube* que trata do mesmo fato, é possível ver, no entanto, que o confronto físico teve início a partir do momento em que um policial atinge um manifestante com gás de pimenta. Após o ocorrido, bombas de gás lacrimogêneo são disparadas a esmo por parte das forças policiais.

Ainda sobre esse mesmo evento, um terceiro vídeo, desta vez publicado no canal oficial do Governo de Minas Gerais (GMG) no *YouTube*, reitera a versão apresentada pelo JN. Do ponto de vista estético, o vídeo do GMG se assemelha aos que comumente vinham sendo produzidos pelos midiativistas, uma vez que a narração parece ser feita pela mesma pessoa que produz as imagens, demonstrando, conforme já dito aqui, a apropriação da linguagem audiovisual dos manifestantes por parte do poder constituído. O ponto de observação, contudo, se diferia, já que o olhar para os acontecimentos era lançado por uma pessoa que se encontrava atrás da barreira policial, muito embora procurasse registrar os eventos também “à altura do homem” (JOST, 2007). Mas não apenas isso.

A referida apropriação, realizada pelo GMG, apresenta limitações consideráveis. Pode-se dizer, assim, que os vídeos dos manifestantes produzem “efeitos de real” mais convincentes do que aqueles do dispositivo de ordenamento social que os emulam. Para além do “efeito de real”, esses vídeos apresentam, em certas situações, a capacidade de se agenciar com outros atores presentes nas redes, o que acaba por produzir deslocamentos efetivos no curso dos acontecimentos. No exemplo aqui explorado, o

vídeo dos ativistas que acusa as forças de segurança pública de terem iniciado o confronto não apresenta cortes e é produzido em frente à barreira policial, numa situação de proximidade, portanto, às pessoas que sofreram a violência, quer sejam policiais ou os próprios manifestantes. Em contrapartida, por estar distante da “linha de frente”, o registro do GMG não consegue capturar detalhes do acontecimento. Para D’ Andréa e Ziller (2014, p. 24), que também analisaram ambos os vídeos,

enquanto nesta produção [a dos manifestantes] a proximidade e o som ambiente tornam desnecessária qualquer narração verbal, o vídeo governamental precisa se ancorar na fala do cinegrafista, que claramente não podia ver os pormenores do início dos confrontos.

Nessa perspectiva, o número expressivo de visualizações angariado pelos vídeos do jornal *A Nova Democracia*³¹, durante as revoltas populares no Rio, pode ser explicado pela posição de “epicentro” ocupada por seus repórteres cinematográficos. A maioria dos registros audiovisuais desse veículo da “mídia popular” emanava da “linha de frente” dos acontecimentos que se desenrolavam nas ruas. Sendo assim, a formação profissional e a autoridade da instituição jornalística deixaram de ser, em certos momentos, preponderantes para definir quem detinha a competência de ver e dizer a respeito dos protestos, abrindo, com isso, a possibilidade de dissenso, diretamente relacionada à circulação de registros imagéticos distribuídos nas redes sociais, tal como atesta o caso Bruno Teles.

³¹ Para a página do jornal *A Nova Democracia (AND)* na internet, ver: <<http://www.anovademocracia.com.br/>>. Para o canal no *YouTube* da *AND*, ver: <<https://www.youtube.com/channel/UC7G7saR0vFSMh-SdEyF3Utg>>. Acessos: 16. Fev. 2016.

4 O CINEGRAFISTA E O ROJÃO

No dia seis de fevereiro de 2014, protestos populares voltaram a convulsionar a cidade do Rio de Janeiro. O ano da Copa do Mundo no Brasil começou com as ruas tomadas por ativistas que reivindicavam a revogação do aumento das passagens de ônibus e de trem da capital fluminense³². A concentração do protesto – denominado “Ato contra o aumento das passagens de ônibus e de trem” – foi marcada para a Praça da Candelária. Os manifestantes foram, pouco a pouco, se aglomerando no local e entoavam cânticos como “Ei, FIFA, paga a minha tarifa!” e “Se não baixar a tarifa, a gente pula a roleta”. Por volta de 18h30, cerca de três mil pessoas se deslocou pela Avenida Presidente Vargas, interditando uma das pistas, em direção à Central do Brasil, onde seria realizado um pulo coletivo – batizado de “catracaço” pelos manifestantes – das roletas que dão acesso aos trens e ao metrô, demonstrando, assim, o descontentamento com o ajuste tarifário anunciado pela Prefeitura do Rio, que entraria em vigor dali a dois dias. As principais *hashtags* utilizadas para a mobilização nas redes sociais foram #CONTRAoAUMENTO e #PulaCatraca.

A Polícia Militar reprimiu severamente o ato político. Tal como ocorrido diversas vezes em Junho de 2013, as forças policiais se valeram de agressões, bombas de gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta para coagir e dispersar os revoltosos que tentavam pular as catracas, num momento em que a Central estava especialmente movimentada. Estava prestes a dar sete horas da noite. O metrô e o comércio local fecharam imediatamente as portas, com o princípio do confronto. Passageiros passaram mal devido ao excesso de gás lacrimogêneo no ambiente. Os portões da Central foram trancados pelos funcionários e o embate físico prosseguiu nos arredores do prédio. De um lado, balas de borracha e bombas de efeito moral. Do outro, paus e pedras. Tropa de Choque e manifestantes, numa correlação de forças assimétrica, em confronto. Os policiais utilizaram muitas bombas, enquanto os revoltosos montaram uma barricada na Rua Bento Ribeiro. Algumas catracas foram quebradas, aos gritos de “Central do povo! Central do povo!”³³.

³² De acordo com Eduardo Paes, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, o aumento das tarifas estava previsto nos contratos firmados com as empresas de transporte público.

³³ Para a chegada dos manifestantes à Central, o “catracaço” e a repressão policial ao ato, ver vídeo produzido pela Frente Independente Popular do Rio de Janeiro (FIP-RJ): <https://www.youtube.com/watch?v=T0W0f_1Cdvg>. Acesso: 11. Jan. 2016.

Em meio à confusão generalizada que se instalou, Santiago Ilídio Andrade, repórter cinematográfico da Rede Bandeirantes de Televisão (Band), foi atingido na cabeça por um artefato. A princípio, não se sabia exatamente a natureza desse artefato, nem tampouco de onde ele havia partido, isto é, se dos policiais ou dos manifestantes. O coletivo Rio na Rua, que realizou a cobertura em tempo real do protesto do dia seis de fevereiro, noticiou da seguinte forma o acontecimento:

Jornalista ferido pela polícia. Há algumas horas, um cinegrafista da Band foi atingido por uma bomba lançada pela polícia, segundo funcionários da emissora. O impacto atingiu o ouvido esquerdo do jornalista. Há relatos de que ele ficou desacordado durante algum tempo, mas já foi encaminhado para o hospital Souza Aguiar (RIO NA RUA, 2014, s/p).

A postagem do coletivo midiativista (Fig. 16), realizada no calor da hora, contou com 36 curtidas, 36 compartilhamentos e alguns comentários. Com efeito, num primeiro momento, a versão que prevaleceu, ao menos no círculo ativista das redes sociais, foi a de que Santiago Andrade havia sido atingido por uma bomba lançada pela Tropa de Choque da Polícia Militar. No momento da explosão, enquanto os manifestantes prestavam socorro à Santiago, ouviam-se gritos de “Assassino! Assassino! Assassino!” direcionados aos policiais militares³⁴.

Figura 16 – “Jornalista ferido pela Polícia”



Fonte: Perfil no *Facebook* do coletivo midiativista Rio na Rua.

³⁴ Para o momento exato em que Santiago Andrade é alvejado pelo artefato explosivo, ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dg6fKT1TqQ>>. Acesso: 11. Jan. 2016.

A mídia corporativa, em contrapartida, se esmerava na tentativa de demonstrar que tinham sido os manifestantes os responsáveis pelo artefato que atingiu o cinegrafista da Band. Um dia após o ocorrido, o Jornal da Globo (JG) levou ao ar imagens exclusivas da TV Brasil que reforçavam a versão de um fotógrafo presente no protesto, segundo a qual Santiago teria sido alvejado por um rojão. Na edição do JG do dia sete de fevereiro³⁵, William Waack afirmou que “Um novo vídeo reforça a versão do fotógrafo que registrou o momento em que o cinegrafista Santiago Andrade foi atingido e brutalmente ferido por rojão jogado por um *Black Bloc*”. Percebe-se, aqui, que o manifestante já fora enquadrado como sendo *Black Bloc*, antes mesmo que sua identidade fosse revelada. Christiane Pelajo, que divide a bancada do Jornal da Globo com Waack, deu prosseguimento à chamada da reportagem dizendo que “Das imagens feitas pela TV Brasil, surge também um novo personagem (...)”. A jornalista se referia a um segundo homem que também estaria envolvido no caso.

Assim, as imagens, analisadas minuciosamente pela repórter da Globo, mostram as ações de dois jovens que, segundo a versão apresentada pelo telejornal, seriam os encarregados do rojão que atingiu Andrade. A copa de uma árvore, vista sob ângulos distintos, serviu como referência principal para sustentar a hipótese apresentada. Detalhes das roupas e características físicas dos manifestantes são ressaltados, além da posição do cinegrafista da Band em relação a eles. “O rapaz da direita veste calça jeans e uma camisa cinza bastante suada. À esquerda dele, está um jovem mais baixo, também com camisa cinza, mas de bermuda preta. Ele tem uma tatuagem na panturrilha esquerda”, diz a repórter. A gravação da TV Brasil se encerra no momento em que um dos jovens parece inclinar o corpo e posicionar o objeto que havia recebido segundos antes do outro manifestante (Fig. 17). Como se verá adiante, essa imagem vai servir tanto para a polícia, no trabalho de encontrar o suspeito de detonar o rojão, quanto para os manifestantes, no processo distribuído e reticular de questionamento da versão oficial dada ao caso Santiago Andrade.

Figura 17 – Momento em que o artefato estava prestes a ser aceso

³⁵ Para a reportagem divulgada pelo Jornal da Globo (JG), no dia sete de fevereiro, ver: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/video-mostra-suspeitos-de-jogar-artefato-que-atingiu-cinegrafista.html>>. Acesso: 07. Jan. 2016.



Fonte: TV Brasil/Rede Globo.

A reportagem do Jornal da Globo ouviu ainda dois especialistas em fogos de artifício e explosivos, Vinícius Cavalcanti e Nelson Massini. Ambos foram taxativos: o artefato, tendo em vista os efeitos pirotécnicos que produziu, não poderia pertencer às forças de segurança pública. Cavalcanti afirmou, na ocasião, que “Quando a gente só tinha tido chance de ver as fotos, já dava pra saber que não se tratava de uma munição de emprego policial. Quando dos filmes, ficou claro que se trata de um engenho de fabricação comercial (...). Isso é um rojão, um foguete (...)”. É possível inferir, portanto, que o embate em torno da explicação do caso Santiago Andrade se deu, em grande medida, no plano das imagens. Ao exibir o Batalhão de Choque da Polícia Militar realizando uma demonstração dos efeitos da bomba de gás lacrimogêneo, o argumento de que não se tratava de munição policial o que feriu Santiago é ratificado pelo telejornal³⁶. Aliado a isso, Maurício Luciano, delegado que conduziu as investigações, afirmou, ainda no dia sete de fevereiro, que “A gente tem a convicção, pela avaliação feita pelos especialistas, de que esse artefato não foi liberado pelas forças de segurança. Isso a gente já pode concluir”³⁷.

Assim, a matéria do JG se encerra com a divulgação de uma imagem (Fig. 18) dos suspeitos que, naquele momento, circulava nas redes sociais digitais.

³⁶ Para a reportagem da Globo que demonstra os efeitos da bomba de gás lacrimogêneo utilizada pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, ver: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/pm-rj-diz-que-artefatos-usados-pela-corporacao-nao-tem-efeito-pirotecnico.html>>. Acesso: 10. Jan. 2016.

³⁷ Para a declaração do delegado Maurício Luciano, ver: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/video-mostra-suspeitos-de-jogar-artefato-que-atingiu-cinegrafista.html>>. Acesso: 16. Fev. 2016.

Figura 18 – Imagem dos suspeitos (em vermelho) divulgada nas redes sociais



Fonte: Redes sociais.

O tatuador Fábio Raposo – em primeiro plano, na Figura 18 – se apresentou espontaneamente à 17ª Delegacia de Polícia (São Cristóvão) no domingo, dia nove de fevereiro, quando Santiago ainda se encontrava com vida no hospital, e assumiu ter repassado o rojão a um segundo homem, cuja identidade não saberia precisar. Ao conceder uma entrevista exclusiva à Rede Globo³⁸, o jovem fez referência às imagens que circularam nas redes sociais nos últimos dias – entre as quais, a Figura 18 – e à repercussão do caso no âmbito da mídia corporativa, aspectos que atestam, uma vez mais, a potência das imagens em rede para intervir no curso dos protestos populares, em geral, e no desenvolvimento do caso Santiago Andrade, em particular.

As fotos que foram apresentadas nas mídias era eu, sim. Eu era o [homem] de camisa, bermuda e tênis, com as tatuagens, era eu, sim. Era eu passando o artefato para o outro indivíduo, mas o artefato não era meu, eu quero deixar isso bem claro. (...). Só estou vindo aqui mesmo porque estou assustado demais. A minha foto foi divulgada até em mídias internacionais (RAPOSO, 2014, s/p).

Em razão de possíveis benefícios advindos da delação premiada, Raposo se comprometeu a ajudar a polícia na elaboração do retrato falado do manifestante que detonou o artefato explosivo. Nas redes de ativismo e militância, o comportamento de

³⁸ Para a entrevista exclusiva de Fábio Raposo à Rede Globo, ver: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/suspeito-que-diz-ter-repassado-rojao-e-presno-no-rio.html>>. Acesso: 11. Jan. 2016.

Fábio, conforme será tratado posteriormente, foi visto com bastante desconfiança, já que, além de se entregar espontaneamente à polícia, ele aceitou colaborar com as investigações e concedeu uma entrevista à Globo. Com afundamento de crânio, Santiago foi encaminhado em estado grave ao Hospital Souza Aguiar, situado no centro do Rio e, após quatro dias em coma induzido no Centro de Terapia Intensiva (CTI), teve a morte encefálica anunciada em 10 de fevereiro pela Secretaria Municipal de Saúde. Ele foi velado e cremado no cemitério do Caju, no dia 13 de fevereiro. Editoriais, manchetes, colunas e reportagens extensas, bem como postagens no *Facebook* e *Twitter*, foram dedicadas à Santiago Andrade e à análise das condições que levaram à sua morte. A partir daí, instaurou-se uma espécie de “caçada” ao jovem que teria acionado o rojão que provocou a morte do trabalhador da Band.

A palavra “caça” aparece em uma das submanchetes da edição de terça-feira, 11 de fevereiro, do jornal *O Globo* (Fig. 19). No topo da página, é anunciada a morte cerebral de Santiago, visto como “vítima do radicalismo”, tal como demonstra o título principal. As submanchetes surgem logo abaixo: “Polícia identifica e está à caça do homem que detonou explosivo”; “Assessor de deputado do PSOL dá assistência a manifestantes presos”; e, por fim, “Dilma: ‘Liberdade de manifestação não pode ser usada para matar’”. A imagem de capa se refere à homenagem feita ao cinegrafista por colegas de profissão, pertencentes à mídia empresarial e à mídia independente, que deixaram câmeras e equipamentos de segurança, na tarde do dia 10 de fevereiro, nas proximidades do local onde Santiago foi atingido pelo rojão³⁹.

Figura 19 – Capa do jornal *O Globo* do dia 11 de fevereiro de 2014

³⁹ Para a homenagem à Santiago Andrade, feita pelos colegas de profissão, ver matéria divulgada pela Associação Brasileira de Imprensa: <<http://www.abi.org.br/profissionais-de-imprensa-homenageiam-o-camera-santiago-andrade/>>. Acesso: 12. Jan. 2016.



Fonte: Jornal *O Globo*.

No tratamento dado ao caso pelo *O Globo*, outros elementos chamam a atenção. O editorial, seção que expressa a opinião da empresa jornalística, se intitula “O desfecho trágico do radicalismo nas ruas”⁴⁰. Nele, é possível ler: “Poderia ter sido uma pessoa que passasse naquele momento, um policial, um manifestante, que o fato, além do aspecto humano da tragédia, mancharia o movimento de mobilização nas ruas iniciado em junho do ano passado”. Após estabelecer uma conexão entre Santiago e Edson Luís, estudante morto pela Polícia Militar em 1968, durante uma manifestação contra a ditadura militar, o texto aborda o “vandalismo” das Jornadas de Junho de 2013 e sua relação com a morte do cinegrafista: “O uso de paus, pedras, porretes, fogos de artifício, rojões antecipava o que ocorreria com Santiago Andrade”. A questão da “democracia” é, então, evocada: “Deve-se entender que atacar repórteres, de qualquer veículo de imprensa, mídia dita ninja, etc. é cercear o direito de a sociedade se informar. Trata-se de uma atitude autoritária, a ser repelida pelos verdadeiros democratas”. Por fim, *O Globo* faz menção ao suposto financiamento de “grupos fascistas”: “Partidos políticos e organizações profissionais que por ventura atuem na retaguarda destes

⁴⁰ Para o texto completo do editorial do jornal *O Globo*, publicado no dia 11 de fevereiro de 2014, um dia após o anúncio da morte de Santiago Andrade, ver: <<http://oglobo.globo.com/opinia/o-desfecho-tragico-do-radicalismo-nas-ruas-11564711>>. Acesso: 12. Jan. 2016.

grupos têm oportunidade de afinal entender o sentido da sua ajuda. Aliam-se, na verdade, ao fascismo”. Merval Pereira, um dos principais colunistas do jornal, dá o nome de “Terrorismo” ao seu texto. Pedro Doria, por sua vez, traz um artigo cujo título é “Nas redes”, no qual faz alusão à “truculência” que começa ainda na internet. A charge do dia também tematizou o caso Santiago Andrade. Nas redes sociais, a “caçada” ao outro jovem continuava a ocorrer. Na Figura 20, a imagem é segmentada entre Fábio Raposo, no momento em que concedia entrevista à Globo, e a explosão do artefato nos arredores da Central do Brasil. No mesmo dia em que a edição de *O Globo* foi publicada, 11 de fevereiro, a Polícia Federal divulgou uma fotografia do “manifestante foragido”.

Figura 20 – “Caçada” ao segundo manifestante na internet



Fonte: Redes sociais.

Com o objetivo de acumular pistas sobre o segundo manifestante, houve uma tentativa de reconstrução do acontecimento por meio da recuperação de imagens referentes ao dia seis de fevereiro. Além dos registros feitos pelos próprios ativistas, munidos de câmeras e celulares, outras emissoras de televisão e veículos de mídia impressa – nacionais e internacionais – também cobriram o protesto, ampliando, assim, o regime de visibilidade no qual as imagens estavam inseridas, bem como a possibilidade, *a posteriori*, de recuperá-las. As imagens do caso Santiago Andrade, com ênfase particular as que davam a ver a atuação do homem que detonou o rojão, já

identificado àquela altura como Caio Souza, circularam em domínios distintos e complementares: no âmbito da “grande mídia”, elas foram alvo de uma minuciosa e exaustiva análise por parte de peritos e especialistas, conforme demonstram as Figuras 21 e 22.

Figura 21 – Perito em ação durante programa da Rede Globo



Fonte: Internet.

Figura 22 – O “especialista” Datena



Fonte: Internet.

A imagem que é objeto da “inspeção” de Datena (Fig. 22) aparenta ser, haja vista as características estéticas, uma imagem de vigilância, oriunda, muito provavelmente, das câmeras instaladas ao redor do prédio da Central. No ciberespaço, por sua vez, a análise das imagens do protesto foi realizada por um conjunto de indivíduos anônimos em conexões de redes sociais (Fig. 23).

Figura 23 – Mobilização coletiva nas redes sociais



Fonte: Redes sociais.

Procuravam-se culpados para o que, segundo o discurso dominante engendrado pelo dispositivo de ordenamento social, teria sido um ato covarde, radicalizado e vil de *Black Blocs* e/ou extremistas, num claro “atentado à democracia” (Fig. 24). Interessante notar que as imagens acionadas para sustentar tal hipótese – a de que manifestantes atacaram deliberadamente um cinegrafista, a liberdade de imprensa e, em última instância, a democracia – pareciam sugerir, a todo o momento, que Santiago teria sido acidentalmente atingido pelo artefato. Nessa perspectiva, Mineiro (2014, s/p) ressalta que “as cenas repetidas a exaustão mostram que apenas por uma fatalidade o rojão atingiu a cabeça de Santiago. Claro que ele não era um alvo da reação dos manifestantes”.

Figura 24 – O “inimigo da democracia”: um *Black Bloc* que veste cinza



Fonte: Redes sociais.

Na madrugada do dia 12 de fevereiro, menos de 24 horas após ter sua fotografia divulgada pela Polícia Federal, Caio Silva de Souza, 22 anos, foi preso na cidade de Feira de Santana, na Bahia⁴¹. De acordo com a explicação dada por Jonas Tadeu, advogado de ambos os manifestantes, Caio estava a caminho da cidade de Ipu, no Ceará, onde os avós paternos têm casa, quando foi convencido de interromper a viagem de ônibus na cidade baiana, a 100 quilômetros de Salvador. A Justiça do Rio de Janeiro, na segunda-feira, 10 de fevereiro, decretou a detenção temporária de Caio por 30 dias. O jovem, que trabalhava como auxiliar de serviços gerais no hospital Rocha Faria, situado em Campo Grande, zona oeste da cidade, voou para o Rio na manhã do mesmo dia em que havia sido preso. A chegada de Caio no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (Galeão) foi acompanhada pela Polícia Civil e Polícia Federal, que o levaram diretamente da pista para a Cidade da Polícia, localizada na zona norte da capital fluminense. Assim que chegou ao local, ele foi encaminhado à carceragem. A hipótese de que manifestantes poderiam estar sendo aliciados por grupos políticos ganhou força com a declaração de Jonas Tadeu à TV Globo, no momento em que Caio foi preso. Para o advogado, Raposo e Souza:

Não participam de grupo nenhum [*Black Blocs*]. É um jovem [Caio Souza] miserável financeiramente, de baixo discernimento, com ideais de uma

⁴¹ Para a prisão de Caio Souza, suspeito de detonar o rojão que vitimou Santiago Andrade, ver: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/02/12/suspeito-de-acender-rojao-que-matou-cinegrafista-e-preso-na-ba-diz-tv.htm>>. Acesso: 10. Jan. 2015.

sociedade melhor. São jovens aliciados, manipulados. Esses jovens foram municidados. Aquele rojão que matou, infelizmente, o cinegrafista foi entregue por quem indiretamente alicia esses jovens (TADEU, 2014, s/p).

O caráter de acidente do caso Santiago Andrade, anteriormente apontado por Mineiro (2014), aparece também na fala da mãe de Caio Souza, Marilene Mendonça, em entrevista ao jornal *O Globo*: “O que aconteceu foi um acidente. Poderia ter acontecido com qualquer filho de professor, de advogado liberal, com qualquer um lá. Foi um acidente e os fogos eram para fazer barulho”, disse ela. A condição socioeconômica do filho, que inviabilizaria a princípio a contratação de um advogado, é citada pela mãe: “Não tem ninguém para defendê-lo. Fica muito difícil a pessoa chegar a uma delegacia sem um advogado”.

Em meio à repercussão do caso, foi surgindo nas redes sociais, pouco a pouco, um movimento de contestação da versão oficial dada à morte de Santiago Andrade. Embora não seja possível precisar quando esse processo reticular e distribuído teve início, parece que a divulgação da foto de Caio Souza por parte da Polícia Federal (PF), na manhã de 11 de fevereiro, foi um momento crucial para o desencadeamento da contra-vigilância. A participação da PF na investigação do caso foi determinada por Dilma Rousseff que, no dia 10 de fevereiro, publicou a seguinte nota em sua conta oficial no *Twitter* (@DilmaBR): “Não é admissível que os protestos democráticos sejam desvirtuados por quem não tem respeito por vidas humanas”⁴². A chefe do Executivo, instância do dispositivo de ordenamento social, conforme demonstrado no segundo capítulo desta dissertação, prossegue dizendo que “A liberdade de manifestação é um princípio fundamental da democracia e jamais pode ser usada para matar, ferir, agredir e ameaçar vidas humanas, nem depredar patrimônio público ou privado”.

Percebeu-se, então, que não existia uma correspondência muito fidedigna – não, talvez, do modo como o dispositivo de ordenamento social queria fazer crer – entre as características físicas do manifestante procurado pela polícia e o jovem que aparece nas imagens do protesto, analisadas detalhadamente por especialistas, tal como já assinalado. Entre os dias seis e 11 de fevereiro, intervalo de tempo que separou a manifestação na Central da divulgação da foto por parte da Polícia Federal, peritos pareciam sugerir que o manifestante responsável por acender o rojão que vitimou Santiago era alto, branco e com cabelo liso e comprido. Já na imagem posta em

⁴² Para a postagem de Dilma Rousseff no *Twitter* acerca do caso Santiago Andrade, ver: <<https://twitter.com/dilmabr/status/432943385004228608>>. Acesso: 12. Jan. 2016. A publicação recebeu 407 *retweets*, 149 curtidas e alguns comentários.

circulação pela Polícia Federal é possível ver um sujeito magro, negro e com cabelo raspado (Fig. 25).

Figura 25 – Fotografia de Caio Souza divulgada pela Polícia Federal (PF)



Fonte: Polícia Federal (PF).

No dia 11 de fevereiro, Conceição Oliveira, mais conhecida como Maria Frô, realizou uma postagem em seu *Facebook* questionando a verdadeira identidade do manifestante procurado. A educadora e ativista disse, em tom de ironia:

Mas nem todo sol carioca seria capaz de transformar um branco num negro. Se o suspeito procurado for o da foto maior (cabelo liso, comprido, pele branca) se tornou o rapaz negro exposto hoje nas TVs, ele fez uma plástica, um implante total de cabelo e acrescentou muita melanina no processo em menos de uma semana. É um caso de verdadeiro milagre da medicina (CONCEIÇÃO, 2014, s/p).

A imagem a qual Maria Frô se refere, e que serve para ilustrar sua postagem na rede social, está abaixo (Fig. 26).

Figura 26 – Mas será a mesma pessoa?



Fonte: Perfil no *Facebook* de Conceição Oliveira.

Ao prosseguir, a ativista ensaia uma ressalva em relação a um aspecto da imagem, mas acaba por desistir de fazê-la, pois parece não confiar nas instituições – polícia e mídia empresarial – que sustentaram tal posicionamento, ao longo daqueles últimos dias. “PS. Alguns estão dizendo que o suspeito da foto maior está usando um lenço. Se ao menos tivéssemos uma polícia que pudéssemos confiar (...) ou um jornalismo investigativo sério (...)”. (CONCEIÇÃO, 2014, s/p). Ela se referia aos comentários de especialistas, feitos em programas da “grande mídia”, a respeito do lenço usado pelo homem. Por fim, a incompatibilidade entre certo perfil dos *Black Blocs* e as características físicas de Caio Souza é ressaltada: “Esse guri não me parece se adequar ao perfil dos que formaram uma imagem sobre os *Black Bloc* como bombadões nazis” (CONCEIÇÃO, 2014, s/p). Nessa mesma direção, Pablo Capilé, um dos idealizadores do Fora do Eixo, realiza o seguinte questionamento: “É impressão minha ou a foto do ‘suspeito, negro, magro, de cabelo curto’ é diferente da foto do ‘suspeito branco, forte, cheio de cabelo?’” (CAPILÉ, 2014, s/p).

Nesse sentido, algumas imagens foram sendo, pouco a pouco, compiladas e analisadas por um conjunto de indivíduos dispersos em conexões de mídias sociais. O modelo do tênis, as marcas de suor na camiseta, a pele, o tipo de calça, o cabelo, foram elementos que apareceram nas imagens de contra-vigilância distribuída, compartilhadas, sobretudo, em plataformas digitais como o *Facebook* e o *Twitter* (Fig. 27). Será que Caio Souza era mesmo o homem responsável por acender o artefato que matou Santiago

Ilídio Andrade? Não estariam as forças de segurança pública e a mídia corporativa, instâncias do dispositivo aqui traçado, demasiadamente apressadas em encontrar e “condenar” os manifestantes? No ano da Copa do Mundo no Brasil, a quem poderia interessar o discurso segundo o qual os *Black Blocs* ameaçavam a democracia e a liberdade de expressão, ao praticar atos de “extrema violência e crueldade”? Eis alguns questionamentos que surgiram, à época, em redes e coletivos de militância e ativismo. Como se verá adiante, essa contra-vigilância obteve um alcance significativo, demandando, assim, uma espécie de “resposta” por parte do dispositivo de ordenamento social.

Figura 27 – Contra-vigilância distribuída no caso Santiago Andrade



Fonte: Redes sociais.

A ida de Elisa Quadros, no dia nove de fevereiro, à delegacia situada em São Cristóvão, logo após Fábio Raposo se apresentar à polícia – aspecto que será abordado posteriormente –, também deu margem ao surgimento de especulações em torno da versão dominante que, até então, era dada ao caso Santiago Andrade. Sininho, como é conhecida a militante, teve um relacionamento amoroso com um homônimo do suspeito de detonar o rojão. O contraste entre a condição socioeconômica de ambos os Caios,

bem como a reação imediata de Elisa Quadros frente à prisão de Raposo, despertaram desconfianças e insinuações de ativistas nas redes sociais digitais (Fig. 28).

Figura 28 – Caio Silva de Souza e seu homônimo



Fonte: Redes sociais.

Em outro momento, um suposto “passado integralista” de Caio Souza foi evocado, o que colocaria em contradição o aspecto do caso segundo o qual o manifestante era ligado aos *Black Blocs*. Uma vez “Camisa-Verdade”, isto é, herdeiro da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização política de extrema-direita que teve lugar na década de 1930 no Brasil, Caio não poderia praticar, por consequência, uma tática de cunho anarquista – eis a lógica argumentativa que subjaz à imagem abaixo (Fig. 29).

Figura 29 – Caio Souza: Camisa-verdade ou *Black Bloc*?



Fonte: Redes sociais.

Como uma espécie de “resposta” à contra-vigilância distribuída desencadeada nas redes sociais, o Jornal Nacional (JN) exibiu, no dia 12 de fevereiro, quarta-feira, uma reportagem com o perito Nelson Massini⁴³. Na chamada, ainda no estúdio do JN, William Bonner disse que “Na internet, em rede sociais, circulam mensagens que põem em dúvida a identificação de Caio Souza como a pessoa que posicionou o rojão que matou o cinegrafista da TV Bandeirantes. A pedido do Jornal Nacional, o perito Nelson Massini examinou as imagens que levaram a polícia até o autor confesso” (BONNER, 2014, s/p). Em uma reportagem que durou 4 minutos e 39 segundos, tempo considerado extenso para conteúdos jornalísticos televisivos, Massini, que já havia dado seu veredito sobre a natureza do artefato que atingiu Santiago, foi convocado a analisar, desta vez, as imagens que evidenciavam a movimentação de Caio Souza no interior da Central do Brasil. Elas foram confrontadas com outra imagem, a que mostra o rojão prestes a ser detonado (Fig. 23).

Questionado pela repórter se o homem que aparecia correndo na imagem (Fig. 23) era mesmo Caio Souza, Massini afirmou que “Podemos dizer, sim. Tecnicamente, inclusive, podemos fazer essa afirmação. Ele é aparentemente mais gordo, mas isso é uma distorção de imagem”. O perito parecia responder à contra-vigilância acionada por indivíduos dispersos nas redes sociais. Ao apontar o descompasso entre o porte físico de Caio Souza e do manifestante visto na imagem de referência, ele disse que “Isso é realmente uma distorção, provavelmente pela camisa, um pouco mais solta, o movimento dele de corpo, o ângulo que a foto foi tirada, isso não deixa a menor dúvida de que é ele”. Para sustentar a análise

⁴³ Para a reportagem do Jornal Nacional (JN), vista como uma espécie de “resposta” à contra-vigilância das redes sociais, ver: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/perito-confirma-que-caio-souza-lancou-rojao-que-matou-cinegrafista.html>>. Acesso: 13. Jan. 2016.

apresentada, Massini trabalhou com quatro elementos que, segundo ele, singularizavam Caio: um relógio, uma pulseira, a calça desbotada e a cor do tênis. A repórter do Jornal Nacional indagou o perito a respeito da cor da pele de Caio, aspecto que serviu, conforme mostrado na Figura 26, para contestar a identidade do manifestante que detonou o rojão. Massini respondeu, então, que “Se percebe que ele é moreno, e que aqui nestas imagens aparece um pouco mais claro até por conta da claridade. Essa variação de cor de pele também é possível, mas não há dúvida (...) de que esse que aparece correndo é o mesmo que aparece dentro da Central do Brasil”.

A matéria se encerra com a análise de mais uma imagem que havia circulado, naqueles últimos dias, nas redes sociais. Trata-se da Figura 27, na qual é possível ver um homem que também vestia calça jeans e camiseta cinza. Para refutar a hipótese de que esse homem seria o mesmo que acendeu o explosivo que matou Santiago, o perito se valeu dos quatro elementos anteriormente mencionados que permitiriam a identificação de Caio Souza – relógio, pulseira, calça e tênis. “Esse aqui [o manifestante da Figura 27] facilmente a gente pode dizer que não tem nenhuma ligação com aquela imagem que nós temos anteriormente”, afirmou Massini. No retorno ao estúdio do JN, Bonner enfatiza que “Um homem se identificou nas redes sociais como a pessoa que aparece falando com policiais, na última imagem mostrada na reportagem. Ele diz que se chama Tomaz Cesario Alvim Martinelli (...) e se queixou do uso da imagem dele de forma imprópria”. “Caio de Souza já tinha admitido à repórter Bette Lucchese que foi ele quem acendeu o rojão”, arrematou o apresentador e editor-chefe do Jornal Nacional. Com efeito, Tomaz Martinelli se valeu do *Facebook* para “provar a própria inocência” (Fig. 30).

Figura 30 – Postagem de Martinelli no *Facebook*



Fonte: Rede sociais.

No desenrolar do caso Santiago Andrade, emergiram especulações que buscaram atrelar Marcelo Freixo, deputado estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro (PSOL-RJ), aos manifestantes envolvidos com a morte do cinegrafista da Band. Isso porque, no dia nove de fevereiro de 2014, o G1 publicou a seguinte matéria: *Estagiário de advogado diz que ativista afirmou que homem que acendeu rojão era ligado ao deputado estadual Marcelo Freixo*⁴⁴. Os atores presentes nesse título um tanto extenso e truncado são Jonas Tadeu, advogado de Fábio Raposo, Marcelo Mattoso, estagiário no escritório de advocacia de Jonas, Elisa Quadros, a Sininho, ativista a qual se faz referência e, por fim, Caio Souza que, naquele momento, não havia sido ainda identificado pela polícia. Segundo informações dadas pelo portal de notícias da Globo, Mattoso teria recebido, durante o depoimento de Fábio, uma ligação de Sininho que, por sua vez, haveria afirmado a ele que o homem responsável por acender o artefato que vitimou Santiago Andrade era ligado a Marcelo Freixo. A pedido do delegado Maurício Luciano, o conteúdo da conversa foi registrado em depoimento.

No mesmo dia em que a matéria foi publicada, Elisa Quadros se dirigiu à delegacia onde estava sendo apurado o caso Santiago. Logo na chegada, houve um princípio de confusão, pois a ativista, antes de ser abordada pelos jornalistas que ali se encontravam, os chamou de “carniceiros”, numa alusão ao fato da morte do trabalhador da TV Bandeirantes

⁴⁴ Para a matéria do G1, portal de notícias da Globo, sobre um possível envolvimento de Marcelo Freixo (PSOL-RJ) com os manifestantes, ver: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/estagiario-de-advogado-diz-que-ativista-afirmou-que-homem-que-acendeu-rojao-era-ligado-ao-deputado-marcelo-freixo.html>>. Acesso: 12. Jan. 2016.

estar sendo demasiadamente explorada pela “grande mídia”. Outra pessoa, cujo nome não foi mencionado pelo G1, teria dito a seguinte frase a um dos cinegrafistas, que reagiu agredindo-o violentamente: “tomara que os próximos sejam vocês”. Não há registro audiovisual, no entanto, do entrevero entre o suposto militante e o repórter na porta da delegacia. Já a fala de Sininho foi flagrada pela reportagem da Globo⁴⁵. Ela confirmou, na ocasião, que havia ligado para o estagiário Marcelo Mattoso. O propósito do contato telefônico era tomar conhecimento do modo como o caso estava sendo conduzido, já que ela tinha conversado mais cedo com os familiares de Fábio Raposo, o único manifestante detido, até então. “Liguei porque a gente falou com os pais dele, com a mãe dele e a gente queria saber o que estava acontecendo”, declarou Sininho. A ativista confirmou que tinha oferecido ajuda, mas negou que fosse de natureza jurídica, embora em sua fala mencionasse a existência dos “advogados das manifestações”, que já estavam cientes da situação de Fábio. De forma um tanto contraditória, em meio a inúmeros microfones de repórteres da mídia corporativa, disse que:

Ajudar sempre, mas não de forma jurídica, porque não sou advogada. Tem os advogados das manifestações, do movimento da DHHC e a gente queria saber quem estava assistindo ele e que a gente poderia acionar os advogados que inclusive já sabem do caso. E o Marcelo, assistente, falou que não precisava e pronto. A gente veio aqui para saber o que estava acontecendo (QUADROS, 2014, s/p).

A especulação acerca do possível contato entre Marcelo Freixo (PSOL-RJ) e os manifestantes – tanto o que estava detido quanto o que era procurado pela polícia – não foi abordada, durante a entrevista de Sininho. Na noite do mesmo dia 9 de fevereiro, em entrevista ao programa Fantástico⁴⁶, da Rede Globo, Freixo se prontificou a negar as acusações do advogado Jonas Tadeu e de seu estagiário, Marcelo Mattoso, supostamente amparadas pela ligação da ativista. O deputado estadual afirmou não conhecer Fábio Raposo, nem o manifestante que havia lançado o rojão que atingira Santiago. Questionado pela reportagem do Fantástico se teria recebido um telefonema de Sininho na manhã daquele dia, Freixo confirmou a ligação, cujo assunto seria a possibilidade de Fábio ser torturado na prisão, questão que interessa diretamente o deputado do PSOL, pois ele tem um trabalho

⁴⁵ Para a chegada de Elisa Quadros, a Sininho, à delegacia onde se encontrava Fábio Raposo, militante acusado de participar da explosão do artefato que matou Santiago Andrade, ver: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/estagiario-de-advogado-diz-que-ativista-afirmou-que-homem-que-acendeu-rojao-era-ligado-ao-deputado-marcelo-freixo.html>>. Acesso: 12. Jan. 2016.

⁴⁶ Para a entrevista de Marcelo Freixo (PSOL-RJ) ao programa Fantástico, ver: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/02/ativista-teria-dito-que-homem-do-rojao-era-ligado-marcelo-freixo-deputado-nega.html>>. Acesso: 05. Jan. 2016.

reconhecido à frente do Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), associação civil que presta assessoria jurídica gratuita no âmbito da segurança pública e do sistema prisional, segundo consta na página oficial do DDH. O parlamentar se defendeu da seguinte forma:

Evidentemente que nem ele [Fábio Raposo] nem ninguém pode ser torturado e isso a gente acompanha. Agora, daí a uma denúncia de que haveria ligação com quem jogou a bomba vai uma distância enorme. Tanto o advogado quanto ela [Elisa Quadros] vão ter que prestar depoimento e vão ter que comprovar o que estão dizendo, se é que realmente disseram isso (FREIXO, 2014, s/p).

O advogado Jonas Tadeu continuava a afirmar a veracidade das informações que constavam no termo de declaração elaborado pela Polícia Civil. Logo após ter concedido a entrevista ao Fantástico, Freixo se valeu do perfil que possui no *Facebook* para enfatizar as “contradições” e “fragilidades” – termos utilizados pelo deputado – existentes na acusação que, naquele momento, recaía sobre ele⁴⁷. O argumento do texto publicado na rede social se estruturava em torno da carreira profissional pregressa de Jonas Tadeu, que havia prestado serviços jurídicos a Natalino José Guimarães, ex-deputado estadual preso em 2008 por chefiar uma das maiores milícias do Rio de Janeiro. À época, Marcelo Freixo estava à frente da “CPI das Milícias” instaurada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Ele chamou a atenção, por fim, para o modo como a imprensa estava conduzindo o caso Santiago Andrade: “[o] mais assustador é a imprensa repercutir uma informação tão grave e duvidosa sem checar minimamente o histórico da fonte” (FREIXO, 2014, s/p).

A postagem de Freixo contou com 7.928 curtidas e 7.648 compartilhamentos. A repercussão, naquele momento, do caso Santiago Andrade pode ser deduzida de alguns comentários. Logo, surgiram posicionamentos favoráveis ao deputado do PSOL, como, por exemplo, o de uma internauta, que se valeu da *hashtag* #sOMOSODOSMARCELOFREIXO⁴⁸. Um usuário fez alusão à “caçada” que se instaurou em torno do manifestante ainda não identificado: “As acusações contra ele são absolutamente ridículas. Eu não compactuo com isso. E eu não vou participar de caça às bruxas contra manifestantes, mesmo que discorde do método”. Foi mencionada uma

⁴⁷ Para a postagem de Marcelo Freixo (PSOL-RJ) no *Facebook*, ver: <<https://pt-br.facebook.com/MarceloFreixoPsol/posts/704261869614072>>. Acesso: 13. Jan. 2016.

⁴⁸ Todos os comentários doravante mencionados passaram por edições que buscaram preservar o sentido dos mesmos. Eles estão disponíveis na íntegra na postagem de Marcelo Freixo no *Facebook*: <<https://pt-br.facebook.com/MarceloFreixoPsol/posts/704261869614072>>. Acesso: 13. Jan. 2016.

possível instrumentalização do que se passara com Santiago Andrade: “Ano de Eleição, meu caro, precisamos tomar cuidado! #marcelofreixo #euvoto”. A dimensão de acidente do caso e sua exploração exacerbada pela mídia corporativa foram aspectos apontados por outro comentário: “E vão fazer de tudo para incriminar todos os manifestantes com o infeliz episódio que aconteceu com o jornalista da Band (fato que ocorreu obviamente acidentalmente, pois o rojão estava no chão, e não foi apontado diretamente contra ninguém)”.

Em contrapartida, houve um número expressivo de comentários negativos na postagem realizada por Marcelo Freixo. Uma usuária fez coro ao desejo de punição dos culpados, antes mesmo de ser decretada a morte cerebral de Santiago Andrade: “Esse seu ataque [o de Freixo] ao advogado só fez confirmar que está envolvido até o pescoço com esse rojão. O que não me surpreende. (...). Tomara que todos os responsáveis por essa tragédia sejam punidos!”. A designação de “terrorista” dada ao “movimento” *Black Bloc* aparece em outro texto: “Você poderia começar a responder pela Janira Rocha. Depois, a ligação do PSOL com os terroristas do *Black Bloc*. Aliás, de terroristas vocês entendem, né?”. A definição prévia de que os manifestantes seriam *Black Blocs* aparece na fala de outro internauta: “Por que o Senhor nobre deputado, em momento algum, criticou o comportamento dos *Black Blocs* e, com sua influência, tentou desestimular atos de violência e vandalismo desses grupos?”.

A possível ligação entre Elisa Quadros, a Sininho, e Marcelo Freixo surge em outras palavras: “Sininho tem ligação estreita com Freixo e com manifestante, mas o Freixo não conhece ninguém. (...). Se fizer essa ligação, terá automaticamente que fazer também a sua com os bandidos que defendeu ao longo desses anos e não foram poucos”. O próprio Jonas Tadeu, advogado que conduzia o caso Santiago Andrade, comentou a postagem do deputado do PSOL, realizando, assim, uma espécie de autodefesa: “(...) Fui advogado de muitas pessoas que tiveram o direito constitucional da ampla defesa e do contraditório, inclusive do ex. deputado estadual Natalino Guimarães; isso não desqualifica meu *mister* de advogado e tampouco me faz cúmplice de condutas criminosas (...)”. Horas após a publicação de Freixo no *Facebook* receber os comentários anteriormente referidos, Santiago Andrade, que até então se encontrava internado há quatro dias no Hospital Souza Aguiar, teve a morte cerebral anunciada. Isso ocorreu na manhã do dia 10 de fevereiro, conforme já mencionado. A partir daí, as ilações a respeito do possível envolvimento do parlamentar com os manifestantes que, a

essa altura, já eram classificados como *Black Blocs* e/ou “terroristas”, continuaram a existir no âmbito das redes sociais (Fig. 31).

Figura 31 – PSOL-Black Blocs



Fonte: Redes sociais.

O jornal *O Globo*, em matéria intitulada *Assessor do deputado Marcelo Freixo ajuda presos em protestos*⁴⁹, aborda, em tom de “denúncia”, o trabalho de Thiago de Souza Melo, assessor parlamentar de Freixo e advogado do Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH). O DDH prestou serviços jurídicos a ativistas durante as manifestações populares de 2013, entre os quais destacam-se Rafael Braga, morador de rua condenado a cinco anos de prisão por “porte de Pinho Sol”, e Fábio Raposo. O fato de o Instituto ter prestado ajuda a um dos manifestantes envolvidos no caso Santiago Andrade faz com que Thiago, Marcelo Freixo e o próprio DDH recebam um tratamento um tanto “suspeito” por parte do jornal. O texto dos repórteres Elenilce Bottari e Luiz Enersto Magalhães se encerra ao afirmar que a mãe de Fábio, Marise Raposo, afirmou a outro jornalista de *O Globo* que achava que o filho poderia conhecer Marcelo Freixo. Nessa mesma matéria, Freixo lamentou a morte de Santiago Andrade, além de se dizer contrário a todo e qualquer tipo de violência nas manifestações populares, inclusive aquela que atinge jornalistas.

⁴⁹ Para a matéria de *O Globo* que realiza uma “denúncia” do trabalho de Thiago de Souza Melo frente ao Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), ver: <<http://oglobo.globo.com/rio/assessor-do-deputado-marcelo-freixo-ajuda-presos-em-protestos-11567827>>. Acesso: 05. Jan. 2016.

Eu quero, de forma muito sincera, lamentar profundamente esse ato, que levou à morte uma pessoa querida, conhecida, o Santiago trabalhou com minha mulher (...). A gente precisa dar um basta na escalada de violência, de todos os lados (...). Tivemos vários profissionais de comunicação feridos nessas manifestações, e agora a sociedade está enterrando um (...). Seja que grupo for, eu repudio violentamente essa possibilidade de uma ação violenta, que nos traz dor e não nos traz nenhum avanço (FREIXO, 2014, s/p).

O aparecimento de novos atores, com ênfase especial a Marcelo Freixo, no caso Santiago Andrade repercutiu bastante nas redes sociais digitais. Por um lado, afirmava-se sobretudo por parte de movimentos de direita a possível ligação entre o deputado e os *Black Blocs* (Fig. 32).

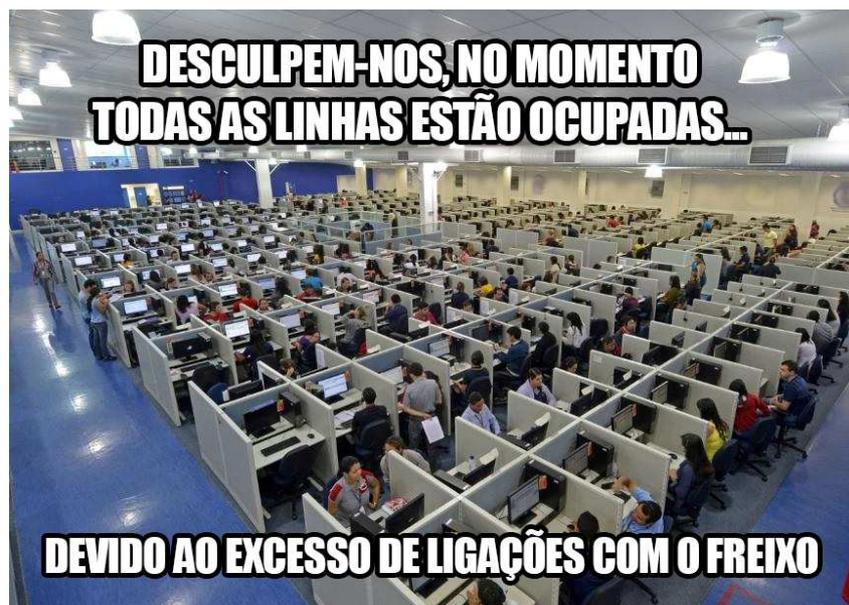
Figura 32 – Imagem divulgada pelo movimento “Cariocas Direitos”



Fonte: Redes sociais.

Por outro, tal “ligação” era alvo de questionamentos bem humorados realizados por militantes do PSOL e simpatizantes do trabalho desempenhado pelo deputado fluminense (Fig. 33).

Figura 33 - #LigaçãocomFreixo



Fonte: Redes sociais.

Nesse contexto, foi criada a *hashtag* #LigaçãoComFreixo, além de diversos *memes* que procuraram defender o parlamentar do PSOL da acusação de possuir ligação com os manifestantes responsáveis pela morte do cinegrafista da TV Bandeirantes (Figs. 34 e 35)⁵⁰.

Figura 34 – Freixo e Lady Gaga



Renan Quaresma @Quaresmei · 12 de fev
até a @ladygaga está numa #LigacaoComFreixo e isso a Globo não mostra! pic.twitter.com/t4IBGxB1Ay

↳ Responder ↻ Retweetar ★ Curtir

Denunciar mídia

Fonte: Redes sociais.

⁵⁰ À época, foi criado um *Tumblr* chamado #LigaçãoComFreixo para concentrar os diversos *memes* produzidos. Disponível em: <<http://ligacaoomfreixo.tumblr.com/post/76488072152/s%C3%A3o-muitas-liga%C3%A7%C3%B5es>>. Acesso: 05. Jan. 2015.

Figura 35 – “Ligação eterna”



Fonte: Redes sociais.

Interessante notar que, embora Santiago pertencesse à TV Bandeirantes, foi a Rede Globo que dedicou mais espaço à morte do cinegrafista em seu noticiário. Na segunda-feira, dia 10 de fevereiro, William Bonner se incumbiu, durante a edição do Jornal Nacional (JN) daquele dia, de expressar o posicionamento oficial da empresa jornalística a respeito do caso. Em um editorial⁵¹ que durou aproximadamente três minutos e meio, o editor-chefe do JN iniciou sua fala com as seguintes palavras: “Não é só a imprensa que está de luto com a morte do nosso colega da TV Bandeirantes Santiago Andrade. É a sociedade”. Bonner se dedica, então, a demonstrar a importância do jornalismo profissional para os cidadãos e, em especial, para a democracia. “Sem cidadãos informados não existe democracia”, diz ele, num encadeamento de frases e idéias que permite inferir que a democracia estaria sob ameaça quando o jornalista fosse impedido de realizar o trabalho de informar a sociedade sobre os acontecimentos. Logo em seguida, o enfoque é direcionado aos atos de violência perpetrados por “grupos minoritários” durante as manifestações de

⁵¹ Para o editorial do Jornal Nacional (JN) sobre a morte de Santiago Andrade, ver: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/editorial-da-rede-globo-sobre-morte-de-cinegrafista.html>>. Acesso: 13. Jan. 2016.

2013. “E a cada nova manifestação, passaram [os grupos minoritários] a hostilizar jornalistas profissionais. Foi uma atitude autoritária, porque atacou a liberdade de expressão”, afirmou William Bonner.

Aparece, aqui, outro elemento importantíssimo na exploração midiática do caso Santiago Andrade: a liberdade de expressão, que, em última instância, teria sido alvejada pelo rojão nas proximidades da Central do Brasil. Após comentários acerca da cobertura da imprensa no que diz respeito à atuação das forças policiais durante os protestos, o texto prossegue condenando todo e qualquer tipo de violência. É dada uma ênfase, entretanto, à violência que atinge os jornalistas, pois eles são, segundo o editorial da Rede Globo, “os olhos e os ouvidos da sociedade”. E, sendo assim, toda vez que um jornalista é violentado, “a sociedade perde, porque a violência resulta num cerceamento à liberdade de imprensa”. Pouco ou quase nada é dito a respeito das circunstâncias da morte de Santiago Andrade. Fala-se apenas que ele estava trabalhando na cobertura da manifestação contra o aumento das passagens de ônibus no Rio quando “a violência o feriu de morte aos 49 anos, no auge da experiência, cumprindo o dever profissional”.

A relação entre democracia e jornalismo insiste em retornar na fala de Bonner, que, desta vez, é ainda mais enfático: “A violência tira a vida de pessoas, machuca pessoas inocentes e impede o trabalho jornalístico, que é essencial – nós repetimos – essencial numa democracia”. Ao fim, o editorial da Rede Globo clama por justiça, além de insinuar que as manifestações poderiam estar sendo financiadas por grupos políticos: “A Rede Globo se solidariza com a família de Santiago, lamenta a sua morte, e se junta a todos que exigem que os culpados sejam identificados, exemplarmente punidos. E que a polícia investigue se, por trás da violência, existe algo mais do que a pura irracionalidade”.

O caso Santiago Andrade permite que seja feita uma espécie de gênese dos discursos midiáticos sobre o “vandalismo” nas manifestações de 2013 e 2014. De acordo com Silva, Guedes, Jurno e Paula (2014, p. 142), “o discurso sobre a figura do ‘vândalo’ e dos atos de vandalismo foi sofrendo mutações ao longo dos protestos que podem ser observadas através dos discursos de manifestantes, jornalistas e internautas”. Nesse sentido, a figura do “vândalo”, explorada demasiadamente no caso Santiago Andrade, não foi a mesma sempre. Em outras palavras: o “vândalo” do caso Santiago guarda diferenças em relação ao “vândalo” surgido em outros momentos dos protestos populares. Não se pode ignorar, no que diz respeito à violência e aos “atos de vandalismo”, a existência de um conflito narrativo, ainda que assimétrico, entre a mídia corporativa e a Polícia Militar – instâncias do dispositivo de ordenamento social – e os

manifestantes. Enquanto os meios de comunicação falavam em “manifestações pacíficas desvirtuadas pela violência de um pequeno grupo de vândalos”, as páginas do *Black Bloc RJ* e do *Anonymous Rio* no *Facebook*, dois grupos recorrentemente associados a “atos criminosos e violentos”, ressaltavam, conforme demonstrado por Silva, Guedes, Jurno e Paula (2014), o papel da violência como forma de expressão e atuação políticas.

Até culminar com o caso Santiago Andrade, os discursos acerca da figura do “vândalo” foram sendo ressignificados, à medida que as manifestações aconteciam. Segundo Silva, Guedes, Jurno e Paula (2014), a construção da imagem do “vândalo” ocorreu em três etapas. Na primeira etapa, os atos de violência eram associados à ausência de líderes que pudessem conduzir, de modo ordenado, os rumos dos protestos. “A falta de líderes provocaria que alguns grupos oportunistas agredissem policiais e depredassem propriedade pública e privada”, chamam a atenção Silva, Guedes, Jurno e Paula (2014, p. 154). Aqui, não havia ainda entrado em cena a figura do “vândalo” propriamente dita e o foco da cobertura jornalística estava na condenação um tanto difusa da violência que começava a ocorrer nas manifestações. Na segunda etapa, por sua vez, “a narrativa sobre o vandalismo começou a ser dirigida para a construção da idéia de ‘vândalo’” (SILVA; GUEDES; JURNO; PAULA, 2014, p. 155).

Assim, nesse segundo momento, nas matérias veiculadas pela mídia corporativa, parecia haver uma espécie de glossário de palavras e expressões que deveria ser acionado no momento de descrever a atuação dos “vândalos” e “baderneiros”. A estratégia narrativa costumava ser orientada da seguinte maneira: em um primeiro momento, ressaltava-se o caráter pacífico dos atos; logo depois, uma “onda de vandalismo”, repentina e avassaladora, passava, então, a dominar as ruas e “desvirtuar” os protestos que até então eram legítimos, causando danos aos patrimônios públicos e privados. Em certas ocasiões, os manifestantes pacíficos, “favoráveis à paz”, se punham a conter os “atos de vandalismo” aos gritos de “Sem violência, sem violência!”. Palavras e expressões como “vândalos”, “arruaceiros”, “onda de violência”, “mascarados”, “terror”, “quebra-quebra”, “infiltrados entre os manifestantes”, eram frequentemente utilizadas pelos textos jornalísticos dos principais veículos de comunicação que realizaram coberturas das manifestações em 2013 e 2014. Constatou-se como a estratégia do dispositivo de ordenamento social em fazer circular a perspectiva de que “vândalos” estariam “desvirtuando” os protestos se fez presente também nos eventos do *Facebook* criados pelos próprios manifestantes. Isso se deu por meio de postagens, comentários em geral e, sobretudo, compartilhamentos de *links* de

portais de notícias da grande mídia. A definição de “vândalo”, no entanto, era bastante vaga e imprecisa, tendo como referência apenas o fato dessa figura se diferenciar dos manifestantes pacíficos, estes, sim, considerados “cidadãos de bem”.

Por fim, na terceira etapa, “passamos para uma fase de procura ativa de culpados (ou serão “bodes expiatórios”?) desse vandalismo”, segundo Silva, Guedes, Jurno e Paula (2014, p. 155). Algumas hipóteses foram, então, levantadas com o intuito de identificar os “vândalos” e “arruaceiros”. A “ciência do protesto” levada a cabo pelo dispositivo de ordenamento social se concentrou fortemente na busca por relevar a identidade e o *modus operandi* dos agentes dos atos de violência e “vandalismo” nos protestos urbanos de 2013 e 2014. O comentário de Rudá Ricci ilustra bem a tentativa de encontrar “culpados” para o “vandalismo”. Cientista político convocado a analisar os protestos de 2013, Ricci afirmou que os atos de vandalismo eram praticados fundamentalmente por grupos organizados de extrema-esquerda e extrema-direita que incitavam ataques não só à polícia, como também ao comércio e ao patrimônio público.

A Polícia Civil, responsável pela investigação de acontecimentos durante as Jornadas de Junho, também fez circular discursos sobre a “verdadeira identidade” dos “vândalos”. Os delegados, como fontes quase exclusivas das matérias jornalísticas, diziam recorrentemente que tratavam-se de “extremistas radicais que possuíam vínculos com grupos de outros estados e países”, “radicais sem bandeira”, “grupos antigoverno, antipolítica e antipolícia”, “jovens insuflados por baderneiros”, que desejavam tão somente promover a desordem social e o caos. Não raro, a Polícia Civil afirmava ainda que uma parte considerável dos manifestantes detidos apresentava antecedentes criminais, como tráfico de drogas, furto, assalto, formação de quadrilha etc. Caio de Souza, peça-chave do caso Santiago Andrade, foi apresentado aos meios de comunicação como alguém que possuía passagens pela polícia. Nessa lógica, construiu-se uma imagem – reproduzida não apenas na mídia corporativa, mas também nas redes sociais e nas próprias ruas – de que o “vândalo” e/ou o *Black Bloc* era alguém contrário aos interesses sociais e nacionais. A partir de um dado momento, o vandalismo deixou de ser um ato e assumiu um rosto, ainda que “mascarado” (SILVA; GUEDES; JURNO; PAULA, 2014). Esse rosto, no princípio do ano de 2014, era o de Caio Souza e Fábio Raposo.

Interessante observar como houve uma construção do “caráter” de Caio para que ele se assemelhasse ao perfil do “vândalo” antes referido. Para os interesses do dispositivo de ordenamento social, era preciso que o acontecimento soasse como sendo

um ato “frio” e calculista de um *Black Bloc*. Logo, o clichê indivíduo *versus* multidão foi acionado, em um dado momento: “Ele é um cara tranquilo, cumprimenta a todos. No trabalho ficaram surpresos [com o envolvimento dele]. Caio na vida particular, sozinho, tem um jeito. Sob efeito da multidão se transforma e passa a agir de forma extremamente violenta”, afirmou Maurício Luciano, delegado que investigou o caso Santiago Andrade⁵².

Em paralelo, o *Black Bloc RJ* assumia nas redes sociais a importância do uso da violência como forma legítima e necessária de atuação política, além de se defender das acusações recorrentes de “vandalismo” e “formação de quadrilha”. Uma das postagens⁵³ que aparece no *Facebook* traz o seguinte texto: “Somos vândalos aos olhos vesgos e inundados de sífilis política da mídia (...). Todos somos *Black Bloc*, todos somos um só (...). Somos o povo, e não uma quadrilha. Quadrilha é quem governa junto com os empresários esse país”. Quanto ao uso da violência como forma de expressão, um *post* diz que “Os *molotovs* são uma resposta de quem há muito está ferido”. Para Silva, Guedes, Jurno e Paula (2014, p. 179), o *Black Bloc RJ*, em sua página no *Facebook*, faz “apologia à violência e a justifica quer como forma de atuação política, enquadrada numa ideologia anarquista, quer como forma de reação à violência policial, que não ocorre apenas durante as manifestações, mas cotidianamente”. Conforme apontado por Bruno e Cardoso (2014), essa mesma página foi alvo de vigilância digital em setembro de 2013, culminando com a prisão de pessoas que supostamente a administravam. Eles foram indiciados por incitação à violência e formação de quadrilha armada. “Além disso, uma série de intimações de participantes dos protestos foram baseadas em ‘indícios’ presentes nos rastros deixados por indivíduos no *Facebook* ou no *Twitter*” (BRUNO; CARDOSO, 2014, p. 28).

Assim que a morte cerebral de Santiago Andrade foi anunciada, no dia 10 de fevereiro, a página *Black Bloc RJ* publicou a seguinte mensagem no *Facebook*:

Estamos muito chateados com a notícia sobre a morte de Santiago. Lamentamos demais e desejamos toda força à família, é uma perda muito difícil. Realmente, infelizmente é muito triste e difícil esse momento em que estamos lutando por um país melhor e acontece uma infelicidade dessa, fica

⁵² Para a declaração de Maurício Luciano a respeito da personalidade de Caio Souza, ver: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/02/12/sob-efeito-da-multidao-se-transforma-diz-delegado-sobre-suspeito-no-rio.htm>>. Acesso: 16. Fev. 2016.

⁵³ Para o conteúdo na íntegra da publicação presente na página do *Black Bloc RJ*, ver: <https://www.facebook.com/permalink.php?id=370820486319932&story_fbid=502111283190851>. Acesso: 13. Jan. 2016.

claro a diferença entre PM e Manifestante! Mais de quatro mortes por causa da violência policial em manifestações, quais você ficou sabendo? Qual dessas mortes a TV repetiu e repetiu e se comoveu? (*BLACK BLOC RJ*, 2014, s/p).

Como se sabe, o *Black Bloc*, ator importante para o desenvolvimento do caso Santiago Andrade, não é propriamente um grupo político, e sim uma tática de ação direta. No *Wikipedia*⁵⁴, é possível encontrar a seguinte definição para *Black Bloc*: “é o nome dado a uma tática de ação direta, de corte anarquista, caracterizada pela ação de grupos de afinidade mascarados e vestidos de preto que se reúnem para protestar em manifestações de rua, utilizando-se da propaganda pela ação para desafiar o *establishment* e as forças da ordem”. Tal definição está indicada na página⁵⁵ do *Black Bloc Brasil* no *Facebook*. Em obra sobre o tema, Dupuis-Déri (2014) ressalta que os *Black Bloc* não possuem organizações formais e constituem grupos distintos em cada manifestação. “A tática apareceu dentro do movimento ‘Autonomen’, que organizava centenas de ocupações políticas e lutava contra a energia nuclear, a guerra e os neonazistas”, afirmou Dupuis-Déri (2014, p. 28). De acordo com Silva, Guedes, Jurno e Paula (2014, p. 159), “no Brasil, a primeira vez que a tática apareceu fortemente na mídia foi durante essas manifestações [as manifestações de 2013], momento em que se tornou nacionalmente conhecida”. Ao abordar o assunto, Capeller (2015, p. 201) ressalta que

não obstante sua completa insignificância numérica e sua relativa incapacidade de provocar qualquer tipo de ameaça real aos órgãos do Estado e à riqueza privada, e a despeito de suas interessantes táticas de deslocamento veloz através do território urbano em desafio à polícia e demais forças estatais de repressão, os *Black Blocs* foram estigmatizados pela mídia e demais representantes da sociedade civil e do Estado como os únicos e exclusivos responsáveis por toda a violência das manifestações.

Silva e Ziviani (2014, p. 10) afirmam que “as ruas, o espaço vivido das cidades, agora foram o lugar das manifestações, mas também conformaram o sentido das reivindicações. A ‘pradaria’ é um dos fortes motivos do incêndio e não apenas seu lugar de acontecimento”. Isso significa dizer que as marchas e protestos de 2013 e 2014 não se deram apenas no espaço da cidade, mas também em razão de questões ligadas às condições de vida no contexto urbano. Tais questões se resumiram no *slogan*, que

⁵⁴ Para a definição de *Black Bloc* presente no *Wikipedia*, ver: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Black_bloc>. Acesso: 15. Jan. 2016.

⁵⁵ Para a página do *Black Bloc Brasil* no *Facebook*, ver: <<https://pt-br.facebook.com/Black-Bloc-Brasil-353035154737576/>>. Acesso: 15. Jan. 2016.

também pode ser visto como ideal político, “direito à cidade”, inscrito em cartazes e *hashtags*. O “direito à cidade” consiste, segundo Harvey (2013), em assumir o controle dos processos de urbanização, evitando que eles sejam agenciados somente pelos fluxos do capital. Já no plano mesmo do espaço, em diversos momentos das Jornadas de Junho, a rua foi o lugar em que se partilharam indignações, afetos, esperanças, mas também violências e temores, em suma, foi na rua que o comum foi partilhado e construído (SILVA; ZIVIANI, 2014, p. 12). No caso Santiago Andrade, os protestos ocorridos no dia seis de fevereiro foram motivados fundamentalmente pelo aumento da tarifa do transporte público, uma das pautas mais centrais ligadas à cidade. Ademais, o confronto entre policiais e manifestantes que culminou com a morte de Santiago teve início a partir do pulo coletivo – o “catracaço” – de roletas que dão acesso aos trens e ao metrô na Central, num gesto de recusa à política de transportes da cidade do Rio de Janeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entrelaçamento entre ruas e redes, a circulação vertiginosa de imagens e comunicações na internet, a multiplicidade de propostas e reivindicações levada a cabo por indivíduos e grupos bastante distintos, a cobertura extensa da mídia corporativa dada aos protestos, entre outros fatores, foram responsáveis por produzir, no período compreendido entre meados de 2013 e princípio de 2014, uma cena política que não se deixa capturar com facilidade. O que se propôs, nesta investigação, foi um recorte, entre tantos outros possíveis, das manifestações populares ocorridas recentemente no Brasil. Mais do que definir “o que foram” os casos Bruno Teles e Santiago Andrade, realizou-se um esforço de apreensão de suas “dinâmicas”, que consistiu em traçar as correlações de forças de cada um dos acontecimentos em análise. Coube a este trabalho, portanto, refazer as redes de relações – dinâmicas, instáveis e múltiplas – que deram materialidade aos casos Bruno Teles e Santiago Andrade. Nessa medida, é prudente ressaltar que as redes que acabaram de ser traçadas se encontram abertas, permanentemente em processo de (re)construção, e poderiam ter sido formadas de outros modos, a partir de atores e dinâmicas diferentes, para além, evidentemente, deste arranjo provisório que aqui foi proposto.

Os casos Bruno Teles e Santiago Andrade foram tomados conceitualmente como “acontecimentos em rede”. Os acontecimentos em rede possuem uma instância nas mídias sociais e outra instância nas ruas. Eles são tecidos por meio da trama reticular estabelecida entre esses dois domínios. De acordo com Alzamora, Arce e Utsch (2014, p. 40, grifos no original), “tais acontecimentos são regidos pela lógica das conexões, que integram dispositivos *on* e *offline* em uma dinâmica sociocomunicacional profundamente marcada pelos processos contemporâneos de midiatização”. O acontecimento em rede deve ser entendido, nessa medida, não exatamente como um “dado da realidade sensível”, e sim como algo formado pelos próprios movimentos dos atores em torno de determinada questão ou polêmica. Nos casos em análise, as polêmicas que ensejaram o surgimento das redes de relações se deram em torno da autoria do lançamento do *molotov* e do rojão. Nesse sentido, tal como parece ter ficado claro ao longo deste trabalho, as conexões são determinantes para a existência e a progressão dos acontecimentos que se passam entre as ruas e as redes. A intensidade e a duração das conexões estabeleceram novas camadas de visibilidade e enunciação aos casos Teles e Andrade.

O caso Bruno Teles ocorreu em julho de 2013, num momento em que as lutas populares acumulavam certa experiência, decorrente sobretudo dos eventos das Jornadas de Junho, no relacionamento com as forças policiais e a mídia corporativa. Àquela altura, ao menor sinal de arbitrariedade e violência, as transmissões ao vivo, realizadas graças a inúmeros dispositivos sociotécnicos, conseguiam arregimentar um número expressivo de pessoas que passavam a compartilhar rapidamente relatos e *links* nas redes sociais. O aplicativo *Twitcasting*, responsável pela difusão de imagens das ruas, se mostrou um dispositivo sociotécnico fundamental para o desfecho do caso Teles. Conforme já demonstrado, foi graças a ele que milhares de pessoas souberam das prisões dos ninjas e, a partir daí, resolveram se aglomerar em frente à 9ª DP, para onde Bruno foi levado na noite do dia 22 de julho. Essa audiência articulada em rede que acompanhava as transmissões da Mídia NINJA parece ter ficado em estado de alerta ao presenciar as prisões dos repórteres, estado este que foi determinante para o processo de contra-vigilância que inocentou o manifestante.

As prisões de Filipe Peçanha e Filipe de Assis, flagradas em tempo real por seus próprios *smartphones*, fortaleceram ainda mais a mobilização da rede de espectadores distribuídos que acompanhava os protestos daquele dia. As Jornadas de Junho eram um passado recente no momento em que “estourou” o caso Bruno. Aliado a isso, estava em marcha, naquele exato momento, uma combativa campanha que pedia a renúncia do governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Em suma, todos esses fatores parecem ter contribuído, em maior ou menor grau, para a resposta veloz, articulada e colaborativa dada por indivíduos comuns nas redes sociais às versões apresentadas pelas polícias Militar e Civil e pelos veículos jornalísticos. As “redes de indignação e esperança”, das quais falava Castells (2013), estavam a postos no dia 22 de julho de 2013.

Em comum, os casos Bruno Teles e Santiago Andrade evidenciam um aspecto do regime contemporâneo do visível: a relação entre imagem e política (POLYDORO, 2015). Os protestos, em geral, e os casos aqui analisados, em particular, trazem algumas questões importantes sobre as imagens hoje. Pode-se dizer, com Polydoro (2015), que existe um entrelaçamento espaço-temporal aparentemente indissociável, garantido sobretudo pela transmissão em tempo real, entre fato e registro visual do fato. As transmissões ao vivo, cuja potência talvez esteja em seu aspecto estético-documental, produziram efeitos distintos nos casos Teles e Andrade. No primeiro, as imagens capturadas durante a própria duração dos acontecimentos se mostraram fundamentais

para o engajamento do espectador distribuído das redes sociais, conforme assinalado. No segundo, elas forneceram pistas *a posteriori* para a vigilância que se formou em torno de Fábio e Caio.

Nessa perspectiva, as manifestações se notabilizaram por uma geração de imagens prodigiosa. Atores distintos fotografaram e filmaram obsessivamente os eventos das ruas: ativistas, militantes políticos, jornalistas da mídia corporativa e independente, pessoas anônimas, além da própria Polícia Militar. Como resultado, houve uma intensa circulação dessas imagens tanto nas redes sociais quanto nos meios de comunicação corporativos. Ao cotejar os objetos desta investigação, fica evidente que, no domínio das imagens de protestos de rua, nada está *a priori* definido. Dois exemplos contrastantes merecem ser citados. No caso Bruno Teles, imagens produzidas pela mídia corporativa e Polícia Militar, instâncias do dispositivo de ordenamento social, foram moduladas e postas a favor do manifestante, provando, assim, sua “inocência”. Já no caso Santiago Andrade, imagens registradas por manifestantes alimentaram a vigilância realizada pelo dispositivo e auxiliaram no trabalho de busca dos responsáveis por atirar o rojão que matara o cinegrafista. Logo, a circulação distribuída de imagens serviu tanto aos revoltosos, que puderam fazer uma reconstrução própria dos fatos, como atesta o caso Teles, quanto ao dispositivo de ordenamento social, que se valeu delas para chegar até os nomes de Fábio Raposo e Caio Souza.

As imagens de contra-vigilância distribuída do caso Bruno Teles podem ser entendidas como um gesto de resistência política na medida em que foram capazes de desestabilizar as linhas de força responsáveis por articular os regimes de visibilidade e de enunciação do dispositivo de ordenamento social. O episódio estabeleceu uma relação simultânea e problemática com algumas instâncias do dispositivo, a saber: Polícia Militar e Civil, meios de comunicação corporativos e poder Judiciário. Em outras palavras: o desfecho da história de Bruno alterou em alguma medida as condições de possibilidade do ver e do dizer a respeito das manifestações populares, a respeito da atuação da Polícia Militar e de outras forças de segurança pública, a respeito da estratégia de infiltrar policiais à paisana entre os revoltosos, a respeito do modo como o então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, lidava à época com os eventos das ruas, a respeito da cobertura midiática realizada etc. A partir de então, passou-se a dizer e a ver coisas que não se diziam e não se viam acerca de diversos aspectos das revoltas urbanas ainda em curso naquele momento. Talvez resida aí o

potencial de resistência de uma imagem de contra-vigilância: produzir outras formas de organização daquilo que pode ser visto e dito.

Os efeitos mais determinantes do caso Bruno Teles se produziram a partir de certa montagem da memória relacionada ao protesto no qual o estudante participara, o que demonstra, uma vez mais, a importância das associações para a emergência dos acontecimentos em rede. Além disso, o valor de evidência das imagens foi conferido justamente pela edição do material audiovisual, edição esta realizada distribuidamente por diversos atores nas redes sociais. Já no caso Santiago Andrade, a atuação dos peritos e especialistas convocados pela mídia corporativa foi determinante para que as imagens apresentassem um “poder de prova” convincente.

Um deslocamento do caso Bruno Teles foi a atenção maior que passou a ser dada aos policiais à paisana (P2) que participavam das marchas e atos. Isso não significa dizer que antes os revoltosos desprezassem essa questão. Na página oficial do *Black Bloc RJ* no *Facebook*, há denúncias relativas à atuação de P2s em manifestações, que realizariam agressões e atos violentos deliberados para que o “grupo anarquista” levasse publicamente a culpa, justificando, assim, uma ação mais enérgica da própria Polícia Militar. O P2, na condição de ator importante das Jornadas de Junho, não ganhou existência, ao menos para os manifestantes e movimentos sociais menos incautos, a partir do protesto do dia 22 de julho. Esse ator, no entanto, era tratado pela mídia corporativa como uma espécie de espectro, carecendo, portanto, de comprovações em torno dessa prática policial. Além da inocência do próprio estudante, as imagens de contra-vigilância do caso Bruno forneceram “provas convincentes” da atuação de policiais infiltrados em protestos. Tanto é que Sérgio Cabral, então governador do Estado do Rio de Janeiro, àquela altura bastante fragilizado politicamente, em entrevista após o término do caso, foi indagado por repórteres da mídia corporativa acerca da atuação desses policiais. Nas redes, em especial no *Twitter*, a *hashtag* #eagoraCabral enunciava o pedido de explicações. Devido à repercussão do caso, a Polícia Militar se viu obrigada a emitir uma nota comentando a figura do P2.

Como, então, o dissenso foi produzido? A princípio, pode-se dizer, com Marques (2011), que a condição de possibilidade para a reviravolta no caso Bruno Teles foi a coexistência de múltiplos pontos de vista e observação nas redes sociais. Na ausência da ampliação dos modos de ver e perceber proporcionada pelas tecnologias de comunicação, dificilmente o caso Bruno teria o mesmo final. Conforme demonstrado por D’ Andréa e Ziller (2014, p. 23, grifo no original), a mobilização na internet

permitiu que “muitos sujeitos, grupos e instituições fizessem circular a partir da publicação em *sites* como o *YouTube* registros de sua experiência que contradiziam as versões mais frequentes das manifestações publicadas por veículos jornalísticos tradicionais”. Já a circulação das imagens em rede, com ênfase particular às de contra-vigilância, apresentou o potencial de alterar taticamente o rumo dos protestos.

Nesse sentido, o caso Bruno Teles – um, entre vários outros que se valeram de uma difusão ampliada e distribuída de imagens – parece ter contribuído para que “o olhar se habituasse a um contraponto” (D’ ANDRÉA; ZILLER, 2014). O contraponto e o dissenso, trazidos exemplarmente pelo caso Bruno, não se fizeram presentes no caso Santiago Andrade, ou melhor, não se efetivaram como tais. A oposição vigilância e contra-vigilância, ou antes, as posições sujeito vigilante e objeto vigiado, era mais fácil de ser discernida no caso Teles do que no caso Andrade. Todavia, num determinado momento, que consistiu na divulgação da foto de Caio Souza pela Polícia Federal (PF), procurou-se questionar em conexões de mídias sociais a versão que vinha sendo dada à morte do cinegrafista da Band por parte da Polícia Militar e da mídia corporativa. Assim, imagens que confrontavam os traços físicos de Caio – altura, peso, cor da pele etc. – com os do manifestante que supostamente havia detonado o artefato explosivo foram acionadas por diversos indivíduos nas redes sociais. Parecia haver ali potencial para a produção da contra-narrativa e do contraponto tão almejados pelos ativistas, e que o caso Bruno Teles havia a todos acostumados. Por que, então, as conexões da contra-vigilância do caso Santiago cessaram em um determinado momento?

Por razões óbvias, não se quer insinuar que a contra-vigilância, caso tivesse sido realizada com argúcia e competência, poderia “inocentar” Fábio e Caio, mas por quais razões a tentativa de demonstrar a existência de contradições nos discursos midiáticos que acusavam os dois manifestantes não foi levada adiante? Onde estavam os espectadores distribuídos que outrora atenderam prontamente ao chamado de Bruno Teles? Não há evidentemente respostas conclusivas para tais questionamentos, e sim algumas pistas e hipóteses, que a presente investigação procurou levantá-las ao traçar a rede de relações do caso Andrade. Nesse caso em especial, a fronteira entre vigilância e contra-vigilância distribuída ficou borrada e o caráter ambivalente do ciberespaço tornou-se paradoxalmente mais evidente: se, por um lado, a internet criou as condições para a emergência de outras narrativas e facilitou a organização e repercussão dos protestos por parte de “atores menores”, por outro, ela também foi apropriada para fins

de monitoramento, vigilância e controle de indivíduos e grupos políticos que participavam das manifestações.

Ademais, por que as manifestações massivas não se repetiram em 2014, justamente no ano em que ocorreu a Copa do Mundo no Brasil? Atos e marchas aconteceram na cidade do Rio de Janeiro, mas com impacto e grau de adesão que nem de longe se assemelharam às Jornadas de Junho. Como explicar o “esvaziamento” das ruas? Por qual motivo o #nãovaitercopa se restringiu a grupos específicos de militantes – anarquistas e comunistas –, não se alastrando, portanto, para o restante da sociedade? O que foram feitas das sensibilidades rebeldes que se insurgiram intempestivamente em Junho de 2013? As razões são demasiadamente complexas e elencá-las aqui fugiria dos propósitos do presente trabalho. Não seria um equívoco afirmar, no entanto, que a exploração exacerbada pelo dispositivo de ordenamento social do caso Santiago Andrade, ocorrido no limiar do ano, contribuiu, em maior ou menor grau, para o arrefecimento dos protestos ao longo de 2014. Se, no caso Bruno Teles, a mídia corporativa foi questionada, publicamente desmentida, no caso Santiago Andrade, ela passou à condição de “vítima” do “radicalismo e da irracionalidade de mascarados”. O principal alvo do rojão detonado nas cercanias da Central não foi exatamente Santiago, e sim a mídia, a liberdade de expressão e de imprensa, a democracia, em última instância. O caso Santiago Andrade encerra certo ciclo de lutas que se iniciou nas Jornadas de Junho. Tudo é posto em seu “devido lugar” pelo dispositivo de ordenamento social.

Apenas para ficar em um exemplo do impacto provocado pela morte do trabalhador da TV Bandeirantes: justamente no dia em que Santiago teve a morte cerebral decretada, 10 de fevereiro, o Senado – uma das instâncias do dispositivo de ordenamento social – retomou a análise do Projeto de Lei (PL) 499/2013, cujo objetivo era tipificar o crime de terrorismo no Brasil. Com efeito, houve um afã por parte da mídia corporativa, dos agentes de segurança pública e dos poderes Executivo e Legislativo em encontrar e tão logo condenar os manifestantes responsáveis por acender o rojão que vitimou o cinegrafista da Band. “Alguém precisa fazer alguma coisa” parecia ecoar a cada reportagem veiculada pelos meios de imprensa, a cada declaração dada por um político, a cada postagem sobre o assunto nas redes sociais etc. Agora, a uma distância relativamente segura dos acontecimentos, parece ter havido uma espécie de escalada da condenação das lutas populares em 2014, que teve início com o caso Santiago

Andrade e culminou com a efetiva criminalização de integrantes da Frente Independente Popular do Rio de Janeiro, a FIP-RJ.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Davis. **O que é um contradispositivo?** Cadernos de Subjetividade, São Paulo, 2012.

ALZAMORA, Geane. Entre a TV e a internet: mediações sobrepostas em iReport for CNN. In: SOSTER, Demétrio; LIMA JR., Walter (orgs.). **Jornalismo digital:** audiovisual, convergência e colaboração. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

ALZAMORA, Geane; ARCE, Tacyana; UTSCH, Raquel. Acontecimentos agenciados em rede: os eventos do Facebook no dispositivo protesto. In: SILVA, Regina Helena Alves da. **Ruas e redes:** dinâmicas dos protestosBR. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ALZAMORA, Geane; RODRIGUÉS, Tacyana. **Fora Rede Globo:** a representação televisiva das Jornadas de Junho em conexões intermídia. Revista ECO-Pós (Online), v. 17, p. 1-14, 2014.

BENTES, Ivana. Nós somos a rede social. In: MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua:** ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BEZERRA, Arthur. **Vigilância, vigilância inversa e democracia:** do panoptismo ao midiativismo. In: XV Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2014, Belo Horizonte. Anais do XV ENANCIB, 2014, v. 1, p. 2528-2543.

BEZERRA, Arthur; PIMENTA, Ricardo. **Vigilância inversa e contra-vigilância em coletivos midiativistas do Rio de Janeiro.** Resumo. In: III Simpósio Internacional LAVITS: Vigilância, Tecnopolíticas, Territórios. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL, André; MIGLIORIN, Cezar. **A gestão da autoria:** anotações sobre ética, política e estética das imagens amadoras. Ciberlegenda, Rio de Janeiro, n. 22, p. 126-141, 2011.

BRUNO, Fernanda. **Controle, flagrante e prazer:** regimes escópicos e atencionais da vigilância nas cidades. Revista FAMECOS, Porto Alegre, 2008.

_____. Circuitos da vigilância: controle, libido e estética. In: LEAL, Bruno Souza; MENDONÇA, Carlos Camargos; GUIMARÃES, César (orgs.). **Entre o sensível e o comunicacional.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Máquinas de ver, modos de ser:** vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BRUNO, Fernanda; FIRMINO, Rodrigo; KANASHIRO, Marta (orgs.). **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BRUNO, Fernanda; NASCIMENTO, Liliane; MAZOTTE, Natália.
#ProtestoRJ: atores menores fazem a rede, 2013. Disponível em:
<http://medialabufrj.net/2013/08/protestorj-atores-menores-fazem-a-rede/>.
 Acesso: 15. Fev. 2016.

BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno. **(Contre)surveillance distribuée dans les Journées de Juin au Brésil**. Hermès (Paris. 1988), v. 1, p. 161-184, 2014.

CAPELLER, Ivan. **A dupla máscara da anarquia: Black Blocs, Anonymous e outros fenômenos**. Revista ECO-Pós, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 3, p. 200-2012, 2015.

CARLÓN, Mario. **Do cinematógrafo ao televisivo: metatelevisão, linguagem e temporalidade**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet**. São Paulo: Editora Zahar. 2013.

D' ANDRÉA, Carlos; ZILLER, Joana. Imagens violentas nas manifestações de 2013: multiplicidades, estética e dissenso nas narrativas em vídeo de comuns e de instituições. In: SILVA, Regina Helena Alves da. **Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mai 68 n'a pas eu lieu. In: DELEUZE, Gilles. **Deux régimes de fous: textes et entretiens (1975-1995)**. Édition préparée por David Lapoujade. Paris: Minuit, 2003.

DUARTE, Fábio; FIRMINO, Rodrigo. Espaço, visibilidade e tecnologias: (Re)caracterizando a experiência urbana. In: BRUNO, Fernanda; FIRMINO, Rodrigo; KANASHIRO, Marta (orgs.). **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.

FELINTO, Erick. **Videotrash: o YouTube e a cultura do “spoof” na internet**. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 16., 2007, Curitiba. Anais... Curitiba: Compós, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARVEY, David. **Rebel Cities:** From the Right to the City to the Urban Revolution. London/New York: Verso, 2012.

JOST, François. **Comprender a televisão.** Porto Alegre: Sulina, 2007.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua:** ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013.

MARQUES, Angela. **Comunicação, estética e política:** a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. Galáxia, São Paulo, n. 22, p. 25-39, dez. 2011.

MINEIRO, Ricardo. **Sobre estoquistas e cinegrafistas.** Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-126/5206-sobre-estoquistas-e-cinegrafistas>. Acesso: 17. Fev. 2016.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre Império.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PARRA, Henrique. **Controle social e prática hacker:** tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais. Sociedade e Cultura (Online), v. 15, p. 109-120, 2012.

PARRA, Henrique *et al.* **Junho:** potência das ruas e das redes. 1. ed. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

POLYDORO, Felipe. **Vigilância, participação e resistência em imagens de manifestações de rua.** In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 25., 2015, Brasília. Anais... Brasília: Compós, 2015.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Narrativa e violência:** a cobertura do Outono Brasileiro no Twitter. Matrizes (Online), USP, v. 2, p. 191-217, 2014.

ROCHA DE OLIVEIRA, Pedro. E não perca no próximo programa: alguém morto sem motivo, ao vivo. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013.

SILVA, Regina Helena Alves da; GUEDES, Inês; JURNO, Amanda; PAULA, Gabriel de. Vandalismo e política nas redes sociais: caso dos Anonymous e Black Bloc. In: SILVA, Regina Helena Alves da. **Ruas e redes: dinâmicas dos protestos**BR. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SILVA, Regina Helena Alves da; ZIVIANI, Paula. Apresentação. In: SILVA, Regina Helena Alves da. **Ruas e redes: dinâmicas dos protestos**BR. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TELES, Edson. As manifestações, o discurso da paz e a doutrina de segurança nacional. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013.

TUCHERMAN, Ieda. **Michel Foucault hoje, ou ainda: do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade**. Revista FAMECOS (Online), PUCRS, v. 27, p. 40-48, 2005.

TUCHERMAN, Ieda; SAINT-CLAIR, Ericson. **O corpo transparente: dispositivos de visibilidade e mutações do olhar**. Revista InTexto (Online), UFRGS, v. 2, p. 1-17, 2008.

ZIZEK, Slavoj. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013.

ZOURABICHVILI, François. Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). In: ALLIEZ, Éric. **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Ed. 34, 2000.